

Conclusão

D. João de Meneses, Conde de Tarouca, Prior do Crato e mordomo-mor da Casa Real foi, indubitavelmente, um homem ímpar e talentoso. Excertos das crónicas e dos *Ditos Portugueses* retractam-no como intempestivo e ambicioso, sempre pronto a desafiar outros homens da corte, e ocasionalmente até o próprio rei³⁶. Era um guerreiro valente e um diplomata capaz, e foi escolhido para liderar as forças enviadas para Veneza em 1501, e para chefiar vários ataques na África do Norte. Os seus poemas no *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende, mostram-nos um poeta de talento, imerso em cultura de corte³⁷. Ele foi, desde o começo, socialmente bem relacionado. Mas a sua ascensão em influência não se deveu a méritos próprios, mas a interesses da Coroa. A sua integração na casa real foi provavelmente uma medida de segurança, levada a cabo após a turbulência que se verificara no início do reinado de D. João II. A sua elevação ao estatuto de Conde de Tarouca foi parte de uma tentativa de D. Manuel em expandir o prestígio da corte real. A sua nomeação para líder da Ordem de Hospitalários foi uma jogada com o objectivo de enfraquecer o poder da família Almeida, bem como uma tentativa de centralizar e nacionalizar as ordens militares para obter os recursos por elas controlados, sob a supervisão do rei. Os registos da Chancelaria descrevem-no como um pai generoso, que passou para D. Luís de Meneses 30.000 réis de uma tença por si recebida. Damião de Góis escreveu que ele se certificara do futuro de D. Henrique de Meneses ao enviá-lo para a escola³⁸. No entanto, para além das suas terras em Tarouca, os seus filhos apenas lucraram monetariamente no âmbito da expansão marítima, com as capitânias de Arzila e Tânger. Mas os ventos da mudança e prosperidade sopravam para o Oceano Índico e para a pilhagem e tácticas de roubo que tinham sido tão eficazes em Marrocos, e que no entanto o eram muito menos na Índia.

³⁶ Resende, *Crónica de D. João II*, p. 265.

³⁷ Garcia de Resende, *Cancioneiro Geral*, editado por Aida Fernanda Dias (Lisboa: Imprensa Nacional, 1990), vol. II, n.º 251; vol. III, n.ºs 573, 589, 595, 596; vol. IV, n.º 867.

³⁸ Góis, *Crónica de D. Manuel*, vol. 4, pp. 210-211.

UMA LINHAGEM AO SERVIÇO DA «IDEIA IMPERIAL MANUELINA»: NORONHAS E MENESES DE VILA REAL, EM MARROCOS E NA ÍNDIA

ANDRÉ PINTO DE SOUSA DIAS TEIXEIRA
CHAM

1. Introdução

No âmbito deste estudo sobre a nobreza titular durante o reinado de D. Manuel I, particularmente o seu papel na empresa expansionista ultramarina, coube-nos analisar os Noronhas. Antes de mais deve salientar-se que o trabalho que aqui apresentamos não pode ser entendido senão como uma primeira aproximação à sua história, sendo três os factores que nos levam a restringir o âmbito da pesquisa: a extensão da cronologia, dado que a linhagem se formou no reinado de D. João I e desenvolveu-se ao longo dos séculos XV e XVI; os muitos indivíduos a analisar, pela numerosa prole da maior parte dos seus membros, desde cedo divididos em quatro ramos; a grande importância política, económica, social e cultural da linhagem. Não ter em conta, à partida, estas condicionantes era ter de admitir que este estudo era impossível de realizar no âmbito de um colóquio como este.

Assim, torna-se obrigatório assinalar previamente alguns limites que pusemos à nossa investigação. Por um lado considerámos primordialmente o posicionamento das personagens em relação à expansão ultramarina, não analisámos em profundidade a sua relação com a Corte, nem mesmo durante o governo de D. Manuel I. Ignorámos, pois, muitos factos relativos à vida dos Noronhas no Reino durante esta época, tenha aliás abordado no trabalho de Jean Aubin, *Vieille noblesse et temps nouveaux. Les humeurs du marquis de Vila Real*, a publicar no volume III da colectânea *Le Latin et L'Astrolabe*. Por outro lado, o nosso enfoque deu-se essencialmente sobre o reinado do *Venturoso*, constituindo as escassas páginas que dedicámos ao papel da linhagem durante o século XV apenas uma introdução geral. Isto mesmo deve entender-se no que se reporta a acontecimentos ligados à expansão, nomeadamente os governos e combates marroquinos dos Noronhas, durante os reinados dos primeiros soberanos de Avis, aspecto que pode ser seguido nas

principais obras sobre a presença portuguesa nesta região. Por fim, ressalve-se que o nosso olhar centrou-se quase exclusivamente nas personagens principais, nomeadamente a descendência masculina dos seus diversos membros, sendo apenas referidos os matrimónios dos elementos femininos e as relações de parentesco que eles originaram. Desta forma, sempre que verificámos a integração de uma filha dum Noronha noutra linhagem, como aconteceu com os Braganças, os Almeidas, os Castros, os Albuquerque, os Ataídes ou os Melos, deixámos de acompanhar o seu percurso, bem como a sua descendência. Esta falta pode ser colmatada com os demais estudos deste volume ou com outros trabalhos que têm sido realizados sobre a sociedade portuguesa nos séculos XV e XVI. Diga-se que incluímos neste artigo o estudo dos Meneses de Vila Real que, do ponto de vista linhagístico, devem ser considerados Noronhas.

Assim, este trabalho deve ser visto como o estudo do posicionamento face à expansão ultramarina, dos principais descendentes dos quatro filhos legítimos do conde D. Afonso, fundador da linhagem, no reinado de D. Manuel I. Do ponto de vista formal, optámos, pois, por dividir a primeira parte, relativa à acção da família no século XV, por reinado, distinguindo depois os seus quatro ramos, no governo do *Venturoso*, analisando separadamente as suas contribuições na expansão em Marrocos e no Índico e o seu posicionamento face à «ideia imperial manuelina».

2. A Família no Século XV

2.1. Formação da Linhagem em Portugal

A ascendência Real dos Noronhas marcou decisivamente a sua posição na sociedade portuguesa durante a dinastia de Avis (ver genealogia). A sua origem remonta a 1373, quando o rei de Portugal D. Fernando e o rei de Castela D. Henrique II acordaram o casamento dos seus filhos bastardos, D. Isabel e D. Afonso. O enlace materializava uma política de aproximação entre os dois Reinos, a qual vigorou até 1380, e que se seguiu à tentativa frustrada do monarca português se aclamar soberano do reino vizinho¹. Neste mesmo contexto pode, aliás, entender-se o acordo matrimonial da princesa D. Beatriz, herdeira da Coroa de Portugal, com príncipe D. João, sucessor do trono de Castela, feito em 1380 e concretizado três anos depois. Saliente-se que as ligações entre as duas casas reinantes foram ainda reforçadas pelos

¹ As pretensões de D. Fernando seguiram-se ao assassinato de D. Pedro I, rei de Castela, pelo seu irmão D. Henrique, conde de Trastámara. Inseridos no contexto da guerra dos 100 anos, os dois confrontos entre os monarcas Ibéricos cessaram, primeiro pelo tratado de Alcoutim (Março 1371), depois pelo acordo de Santarém (Março 1373), com uma nítida derrota do lado português (cf. A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, in *Nova História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, 1987, pp. 511-519).

casamentos dos Infantes D. João e D. Dinis, filhos do rei D. Pedro I e de D. Inês de Castro, com D. Constança e D. Joana, bastardas do rei de Castela.

D. Afonso, feito conde de Noreña e Gijon a partir de 1369, acompanhou o pai nos principais momentos do seu reinado, embora o seu espírito algo irrequieto o tenha feito, por vezes, quase incompatibilizar-se com ele. Um dos temas de confronto foi, precisamente, o casamento com D. Isabel, a que D. Afonso se opôs frontalmente, chegando a fugir para França para o evitar. Irado com a desobediência, D. Henrique II forçou o enlace, que veio a consumar-se em 1378. Morto este rei, a relação entre o conde de Gijon e os soberanos de Castela nunca mais se restabeleceu: D. João I manteve-o preso de 1382 a 1391, ao passo que D. Henrique III retirou-lhe todos os seus bens em 1395². A primeira situação ter-se-á ficado a dever ao receio do monarca castelhano de que o seu irmão, casado com uma princesa portuguesa, aspirasse à Coroa deste Reino, entretanto vaga pela morte de D. Fernando³. O segundo caso deveu-se, exclusivamente, a confrontos políticos entre os membros do conselho, encarregues de reger Castela em nome do jovem soberano; estes levaram o conde de Gijon a tomar actos de clara insubordinação, que não poderiam ter outro desfecho que não a sua saída deste Reino⁴. Expulso de Castela, D. Afonso e sua mulher D. Isabel procuraram refúgio em Portugal onde, apesar dos receios iniciais, motivados por uma actuação anti-portuguesa durante os reinados do pai e do irmão⁵, acabaram por ser bem acolhidos, nomeadamente junto do tio D. João I. Para lá deslocou todos os seus filhos que, auxiliando os monarcas portugueses nas suas principais empresas, e recebendo as respectivas recompensas, foram tomando um lugar de destaque na sociedade portuguesa quatrocentista.

O primogénito, D. Pedro de Noronha, participando num movimento global de maior intervenção da nobreza na hierarquia eclesiástica, optou pela vida religiosa, administrando a diocese de Évora desde 1410, ocupando o cargo de bispo da mesma cidade entre 1419 e 1423, data em que o Papa Martinho V, por apresentação de D. João I, o transferiu para o arcebispado de Lisboa, à revelia da decisão do cabido⁶. Por mandado deste monarca, D. Pe-

² *Título de Noronhas*, fls. 1-6v (cf. BNL, *Reservados*, cód. 1054). Redigido por D. Luís Lobo, senhor de Sarzedas, D. António de Noronha e D. António Caetano de Sousa, o corpo central deste documento, que usaremos ao longo deste trabalho, terá sido escrito essencialmente nos finais do século XVI e inícios do século XVII, embora seja notório o posterior acrescento de informações.

³ Juntamente com D. Afonso, foi também presa a condessa D. Isabel, sua mulher, e o Infante D. João, filho do rei D. Pedro I e de D. Inês de Castro, todos candidatos à sucessão de D. Fernando (cf. Fernão Lopes, *Crónica D. João I*, Porto, 1945, cap. LII.)

⁴ Cf. *Título de Noronhas*, fls. 4-6v.

⁵ A participação no cerco de Lisboa de 1373, em que o jovem D. Afonso dirigiu uma expedição de saque a Cascais, a fuga ao casamento com a princesa de Portugal e a recusa de juramento das pazes de 1382 são alguns exemplos desta atitude anti-portuguesa (cf. *Título de Noronhas*, fl. 7).

⁶ Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Coimbra, 1912, tomo II, pp. 52, 556 e 575-576; A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV...*, pp. 230-231). Por Bula de 11 de Março de 1423, o referido Papa desrespeitou a eleição de D. Francisco, chantre

dro deslocou-se a Aragão como embaixador em 1428, a fim de tratar do casamento entre o príncipe herdeiro D. Duarte e D. Leonor, facto que terá despertado uma afeição particular entre a futura rainha e o prelado⁷. O filho segundo, D. João Noronha, pôs-se ao serviço da hoste régia e combateu ao lado do então príncipe D. Duarte na conquista de Ceuta, onde terá sido feito cavaleiro⁸. Porém, comandando a primeira expedição que foi em socorro da cidade e tendo lá permanecido depois deste feito, foi gravemente ferido em combates com os mouros, recolhendo-se a Almodôvar, onde veio a falecer sem descendência⁹.

D. Fernando, D. Henrique e D. Sancho também se distinguiram nas campanhas em Marrocos. O primeiro participou na defesa dos dois cercos iniciais de Ceuta, comandou uma vitoriosa armada contra corsários do Estreito de Gibraltar e esteve na malograda tentativa de tomada de Tânger, em 1437¹⁰. O passo decisivo para a sua ascensão social deu-se em 1430, quando o rei lhe arranhou casamento com D. Beatriz de Meneses, filha herdeira de D. Pedro de Meneses, conde de Vila Real, capitão de Ceuta e camareiro-mor do rei¹¹. Pelo respectivo contrato, após a morte do sogro, D. Fernando herdaria este título, o senhorio a ele associado e os dois ofícios, o que veio a acontecer em 1437¹²; ficava também estabelecido que o herdeiro do casal deveria passar a usar o apelido Meneses da mãe e não o Noronha do pai, o que também se verificou. Esta promoção social foi particularmente relevante, dado que durante os reinados de D. João I e D. Duarte, os condes de Vila Real foram os únicos membros titulados da nobreza, que não eram parentes próximos do rei, facto a que estava associada a capitania de Ceuta, um dos principais designios dos monarcas de Avis¹³. Por este matrimónio, D. Fernando de Noronha passou assim a fazer parte do grupo restrito da alta nobreza titulada do Reino, composto apenas por seis indivíduos, três dos quais infantes, sendo também designado conselheiro real.

da Sé de Coimbra, para o cargo de arcebispo de Lisboa, feita pelo cabido da Sé. Naquele texto, Martinho V apelava ao povo da cidade para que aceitasse a sua escolha, o que veio a ocorrer em 1432, quando o referido prelado tomou posse do cargo.

⁷ Cf. *Título de Noronhas*, fl. 11.

⁸ Cf. Abel dos Santos Cruz, *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no Século XV (1415-1464)* (Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto), Porto, 1995, p. 50.

⁹ Cf. *Título de Noronhas*, fl. 49v.

¹⁰ Cf. Abel dos Santos Cruz, *op. cit.*, pp. 75 e 108; *Título de Noronhas*, fl. 50.

¹¹ Contrato confirmado por D. João I, a 18 de Outubro 1430 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 118, publ. Pedro de Azevedo, *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, Lisboa, 1915, tomo I, pp. 78-80, 382-384 e 472-473).

¹² O senhorio de Vila Real foi-lhe confirmado vitaliciamente a 7 de Setembro de 1434 (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 4 de Místicos, fls. 31v-32).

¹³ Vejam-se os artigos de Luís Filipe Oliveira e Miguel Jasmim Rodrigues, «Um Processo de Reestruturação do Domínio Social da Nobreza. A Titulação da 2.ª Dinastia», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 22, Janeiro-Abril 1988 e de Madalena Ribeiro, «O Conde D. Henrique de Meneses, Capitão de Alcácer-Ceguer e Arzila», in *A Nobreza e a Expansão. Estudos biográficos*, Cascais, 2000, pp. 145-158.

D. Henrique de Noronha participou na tomada de Ceuta, onde foi armado cavaleiro, ao passo que D. Sancho esteve nesta cidade apenas depois da sua conquista, acompanhando o irmão D. Fernando, em jornadas com o capitão¹⁴. A sua juventude ainda não lhe permitia uma posição de destaque, mas a verdade é que em 1438 D. Sancho era já membro do Conselho Real e começara a construir o seu património fundiário, com a obtenção do Vimieiro¹⁵. Pelo seu casamento com a filha de Gonçalo Eanes de Sousa, senhor de Mortágua, tornou-se também herdeiro desta vila¹⁶. Quanto à única filha legítima de D. Afonso, D. Constança de Noronha, foi também agraciada por D. João I com um noivo pertencente à mais alta estirpe social portuguesa, o seu filho bastardo D. Afonso, conde de Neiva, Penafiel e Barcelos, futuro duque de Bragança. O casamento ter-se-á celebrado por volta de 1411, podendo a acção do rei ser interpretada como uma vontade em juntar mais sangue real, criar laços de solidariedade e uma maior integração desta Casa nos círculos de poder régio, ligando-a a uma família essencialmente cortesã¹⁷.

Saliente-se, embora já fora do nosso âmbito de estudo, que alguns filhos bastardos de D. Afonso, conde de Gijon, também vieram para Portugal. D. Fernando Henriques, que participou com o pai nas revoltas contra os regentes de D. Henrique III de Castela, terá sido o pai de outro D. Fernando Henriques, agraciado por D. Afonso V com o senhorio de Alcáçovas¹⁸. De D. Martim Henriques não temos qualquer informação, a não ser que andou muito tempo em França¹⁹. D. Diogo Henriques, que morreu em Sevilha, estará na origem dos Noronhas da ilha da Madeira, nomeadamente de Simão Gonçalves da Câmara, por parte da sua mãe D. Mécia de Noronha²⁰. Por fim, diga-se que D. Beatriz de Noronha casou com Rui Vaz Pereira, desempenhando o ofício de camareira-mor da rainha D. Joana, casada com D. Henrique IV, rei de Castela²¹.

Assim, podemos ver que os Noronhas, escorraçados de Castela sem bens, recuperaram rapidamente o seu peso social em Portugal. A sua ascendência

¹⁴ Cf. Abel dos Santos Cruz, *op. cit.*, p. 95; *Título de Noronhas*, fls. 124v e 129.

¹⁵ Carta de doação de D. Duarte, de 28 de Janeiro de 1438, na qual se dava aquela vila enquanto fosse mercê régia (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 4 de Místicos, fls. 42-42v).

¹⁶ Herança foi confirmada por D. Duarte, a 26 de Janeiro de 1434 (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, fls. 168-168v).

¹⁷ Cf. Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, Parentesco e Poder – A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, 1990, pp. 32-34. Note-se que, sendo a noiva já órfã, foi o rei quem satisfez o dote.

¹⁸ Cf. *Título de Noronhas*, fls. 5; IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, fls. 98v-99, 180-180v e 205-215v. As doações foram feitas a 24 de Agosto de 1439 (rainha D. Leonor), 3 de Abril de 1440 (Infante D. Pedro) e 14 de Agosto de 1449 (D. Afonso V).

¹⁹ Cf. *Livro Linhagens*, p. 221.

²⁰ Cf. *Livro Linhagens*, p. 221 e *Nobiliário*, vol. VII, p. 81. Diz Garcia de Resende que Simão Gonçalves, capitão da Madeira, em vida de seu pai João Gonçalves da Câmara, sendo ele herdeiro da casa, chamava-se Simão de Noronha, que era o apelido de sua mãe. E o rei D. João II, sabendo disto, mandou-lhe dizer que se chamasse pelo apelido de seu pai, «pois d'elle hauia de herdar tam honrada casa», o que ele fez (cf. *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. LXXXVIII, p. 130).

²¹ Cf. *Título de Noronhas*, fl. 7v.

real, bem como os serviços prestados à dinastia de Avis, de quem foram claramente favorecidos, levaram a que se catapultassem para a esfera da mais alta nobreza do Reino, um grupo reservado a Infantes. Criados por D. João I ou por D. Duarte, os filhos do conde de Gijon D. Afonso, pelo apoio dado no Reino, mas também pela participação nos primeiros passos da expansão além-mar, alcançaram um peso social e político considerável, pronunciando-se igualmente o nascimento de importantes Casas senhoriais. De salientar que esta ascensão deu-se primordialmente por intermédio de dois casamentos engendrados pelo monarca, com grandes figuras da aristocracia portuguesa, além de uma intervenção também régia junto do Papa, para concessão de um importante cargo eclesiástico.

2.2. Expansão Durante o Reinado de D. Afonso V

O reinado do *Africano* marcou uma fase de consolidação geral do peso político e social dos Noronhas no Reino, bem como de grande concentração de rendas e senhorios por parte dos seus ramos mais importantes. Este êxito começou a delinear-se aquando das contendas entre D. Leonor e D. Pedro, sobre a regência na menoridade de D. Afonso V, nas quais a rainha pode contar com um apoio, ora mais discreto, ora flagrante, de todos os membros desta linhagem. Nota-se aliás nesta questão, uma nítida convergência de opiniões e atitudes entre os Noronhas e os Braganças, agora seu parentes próximos.

Entre os mais indefectíveis apoiantes de D. Leonor estava o arcebispo de Lisboa. Primo como irmão do seu pai D. Fernando de Aragão, D. Pedro de Noronha esteve sempre ao lado da rainha, desde o momento da abertura do testamento de D. Duarte²², passando pela recusa em admitir o casamento do jovem monarca com a filha do regente, solidarizando-se assim com o seu cunhado conde de Barcelos²³, até à organização de uma conjura contra D. Pedro e à sabotagem de todos os acordos entre este e D. Leonor²⁴. O arcebispo chegou a tomar posições mais radicais que a regente, nomeadamente quando se recusou a assinar um pacto de partilha de poder, por não prever a manutenção do regimento «*in solido aa Raynha*»²⁵. Porém, o passo mais arrojado que deu nesta luta foi quando decidiu fortificar os seus paços em Lisboa, apoderando-se duma porta do castelo de São Jorge e construindo

²² Cf. *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V*, cap. III, p. 590.

²³ Diz-se de D. Constança de Noronha que seu irmão D. Pedro a «amava muyto, porque nella avya assaz virtudes e fremosura [...] e per seu respeito o Conde de Barcelos amava muyto todas as cousas della, e em especial seus Irmoes, antre os quaees ho principal era o Arcebispo, asy por sua ydade mayor, como por sua Denydade» (cf. *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V*, cap. III, pp. 595-596).

²⁴ Cf. *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V*, cap. X, p. 597 e 600.

²⁵ Cf. *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V*, cap. XV, p. 603.

uma grande torre para seu refúgio²⁶. Tratou-se do primeiro acto de guerra tomado durante a crise de regência, ainda mais porque o povo de Lisboa era um dos maiores apoiantes do Infante. A vereação da cidade procurou contrariar as suas acções, mas perante as ameaças e a sua «*aspera condiçam*», constrangeu-o a cumprir as suas resoluções, levando-o ao refúgio em Alhandra. A defesa verbal de um cerco a Lisboa, apoiado por forças estrangeiras, acabou por motivar a retirada de todas as suas rendas e dignidades e a sua fuga para Castela, depois de uma breve passagem por Óbidos, onde não foi bem recebido²⁷.

D. Sancho de Noronha também suportou a causa da rainha, embora não dando passos tão radicais. Apesar de conjurar contra D. Pedro e de ameaçar não comparecer às Cortes que o fizeram regente, D. Sancho teve uma atitude mais moderada que o irmão, acabando por aceitar a inevitabilidade da sua tomada de poder²⁸. D. Fernando de Noronha terá sido mais discreto neste apoio, embora tenha sido o principal nobre português a ajudar D. Leonor, inclusive financeiramente, durante o seu exílio em Castela²⁹. Também não partilharia da opinião do Infante de devolução de Ceuta, por troca com o Infante D. Fernando, cativo em Fez. Os regentes do senhor de Ceuta afirmaram que, enquanto ele fosse capitão da cidade, não havia esperanças de concluir um acordo, pois sempre inventaria artifícios para não perder a honra de possuir tal senhorio³⁰.

Apesar destas atitudes, os Noronhas acabaram por ser gradualmente reabilitados, e mesmo favorecidos, durante o governo de D. Pedro. A este interessava garantir a maior base de apoio possível, o que o obrigava a contemporizar com os principais senhores do Reino. Assim, depois de uma tentativa frustrada em 1440, logo no ano seguinte, e como forma de estabelecer a concórdia com o seu meio-irmão conde de Barcelos, o regente aceitou a sua exigência de restituição do arcebispo D. Pedro à sua dignidade «*lhe outorgou pera sy e pera os seus outras muytas graças e mercês*»³¹; entre elas destaque-se a legitimação dos seus três filhos, D. João, D. Isabel e D. Pedro (ver genealogia 6)³². Cinco anos depois, foi a vez de D. Sancho ser agraciado

²⁶ Cf. *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V*, cap. XXXIII, pp. 622-623.

²⁷ Cf. *Título de Noronhas*, fl. 125; *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V*, cap. XL, pp. 629-630.

²⁸ Cf. *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V*, cap. X, XL e XLIV, pp. 597, 630 e 635.

²⁹ Cf. *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V*, cap. LXXXIV, pp. 691-692).

³⁰ D. Pedro, uma vez regente, acabou por concordar com os seus interlocutores muçulmanos, admitindo que D. Fernando dificilmente aceitaria perder a cidade, afinal a principal razão da sua ascensão social. Por isso, resolveu entregar a cidade a D. Fernando de Castro, governador da Casa de D. Henrique, que ficaria responsável pela sua devolução, fazendo o conde de Vila Real regressar ao Reino, onde lhe seriam dadas contrapartidas para a perda. Um ataque corsário e a renovação da intransigência do rei de Fez deitou por terra a concretização do projecto (cf. *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V*, cap. LIV, pp. 651-653).

³¹ Cf. *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V*, cap. XLIX e LXXV, pp. 641-643 e 678-679.

³² Mercê feita a 13 de Agosto de 1444 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 9v; *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, fls. 140 e 146).

com o senhorio e direitos reais de Odemira, o título de conde desta vila e a alcaidaria-mor de Estremoz, graças que lhe foram dadas pela sua ascendência e pelo desempenho em Marrocos³³. Diga-se que o condado de Odemira foi um dos dois únicos títulos criados de raiz durante o governo de D. Pedro³⁴. Quanto a D. Fernando, viu ser-lhe confirmada a renda dada pelo casamento e a transmissão da sua Casa para o seu filho primogénito, D. Pedro de Meneses, após a sua morte (ver genealogia 2)³⁵.

Acomodados durante a regência, os Noronhas viraram-se logo contra D. Pedro, assim que D. Afonso V atingiu a maioridade. O mais radical, D. Pedro, tudo fez, primeiro para abreviar o governo do regente, depois para o afastar da Corte e, por fim, para que o monarca marchasse sobre ele, castigando-o pela sua ousada desobediência³⁶. Quanto a D. Sancho, além de participar no círculo de detractores do Infante, comandou uma importante missão destinada a anular a sua capacidade de resistência militar: com o título de fronteiro-mor do Alentejo, foi incumbido pelo rei de atacar as forças do seu primo, o condestável D. Pedro, que aí detinha algumas vilas a título pessoal e como mestre da Ordem de Avis³⁷. O sucesso da operação e a tenacidade do apoio do conde de Odemira nesta luta fizeram-no merecedor de inúmeros privilégios, nos dois anos que se seguiram à batalha de Alfarrobeira, destacando-se: a concessão vitalícia de Portalegre, com seus direitos e jurisdições, e o título de conde desta vila³⁸; a doação temporária das rendas e direitos reais do reguengo de Elvas³⁹; a mercê da vila de Aveiro, em sua vida⁴⁰; a garantia de herança do senhorio de Odemira e do Vimieiro pelos seus herdeiros⁴¹. Diga-se que, de todas elas, apenas não teve efeito a primeira, porque os moradores daquela vila recusaram-se a perder o seu privilégio de isenção senhorial.

O conde de Vila Real D. Pedro de Meneses e o seu irmão D. João de Noronha seriam ainda muito jovens aquando da morte do pai, pelo que não desempenharam papel de relevo durante aquela contenda. A sua reduzida

³³ Vejam-se as cartas de 11 de Setembro de 1446 e 9 de Outubro de 1447 (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, fls. 139v-140; Livro 4 de Odiana, fls. 66-67v).

³⁴ O outro foi o condado de Marialva (cf. Luís Filipe Oliveira e Miguel Jasmim Rodrigues, «Um Processo de Reestruturação...», in *op. cit.*, pp. 81-82). Não se inclui aqui, obviamente, a promoção do conde D. Afonso a duque de Bragança.

³⁵ A confirmação foi feita a 14 de Maio de 1439 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 19, fl. 32 e liv. 34, fl. 63v, publ. Pedro de Azevedo, *op. cit.*, tomo I, pp. 78-80, 382-384 e 472-473), efectivando-se a sucessão a 3 de Junho de 1445 (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, fls. 140-140v).

³⁶ Para conseguir estes objectivos, o arcebispo de Lisboa visitaria de noite D. Afonso V, induzindo-o contra o seu tio (cf. *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V*, cap. LXXXVIII, LXXXIX e XC, pp. 698-699 e 702-703).

³⁷ Cf. *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V*, cap. LXXXIX e CVIII, pp. 702 e 726-727.

³⁸ Mercês de 21 de Novembro de 1448 (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, fls. 260-260v).

³⁹ A 13 de Junho de 1449 (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 4 de Místicos, fl. 21).

⁴⁰ Também a 13 de Junho de 1449 (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, fls. 118-118v).

⁴¹ A 2 e 5 de Julho de 1449 (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, fls. 125-126).

idade determinou, aliás, que a capitania de Ceuta deixasse de ser exercida por um membro da Casa, passando temporariamente para o conde de Arraiolos. Em 1450, achou-se uma fórmula capaz de satisfazer as pretensões dos Noronhas àquele cargo e a exigência de experiência e maturidade necessária ao seu desempenho: entre este ano e 1460, o conde de Odemira foi capitão, regedor e governador da cidade, em nome do seu sobrinho conde de Vila Real⁴², recebendo para isso todos os poderes de que tinham gozado os seus antecessores⁴³. A estadia de D. Sancho em Ceuta permitiu-lhe uma significativa acumulação de riqueza, não só pelas rendas, isenções e privilégios que D. Afonso V lhe deu no Reino⁴⁴, como pela concessão dos quintos das cavalgadas e presas do mar e de terra, bem como de todos os foros daquela cidade, enquanto exercesse o cargo⁴⁵; está, aliás, comprovada a grande actividade corsária do conde de Odemira nesta década⁴⁶. A principal razão para tão grande favorecimento de D. Sancho, por parte do *Africano*, encontra-se precisamente no seu grande apoio à expansão em Marrocos, um dos principais desígnios do seu reinado. Para além daqueles dez anos de permanência quase ininterrupta em Ceuta, o conde participou em duas das três expedições do monarca ao Norte de África: primeiro em 1457-58, aquando da conquista de Alcácer Ceguer⁴⁷, depois em 1463-64, nas diversas tentativas de escalamento de Tânger⁴⁸.

⁴² Já exercia a capitania de Ceuta em Dezembro de 1450, quando por aí passou a imperatriz D. Leonor, irmã de D. Afonso V (cf. *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V*, cap. CXXXII, pp. 761-762), mas só recebeu a respectiva carta a 30 de Maio de 1451 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 69, publ. Pedro de Azevedo, *op. cit.*, tomo II, p. 21 e *Monumenta Henricina*, vol. XI, p. 66). Em 1456, durante o período de permanência do Infante D. Fernando, duque de Viseu, em Ceuta, o comando da praça foi-lhe temporariamente entregue por D. Sancho.

⁴³ O rei deu-lhe toda a jurisdição cível e crime, sem qualquer apelação e agravo (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 69, publ. Pedro de Azevedo, *op. cit.*, tomo II, p. 21 e *Monumenta Henricina*, vol. XI, p. 66) e a possibilidade de doar em seu nome casas, terras e heranças na comarca de Ceuta, a qualquer pessoa (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 69; *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, fl. 167v, publ. Pedro de Azevedo, *op. cit.*, tomo II, pp. 26-27).

⁴⁴ Como exemplos citem-se a isenção de direitos de Chancelaria e de pagamento do dízimo dos bens transaccionados, a concessão de uma renda de 40.000 reais de tença anuais, para além das importâncias que já recebia (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 3, fl. 71v, publ. Pedro de Azevedo, *op. cit.*, tomo II, pp. 173-176) e o cargo de adiantado do Reino do Algarve, de que já anteriormente fora provido sem efeito, com seus benefícios (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, fls. 52v-53).

⁴⁵ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 69, publ. Pedro de Azevedo, *op. cit.*, tomo II, p. 26).

⁴⁶ A título de exemplo cite-se o caso em que D. Sancho de Noronha capturou uma embarcação de mouros, que se dirigia de Tânger para Granada (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 3, fl. 49v, publ. Pedro de Azevedo, *op. cit.*, tomo II, pp. 160-161).

⁴⁷ O conde de Odemira foi ter com o rei ao Algarve, levando de Ceuta cinco embarcações com gente de guerra (cf. *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V*, cap. CXXXVIII).

⁴⁸ Acompanha o Infante D. Fernando em algumas acções militares, notando-se uma certa críspação com o capitão de Alcácer, D. Duarte de Meneses (cf. *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V*, cap. CLII e CLIII, pp. 803-807).

O conde de Odemira não foi, porém, particularmente feliz no que se refere à sua descendência (ver genealogia 7). Para além de não ter gerado um herdeiro varão, D. Sancho viu falecer, durante a sua vida, pelo menos três filhas, acabando por perpetuar a sua descendência em D. Maria⁴⁹. Senhora de uma grande Casa, D. Maria de Noronha desposou D. Afonso, conde de Faro, terceiro filho de D. Fernando, 2.º duque de Bragança, no que parece ter sido uma estratégia geral de união destas duas linhagens, visível em mais dois enlacs. Se o matrimónio parece ter sido um excelente negócio para os Braganças, que viram um seu filho segundo dotar-se de grande património, também não o foi menos para os Noronhas, que preservaram, junto da maior Casa do Reino, o seu nome e título⁵⁰. Poucos anos após a morte de D. Sancho de Noronha, foi acrescentado ao conde de Faro o título de conde de Odemira, tornando-se este fidalgo num dos mais importantes homens de confiança do rei, para a execução do seu último grande projecto, a coroação em Castela⁵¹.

A D. Pedro de Meneses foram sobretudo confiadas missões de cariz cerimonial, durante os primeiros anos do governo de D. Afonso V, embora a sua posição nestes acontecimentos tenha sido sempre de grande destaque, em virtude da sua nobre ascendência (ver genealogia 2). Como exemplo nomeie-se a sua ida a Castela em 1455, para entrega da Infanta D. Joana, que ia casar com o rei D. Henrique IV; durante a viagem, este monarca doou-lhe a si e ao conde da Atouguia as ilhas Canárias, que depois venderam ao Infante D. Fernando⁵². Cite-se ainda o baptizado do príncipe D. João, quando o conde de Vila Real foi um dos quatro que carregou o púlpito, durante o cortejo até à Sé⁵³. Passada esta fase, D. Pedro assumiu o lugar que fora do seu pai e avô, fazendo da guerra em Marrocos o palco para o exercício da vida militar a que a sua condição obrigava; cumprindo diligentemente este dever, D. Pedro salientava-se ao olhos do monarca, esperando o seu favor. Assim, em 1460 foi provido capitão e regedor de Ceuta⁵⁴, cargos a que foi acrescentada a gover-

⁴⁹ Em 1451 já tinham falecido D. Isabel e D. Mécia, pelo que D. Sancho se viu forçado a pedir ao monarca que aceitasse por herdeira qualquer uma das suas outras filhas, o que foi concedido (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 144v; *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, fls. 175v-176, publ. Pedro de Azevedo, *op. cit.*, tomo II, pp. 53-54). Sabemos que em 1457 lhe morreu outra filha já mulher (cf. *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V*, cap. CXXXIV, pp. 764-766).

⁵⁰ O contrato de casamento, celebrado a 10 de Junho de 1465, foi rectificado pelo rei cinco dias depois, prevendo-se nele a herança pelo casal dos senhorios de Odemira, Aveiro e Vimieiro, do castelo e reguengo de Elvas e da alcaidaria-mor de Estremoz. A vila de Mortágua só seria herdada depois da morte da condessa D. Mécia de Sousa (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, fls. 35-36v). Veja-se sobre este assunto Mafalda Soares da Cunha, *op. cit.*, pp. 39-40.

⁵¹ Comandando um dos grupos da hoste, entrou com o rei em Castela em 1475, seguindo depois com ele para França (cf. *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V*, cap. CLXXVII e CCII, pp. 832 e 861-862; *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. XVII, pp. 20-21).

⁵² Cf. *Ásia*, I, i, 12; *Título de Noronhas*, fl. 54.

⁵³ Cf. *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. II, pp. 2-3.

⁵⁴ Cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, fls. 57-57v.

nança da cidade, dois anos mais tarde, com os mesmos poderes que tivera o Infante D. Henrique⁵⁵. Permanecendo na cidade até 1464, embora com algumas vindas ao Reino, recebeu D. Afonso V quando ele aí se deslocou, notando-se uma grande disponibilidade do soberano para acolher as suas opiniões, em detrimento, por exemplo, das do mais experiente conde de Viana. Participando apenas nas investidas sob o comando do monarca, D. Pedro notabilizou-se sobretudo no ataque à serra de Benacofú⁵⁶. Este desempenho foi certamente determinante para que o rei o autorizasse a deixar os seus cargos em Ceuta, em caso de impedimento, ou a um dos seus filhos, ou ao seu irmão D. João⁵⁷; esta mercê foi porém contrariada em 1474, quando o monarca retirou ao conde a governança da praça, alegadamente por necessitar de prover os lugares de Tânger e Arzila, entretanto capturados⁵⁸.

O reinado do *Africano* foi, também para este ramo da linhagem, de grande crescimento dos seus bens patrimoniais. O monarca, para além de conceder a D. Pedro hereditariamente todos os bens do seu avô, 1.º conde de Vila Real, dos quais se destacava a vila de Alcoentre⁵⁹, atribuiu-lhe vitaliciamente as terras de Aguiar e Oriola⁶⁰, o senhorio de Almeida⁶¹, alguns direitos em Leiria, incluindo a alcaidaria-mor do castelo⁶², os paços e bairro do mosteiro do Carmo da cidade de Lisboa⁶³, as vilas de Freixiel e Abreiro⁶⁴, entre outros. O conde de Vila Real realizou também um casamento altamente prestigiante, desposando, tal como D. Maria de Noronha, um descendente de D. Fernando, 2.º duque de Bragança. O matrimónio com D. Beatriz foi largamente patrocinado pelo duque e pelo monarca, que doaram generosas importâncias para a sua concretização, embora seja de notar que este

⁵⁵ A 12 de Abril de 1462 (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 2 de Místicos, fls. 150-151, publ. Monumenta Henricina, vol. XIV, pp. 210-212). Sobre a distinção entre estes graus de poder veja-se António Dias Farinha, *Portugal e Marrocos no Século XV (Dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)*, Lisboa, 1990, vol. I, p. 192.

⁵⁶ Cf. *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V*, cap. CXLVII e CLVI, pp. 795-799 e 810-812.

⁵⁷ A primeira autorização é de 24 de Agosto de 1463 (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, fls. 245-245v), ao passo que a confirmação daquela doação em vida de qualquer um dos seus familiares é de 16 de Janeiro de 1467 (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, fls. 26-27v; Livro de Ilhas, fl. 27v, publ. J. M. da Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, vol. III, p. 57).

⁵⁸ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 32, fl. 75v; *Leitura Nova*, Livro 2 de Místicos, fls. 9-9v.

⁵⁹ Doação feita a 4 de Junho de 1451 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 77, publ. Pedro de Azevedo, *op. cit.*, tomo II, pp. 27-29).

⁶⁰ A 20 de Julho de 1454 (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, fl. 283v).

⁶¹ A alcaidaria do seu castelo, as rendas e direitos da vila, em 25 de Março de 1456 (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, fl. 290).

⁶² Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 132.

⁶³ A 20 de Outubro de 1475 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 7, fl. 10; *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, fls. 17-17v).

⁶⁴ Doação perpétua, feita a 24 de Julho de 1476 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 6, fl. 127v; *Leitura Nova*, Livro 4 de Místicos, fls. 102-102v).

se revelou bastante satisfatório para as duas partes⁶⁵. Como foi afirmado no sentido inverso, aos Noronhas interessava com estes enlances o reforço do grau de parentesco com o rei, uma maior proximidade com a Corte e a apropriação do capital simbólico na hierarquia social da família da noiva⁶⁶. Refira-se que, anos depois deste matrimónio, o conde de Vila Real tornou-se herdeiro universal da sua tia D. Constança, duquesa de Bragança; a septuagenária viúva de D. Afonso, de quem não tivera descendência, declarava não ter outro parente mais próximo e querido que o seu sobrinho, varão do seu irmão legítimo⁶⁷. Já no final do reinado, D. Pedro de Meneses acompanhou D. Afonso V nas suas incursões em Castela, sendo ferido numa das escaramuças, apesar de não ter estado presente na batalha de Toro⁶⁸. Esta participação na empresa régia terá sido importante para garantir a perpetuação da Casa⁶⁹.

Quanto a D. João de Noronha, irmão de D. Pedro, alcunhado por vezes o *Dentes*, herdou do pai o ofício de camareiro-mor, perdendo-o para o conde de Monsanto, durante o reinado de D. Afonso V, pelo contrato de casamento com a filha deste, D. Joana de Castro (ver genealogia 3). Note-se que, apesar de ser filho segundo, este fidalgo conseguiu realizar um casamento de grande nível, numa das linhagens mais prestigiadas do Reino⁷⁰. Em satisfação desta perda, o monarca concedeu-lhe vitaliciamente as vilas de Sortelha e Vilar Maior, com seus termos, direitos e jurisdições, e duas tenças anuais de 250.000 e 51.664 reais, esta última em substituição do castelo da Covilhã, que lhe fora prometido; nomeou-o também membro do Conselho Real⁷¹. Terá estado em Ceuta com o irmão, assumindo pontualmente o comando da praça, e com o rei, na campanha de 1463-64⁷².

Há ainda que referir o destino dos filhos do arcebispo de Lisboa, falecido em 1452 (ver genealogia 6). O primogénito, D. João, herdou os escassos bens

⁶⁵ O duque D. Fernando disponibilizou 120.000 reais brancos de tença anual, o que foi confirmado pelo rei a 21 de Dezembro de 1461 (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, fl. 254v), ao passo que o monarca cedeu directamente 20.000 dobras, no dia seguinte (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, fl. 255). Aquando da assinatura do contrato, D. Fernando cedeu ainda de dote 1.500.00 reais, a pagar em três anos (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fls. 94-94v; *Leitura Nova*, Livro 2 de Místicos, fls. 67-68v).

⁶⁶ Cf. Mafalda Soares da Cunha, *op. cit.*, pp. 50-51 e 56-57.

⁶⁷ Instrumento de perfilhamento, aprovado pelo rei a 14 de Setembro de 1747 (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, fls. 1-2).

⁶⁸ Cf. *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V*, cap. CLXXXV e CLXXXIX, pp. 839-840 e 843-844; *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. XIII, p. 11.

⁶⁹ A 21 de Agosto de 1476, D. Afonso V determinou que D. Pedro pudesse deixar todos os seus bens e privilégios ao filho varão (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 1 de Místicos, fl. 68).

⁷⁰ Veja-se o quadro familiar dos Castros traçado por André Murteira, «Filipe de Castro, Capitão da Carreira da Índia», in *A Nobreza e a Expansão. Estudos biográficos*, Cascais, 2000, pp. 275-298.

⁷¹ Doações feitas a 25 de Setembro de 1467 (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 1 da Beira, fls. 251v-252); a tença referente à Covilhã foi dada a 14 de Janeiro de 1473 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 24v). Veja-se também o *Título de Noronhas*, fl. 118.

⁷² Cf. Abel dos Santos Cruz, *op. cit.*, p. 235; *Título de Noronhas*, fl. 118v.

fundiários dei-xados pelo pai, nomeadamente a quinta da Foz e o casal de Nadadouro, localizados no termo de Óbidos, de cuja alcaidaria-mor veio a ser incumbido por D. Afonso V; este fê-lo também fidalgo da sua Casa, em atenção à sua linhagem⁷³. Desposou a filha de um dos homens mais próximos do *Africano*, o seu aio D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1.º conde da Atouguia. Quanto aos restantes filhos, registamos apenas os seus casamentos: D. Pedro com a filha de Martim de Távora, reposteiro-mor do rei⁷⁴; D. Isabel com D. João, mar-quês de Montemor-o-Novo e condestável do Reino, mais uma aliança com os Braganças, já que este era o segundo filho do duque D. Fernando⁷⁵; D. Inês com João Lopes de Almeida, filho de Lopo de Almeida, feito 1.º conde de Abrantes em 1476⁷⁶; D. Leonor, com Lopo de Albuquerque, camareiro-mor e titulado conde de Penamacor, após o seu grande protagonismo nas campanhas de Castela⁷⁷; D. Fernando, com a filha de Gonçalo de Albuquerque, senhor de Vila Verde, pelo qual recebeu alguns bens na zona de Santarém⁷⁸. Este último, pelo seu desempenho nas guerras de África e Castela, recebeu do monarca, em pleno arraial de Toro, a confirmação da doação dos bens do matrimónio, que passava a ser válida também para o seu filho⁷⁹.

Finalmente, explicita-se a descendência de D. Henrique de Noronha, também filho do conde de Gijon (ver genealogia 8). Não tendo casado, este fidalgo gerou dois bastardos, D. Maria e D. Nuno. A primeira conseguiu realizar um casamento de algum prestígio, desposando Pedro Vaz de Melo, regedor da Casa do Cível, senhor de Castanheira, Povos e Cheleiros e conde da Atalaia, a partir de 1464. O matrimónio representou a injeção de sangue

⁷³ Mercês de 27 de Fevereiro de 1455 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 17v; *Leitura Nova*, Livro 7 de Estremadura, fls. 272-272v) e de 8 de Janeiro do ano seguinte (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 133; *Leitura Nova*, Livro 10 de Estremadura, fl. 278).

⁷⁴ Cf. *Livro de Linhagens*, pp. 222-223.

⁷⁵ Contrato aprovado por D. Afonso V, a 25 de Julho de 1460, no qual se detecta que o monarca e a tia da noiva, D. Constança de Noronha, foram os principais patrocinadores (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 4 de Místicos, fls. 101v-102). Veja-se também Mafalda Soares da Cunha, *op. cit.*, pp. 39-40.

⁷⁶ Ligação aprovada pelo monarca, a 23 de Março de 1467, sendo nítido o apadrinhamento do enlace por D. João, conde da noiva, e D. Pedro de Meneses, conde de Vila Real e primo como irmão da noiva (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 19, fl. 10v; *Leitura Nova*, Livro 2 de Místicos, fls. 276-277v; *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, fls. 24-25).

⁷⁷ A carta de confirmação do contrato é de 7 de Março de 1467, notando-se também a presença do marquês D. João e do conde D. Pedro de Meneses (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, fls. 25-26v). Sobre Lopo de Albuquerque veja-se a *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V*, cap. CLXXXIII, CLXXXIX, CLXXXVIII, CXCII e CCII, pp. 829-830, 833, 856, 863.

⁷⁸ Pelo contrato de casamento, feito a 7 de Janeiro de 1475, D. Fernando recebeu as lezírias da Palmeira e Tamargueira, localizadas no campo de Santarém, junto ao rio Tejo, o jantar da vila da Arruda, casas em Santarém, diversas pedras preciosas e 150.000 reais (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 26, fls. 176-176v; *Leitura Nova*, Livro 7 de Estremadura, fls. 165-165v).

⁷⁹ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fls. 21v-22; *Leitura Nova*, Livro 1 de Estremadura, fls. 246-246v; *Leitura Nova*, Livro 13 de Estremadura, fls. 26v-27v.

real, que a noiva possuía apesar da sua condição de bastarda, numa família da média nobreza que, em virtude dos seus serviços, mereceu ser titulada por D. Afonso V. Quanto ao segundo filho, já não alcançou tão grande posto, desposando a filha de Rui Lourenço, senhor de Ribadeneira.

Concluindo, podemos dizer que o reinado de D. Afonso V marcou o nascimento, dentro desta linhagem, de duas grandes Casas senhoriais, a de Vila Real e a de Odemira, detentoras de grande património, prestígio social e posição política. Para este facto terão contribuído as uniões matrimoniais com outras famílias influentes do Reino, algumas delas tituladas, das quais se destaca os Braganças, com quatro enlances, mas também os Castros, os Meneses, os Almeidas, os Albuquerque e os Melos. As campanhas em Marrocos, sobretudo a partir da praça de Ceuta e acompanhando o monarca nas suas deslocações, continuaram a ser o palco por excelência dos Noronhas, para o exercício da sua função social e afirmação junto do soberano, registando-se também alguns casos de combate em Castela.

2.3. Destinos Diferenciados com D. João II

O reinado do *Príncipe Perfeito*, longe de constituir um período de ataque geral à nobreza do Reino, representou uma época de cerceamento, e até neutralização, do poder de certas facções da alta nobreza, por parte do monarca. Durante o governo do pai, o senhorialismo avançara decisivamente, tendo-se permitido a criação de grandes Casas, detentoras de gigantesco património e isentas, em muitas questões, de jurisdição régia; por outro lado, agraciara-se numerosos indivíduos com terras e títulos, como nunca se fizera e não mais se fez durante a segunda dinastia. Os principais prejudicados pela acção de D. João II foram os Braganças, com o primogénito a ver extinta a sua Casa e sete dos seus oito títulos suprimidos, ao passo que os filhos segundos perderam os seus bens, sendo também abolida a sua titulação⁸⁰. Perante este panorama, podemos detectar destinos diferentes entre os vários membros da linhagem.

Os condes de Odemira foram totalmente afectados pelo ímpeto centralizador de D. João II. Estando o título entregue a um Bragança – D. Afonso, simultaneamente conde de Faro, acusado de participar na conjura contra o soberano, projectada pelo seu pai, pelos irmãos e pelo duque D. Diogo – acabou por ser extinto, como os dos demais familiares. Assim que D. Fernando foi preso, D. Afonso partiu de Odemira para a Andaluzia, levando consigo os seus filhos, vindo a falecer pouco tempo depois. D. João II terá sofrido com esta morte, porque considerava o conde de Faro menos culpado

⁸⁰ Veja-se Luís Filipe Oliveira e Miguel Jasmim Rodrigues, «Um Processo de Reestruturação...», in *op. cit.*, pp. 81-83 e quadros anexos, para além de Mafalda Soares da Cunha, *op. cit.*, pp. 167-173. Segunda esta autora, para os Braganças, não estava em causa questionar a supremacia do poder régio, «mas sim concorrer com ele nalgumas áreas de exercício efectivo do poder político».

que os seus familiares, dado que tentara muitas vezes moderar os seus planos, lembrando a obediência devida ao monarca⁸¹. Por este motivo, restituiu integralmente à viúva, D. Maria de Noronha, os bens que tinham sido de seu pai, o conde D. Sancho, comutando-lhe apenas o reguengo de Elvas pelo de Monte de Trigo⁸². Boa parte dos filhos do casal permaneceu, contudo, nos reinos ibéricos vizinhos, integrando-se nas suas cortes (ver genealogia 7): D. Fradique tornou-se arcebispo de Zaragoza e vice-rei da Catalunha; D. Guiomar desposou D. Henrique de Aragão, o *Infante da Fortuna*, duque de Segorbes; D. Mécia casou com D. João de Lacerda, duque de Medinaceli e senhor do importante Porto de Santa Maria; os restantes regressaram a Portugal apenas no reinado de D. Manuel I⁸³. Note-se que, se este foi o destino do ramo principal dos Noronhas de Odemira, o mesmo não aconteceu com o filho bastardo de D. Sancho, 1.º conde. D. Luís de Noronha, fidalgo da Casa Real, passou incólume a estas perturbações, recebendo vitaliciamente parte das rendas e direitos patrimoniais confiscados na vila de Odemira ao seu cunhado conde de Faro, a comenda de Sines da Ordem de Santiago⁸⁴, bem como algumas tenças. Casou com a filha de um homem próximo de D. João II, Rui Lobo, seu vedor da Fazenda⁸⁵.

O percurso dos condes de Vila Real foi absolutamente distinto dos de Odemira. O titular, D. Pedro de Meneses, foi um homem muito activo durante o reinado do *Príncipe Perfeito*, participando com destaque, por exemplo, na recepção a D. Jorge, quando ele se deslocou pela primeira vez à Corte, nos festejos do casamento e no cortejo fúnebre do príncipe D. Afonso⁸⁶. D. João II acrescentou a sua Casa com grande prestígio e património, dando-lhe o título de conde, o senhorio, a alcaidaria e os direitos de Ourém, subtraídos ao duque de Bragança⁸⁷, e elevando D. Pedro a marquês de Vila

⁸¹ Cf. *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. XXXIX e XLVIII, pp. 50 e 60-62.

⁸² D. Maria recebeu também a herdade da Romeira e uma parte do reguengo pequeno de Odivelas, localizados, tal como o Monte de Trigo, no termo da vila de Portel (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 9, fl. 49v; *Leitura Nova*, Livro 2 de Místicos, fls. 81-81v).

⁸³ Cf. *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. XLVIII, pp. 60-62; *Livro de Linhagens*, pp. 7-9. A importância histórica destes fidalgos em Espanha, particularmente do arcebispo de Zaragoza foi analisada por Adrián Blázquez Garbajosa, «Don Fradique de Portugal, Obispo y Señor de Sigüenza», in *Primeiras Jornadas de História Moderna*, vol. I, Lisboa, 1986, pp. 499-508.

⁸⁴ D. Luís pertenceu também aos Treze, órgãos colegial directivo desta Ordem (cf. Maria Cristina Gomes Pimenta, *As Ordens de Avis e Santiago na Baixa Idade Média – O Governo de D. Jorge*, Palmela, 2002, p. 520).

⁸⁵ A concessão dos bens confiscados é de 8 de Novembro de 1488 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 14, fl. 82v; *Leitura Nova*, Livro 4 de Odiana, fls. 204-204v). A 22 de Novembro de 1486, D. João II agraciara-o com um tença anual de 12.000 reais, anteriormente auferida pelo sogro Rui Lobo (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 67v).

⁸⁶ Cf. *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. LXXVIII, CXIII e CXXXII, pp. 118-119, 148-149 e 199.

⁸⁷ Esta mercê, feita a 22 de Outubro de 1487, não trouxe tão avultados custos para a Fazenda Real como poderia, já que se fez em detrimento de uma renda que D. Pedro antes auferia, de 35.000 reais por ano (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 21, fl. 37v; *Leitura Nova*, Livro 2 de Místicos, fls. 194-195v; *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, fls. 14-14v).

Real, em cerimónia de invulgar pompa⁸⁸. Este acto adquire particular importância, se considerarmos que este rei só realizou mais uma promoção entre os nobres titulados, durante todo o seu reinado, a de D. Vasco Coutinho, feito conde de Borba. A partir desta data, a Casa de Vila Real tornou-se a segunda mais importante do Reino e o seu primogénito o único indivíduo a possuir o título de marquês, apenas superado pelo do duque D. Manuel.

Também o irmão e os filhos de D. Pedro de Meneses serviram D. João II, sobretudo no Norte de África (ver genealogia 2). O irmão D. João de Noronha exerceu a capitania de Ceuta de 1481 a 1487, denotando o regresso daquele ofício à posse da casa, prevendo nós que tenha falecido em combate neste último ano⁸⁹. D. António de Noronha também o serviu, de 1487 a 1490, sendo capturado pelos mouros, aquando duma entrada sobre o sertão da cidade; valeu ao fidalgo a prisão do xerife *Ali Barrexe* por D. João de Meneses, capitão de Tânger, devolvido aos muçulmanos em seu resgate⁹⁰. D. António participou também, com o seu irmão mais velho D. Fernando de Meneses, e com os dois mais novos, D. Henrique e D. Diogo, na tomada de Targa e no ataque a Camice, onde estes dois últimos foram armados cavaleiros. A grande honra pelo sucesso da operação coube porém a D. Fernando, o primogénito, galardoado e «*como bom capitão muy louuado*» e «*del Rei com muyta honra recebido*»⁹¹. A satisfação do monarca foi tal que, no mesmo ano da empresa, lhe cedeu, expressamente pelo grande desempenho militar ali demonstrado, os direitos reais de Rio Maior, incluindo a alcaidaria do seu castelo, no que constituiu a primeira doação à Casa de Vila Real, directamente feita a si⁹². Saliente-se que D. João II favoreceu também um filho do marquês D. Pedro que optou pela vida monástica, D. João de Noronha; para além de o designar prior de Santa Cruz de Coimbra, cabeça da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Portugal, numa clara interferência e desrespeito pelas

⁸⁸ A sessão solene realizou-se em Beja, a 1 de Março de 1489, com um cerimonial bastante revelador do papel político e social que D. João II desejava que esta família passasse a desempenhar (cf. *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. LXXVIII, pp. 118-119). Veja-se também uma versão copiada da descrição desta cerimónia (cf. BNL, *Reservados*, cód. 484, fls. 155v-157) e as reflexões de João Cordeiro Pereira, «A Estrutura Social e o seu Devir», in *Nova História de Portugal*, vol. V (*Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*), Lisboa, 1998, pp. 315-318.

⁸⁹ Cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, *Ceuta Portuguesa (1415-1656)*, Ceuta, 1998, p. 187. A morte de D. João em 1487 está atestada por uma carta de concessão vitalícia a seu filho D. Pedro, então ainda apelidado de Noronha, da vila de Vilar Maior, que fora de seu pai; tudo indica que o senhorio de Sortelha tenha regressado à posse da Coroa (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 21, fl. 35v; *Leitura Nova*, Livro 6 de Místicos, fls. 42v-43; *Leitura Nova*, Livro 1 da Beira, fls. 190v-191).

⁹⁰ Na emboscada preparada pelos mouros, D. António foi muito ferido e muitos combatentes portugueses perderam a vida (cf. *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. LXXV, pp. 109-110).

⁹¹ Cf. *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. CXI, pp. 146-148.

⁹² Concessão de 23 de Julho de 1490 (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 2 de Místicos, fls. 195v-196).

regras do convento, parece ter tomado o seu partido nas contendas cíclicas com o bispado de Coimbra⁹³.

Sortes diversas tiveram também os descendentes do arcebispo de Lisboa D. Pedro de Noronha (ver genealogia 6). D. Isabel e D. Leonor viram os seus maridos serem inculcados na conjuração dos duques de Bragança e Viseu contra o rei, exilando-se com eles. O marquês de Montemos faleceu sem descendência pouco depois da sua fuga, mas Lopo de Albuquerque levou mais longe a sua desobediência: deixou a mulher em Sevilha e seguiu para Inglaterra, onde fez campanha contra o monarca português, procurando convencer armadores ingleses a participar nos resgates da Guiné, considerados monopólio pela Coroa portuguesa⁹⁴. Destino inverso teve D. Inês, casada com um dos titulados mais próximos de D. João II, D. João de Almeida, que herdou automaticamente o condado de Abrantes à morte do pai.

D. Pedro de Noronha, também filho do arcebispo, foi particularmente favorecido por D. João II. Provido no ofício de mordomo-mor, desempenhou diversas tarefas a seu serviço no Reino, constituindo-se como um dos seus oficiais de maior confiança, membro do seu Conselho e um homem «*de muyta honra e grande autoridade*». Destaquem-se entre estas o acompanhamento do ainda príncipe na batalha de Toro, a entrega do herdeiro D. Afonso nas terçarias de Moura, o comando de uma expedição armada para reduzir o castelo de Sabugal à jurisdição régia, depois de anulada a traição dos duques, e a liderança de uma embaixada de obediência ao Papa Inocência VIII⁹⁵. O monarca, simultaneamente mestre da Ordem de Santiago, agraciou ainda este seu valido com o posto de comendador-mor daquela milícia, um cargo de topo na sua hierarquia, uma vez que lhe incumbia substituir o mestre, em caso de impedimento deste⁹⁶. Falecido pouco tempo depois do desastre do príncipe D. Afonso em Santarém, D. Pedro teve em D. Henrique e D. Martinho dois dignos sucessores⁹⁷. O primeiro, feito membro do Conselho Real, herdou o posto de comendador-mor da mencionada Ordem, ao passo que o segundo, apesar de não ter possuído nenhum cargo palatino, parece ter

⁹³ D. João fora já nomeado prior de Santa Cruz por D. Afonso V, mas os protestos dos cónegos junto da Santa Sé, que alegavam a pouca idade do candidato, acabaram por obrigar o rei a voltar atrás nos seus intentos (cf. Fortunato de Almeida, *op. cit.*, tomo II, pp. 125-126 e 324). Sabemos que 1492 foi um ano de graves conflitos na cidade de Coimbra, que obrigaram o rei a intervir policialmente (cf. *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. CLI, pp. 291-293). A nomeação pelo Africano é contestada por F. Félix Lopes («Frei Henrique de Coimbra, O Missionário. O Diplomata. O Bispo», in *Studia*, n.º 37, Lisboa, Dezembro de 1973, pp. 67-69), que apenas aceita o exercício daquele cargo por D. João de Noronha no reinado do Príncipe Perfeito.

⁹⁴ D. João II mandou perseguir este fidalgo, intercedendo também junto do rei inglês para que o mandasse prender; ao cativo na torre de Londres seguiu-se uma nova fuga de D. Lopo para Barcelona e, depois, para junto da mulher em Sevilha, onde veio a falecer (cf. *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. LII e LXXIII, pp. 77 e 108-109).

⁹⁵ Cf. *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. XLI, LV e LVIII, pp. 53-54, 85-86 e 90.

⁹⁶ Sobre este cargo veja-se o estudo de Maria Cristina Gomes Pimenta, *As Ordens de Avis e Santiago ...*, p. 121.

⁹⁷ Cf. *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. CXLII, p. 189.

integrado o séquito de D. João II, nos momentos finais do seu reinado⁹⁸, recebendo em recompensa o senhorio das terras do Cadaval, retiradas ao marquês de Montemor⁹⁹. Os dois fidalgos foram igualmente felizes nos seus casamentos, já que D. Henrique desposou a filha do seu primo D. João de Noronha e D. Martinho a herdeira de Gonçalo de Albuquerque, senhor de Vila Verde. O mordomo-mor D. Pedro teve ainda uma filha, D. Guiomar de Noronha, que casou com Rui Teles de Meneses, fidalgo da Casa Real, senhor de Unhão e, mais tarde, mordomo-mor da imperatriz D. Isabel, filha de D. Manuel I¹⁰⁰. D. Fernando de Noronha, também filho do arcebispo de Lisboa, também não foi lesado durante o governo do *Príncipe Perfeito*. Além de lhe ter sido confiada a governança da Casa da Excelente Senhora D. Joana, foi-lhe atribuída metade da quinta de ilhas (Mafra), a alcaidaria-mor do castelo de Salir, com seus direitos, e o estatuto de membro do Conselho Real¹⁰¹.

Uma pequena nota final para referir os descendentes de D. Henrique de Noronha (ver genealogia 8). A condessa da Atalaia D. Maria de Noronha gerou três filhos, dos quais destacamos D. Leonor de Noronha, herdeira da Casa depois da morte sem descendência do seu irmão D. Pedro de Melo e após o seu casamento com D. Álvaro de Ataíde, sexto filho do conde da Atouguia¹⁰². Este foi acusado de desobediência juntamente com os duques de Bragança e Viseu, pelo que foi obrigado a fugir para Castela, juntamente com o seu filho D. Pedro; nesta circunstância, a Casa passou para o neto de D. Leonor, D. Fernando de Ataíde, que assim se tornou senhor de Castanheira, Povos e Cheleiros¹⁰³.

Destes destinos contraditórios podemos concluir que os membros da linhagem mais prejudicados foram os ligados aos Braganças, nomeadamente por casamento. Não parece haver uma estratégia geral de condenação, o que acentua o erro da ideia de que o reinado do *Príncipe Perfeito* ficara marcado

⁹⁸ Acompanhou o monarca na sua derradeira expedição ao Algarve, tendo sido enviado por ele a Alcácer do Sal, para convencer o duque de Beja a vir vê-lo. Encontrava-se junto do *Príncipe Perfeito*, quando este faleceu em Alvor, a 25 de Outubro de 1495 (cf. *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. CCX e CCXIII, pp. 277-278 e 285).

⁹⁹ Doação feita a 14 de Fevereiro de 1492, possivelmente pouco depois da morte do seu pai (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 19, fls. 7v-8v; *Leitura Nova*, Livro 11 de Estremadura, fls. 28v-29 e 103-104v).

¹⁰⁰ Contrato de casamento aprovado a 4 de Julho de 1487 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 72v; IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 4 de Místicos, fl. 63v).

¹⁰¹ Mercês de 12 de Maio de 1484 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 22, fl. 67; *Leitura Nova*, Livro 6 de Estremadura, fls. 246v-247) e 9 de Março de 1490 (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 10 de Estremadura, fls. 128-128v).

¹⁰² O contrato de casamento foi aprovado a 2 de Março de 1481 e os direitos de herança dos bens dos condes da Atalaia foram outorgados uma semana depois (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 26, fls. 12v-13v e 35v-36v).

¹⁰³ Sobre esta linhagem veja-se o nosso artigo «Pedro e Vasco de Ataíde», in *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, 2000, cap. 5, pp. 124-130.

por uma cruzada geral contra nobreza. A ascensão dos condes de Vila Real a marqueses e a atribuição do condado de Ourém tratou-se, muito provavelmente, de uma estratégia do monarca para favorecer uma grande Casa, que lhe dera mostras de grande fidelidade e que o servia continuamente em Marrocos, procurando contrabalançar os reveses infligidos a outros membros da alta nobreza; de certa forma, os Meneses ocuparam na hierarquia social desta época, o lugar deixado vago pelos Braganças. O mesmo se pode dizer de ramos mais secundários, beneficiados em detrimento das famílias condenadas por conspiração, como acontece com o mordomo-mor D. Pedro de Noronha. Os Noronhas acabaram por ser protagonistas do processo de recomposição da nobreza empreendido por D. João II, tendente a constituir uma nobreza sua, dependente das suas benesses.

3. Reinado de D. Manuel I

3.1. O Marquesado de Vila Real

A ligação desta Casa a D. João II não prejudicou em nada a sua relação com o novo monarca. Temos aliás indícios para pensar que o marquês de Vila Real e o seu filho primogénito se afastaram do rei, pouco tempo antes da sua morte, rejeitando a sua pretensão em declarar como seu sucessor o filho bastardo D. Jorge¹⁰⁴. Assim, incluída numa série de mercês feitas a membros da alta nobreza seus familiares, logo no início do seu reinado, D. Manuel I agraciou a família com um novo título – o de conde de Alcoutim –, que deveria ser usado pelo herdeiro do marquesado em vida do pai. Tratava-se de uma distinção rara, dada perpetuamente, em que o soberano previa a titulação simultânea do senhor da Casa e do seu sucessor. Obviamente que foi também cedido hereditariamente a D. Fernando de Meneses o senhorio da referida vila, com todas as suas rendas, direitos e jurisdições, tal como possuía a sua mulher D. Maria Freire de herança vitaliciamente¹⁰⁵. Aliás, logo no ano seguinte, o novo conde procurou confirmar todos os privilégios

¹⁰⁴ Numa carta escrita em Caminha, a 7 de Agosto de 1514, o marquês D. Fernando de Meneses relembra a D. Manuel I o episódio em que se agravara com D. João II, por ele escolher Fernão Martins de Mascarenhas para ir aos tratos de Tetuão, praça que estava sobre a jurisdição de seu pai e que lhe estava confiada, pela avançada idade do progenitor. Depois deste episódio, D. Fernando só voltara à Corte aquando da aclamação do duque de Beja. Dizia que os agravos que D. João II lhe fizera eram por causa de D. Manuel, porque «nem aquelas nem martirio podiam bastar a eu fazer ho que nom deuia hum so momento contra voos e contra o que deuia com outras cousas que aguora senhor leixo de dizer [...] posto que ho muito fação aos grandes merecimentos que ante vos tenho» (cf. IAN/TT, *Gaveta 18*, maço 5, n.º 1).

¹⁰⁵ A doação, feita em Muge, a 15 de Novembro de 1496, previa que o herdeiro da Casa só usasse o título de conde de Alcoutim quando tivesse 15 anos, só devendo usufruir do senhorio quando fosse desejo expresso do marquês (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 1 de Místicos, fls. 286-287v). A concessão desta mercê foi registada por Damião de Góis (cf. *CFRDM*, I, xvii).

de que gozara naquela vila a sua sogra D. Leonor Silva, como herdeira do seu marido João Freire de Andrade (ver genealogia 2) ¹⁰⁶.

Parece que nos primeiros anos do reinado do *Venturoso* já não era D. Pedro de Meneses o chefe activo da Casa, mas o seu filho primogénito. Era D. Fernando que participava nos principais actos de governo, como o casamento do rei com a princesa D. Isabel ou a trasladação do corpo de D. João II para a Batalha ¹⁰⁷, e recebia as principais benesses régias. Entre estas destaquem-se os privilégios às suas terras de Rio Maior ¹⁰⁸, a doação de bens em Vila Real ¹⁰⁹, a concessão dos direitos reais de Tavira ¹¹⁰ e a nomeação para o cargo de fronteiro-mor do Reino do Algarve, com os mesmos privilégios que tivera o duque de Viseu D. Fernando ¹¹¹. Estas mercês foram sempre dadas atendendo à sua «*esperiença de guerra*» e aos serviços continuamente prestados na luta contra os mouros em África, onde correram grandes perigos e fizera grandes gastos, uma alusão à administração directa de Ceuta, que exerceu de 1491 a 1509, dando corpo à prestigante política da dinastia de Avis de continuação da Reconquista em Marrocos e aos projectos cruzadísticos manuelinos ¹¹². O marquês, que em 1498 ficou com o duque de Bragança no Reino a auxiliar D. Leonor na regência, durante a viagem de D. Manuel I a Castela, faleceu no ano seguinte, causando grande prostração na Corte, sobretudo no monarca, que se encerrou nos dias seguintes à sua morte, pela grande ligação que lhe tinha ¹¹³.

Morto D. Pedro, D. Fernando herdou todos os bens e privilégios do pai, não lhe sendo porém renovado o título de conde de Ourém, dado a seu pai por D. João II, depois de o tirar aos Braganças. Na sua lógica de restabelecimento daquela grande Casa, D. Manuel I devolveu-o a D. Jaime, compensando os marqueses de Vila Real com a concessão vitalícia dos senhorios de Valença do Minho, Caminha e Valadares, fazendo-os igualmente condes da primeira vila e detentores dos direitos reais de Viana da Foz do Lima e

¹⁰⁶ A posse de uns moinhos no esteiro salgado da Amarela, os privilégios à coudelaria da vila, a dízima da sua Alfândega e a autorização para a existência de um couto de omiziados no seu termo (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 1 de Místicos, fls. 68v-69v, 73v; Livro 1 de Odiana, fls. 295v-296v).

¹⁰⁷ Cf. CFRDM, I, xxiii e xxviii; *Crónica de D. João II e Miscelânea*, pp. 291-293.

¹⁰⁸ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 50; *Leitura Nova*, Livro 1 de Místicos, fls. 70-70v.

¹⁰⁹ Cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 1 de Místicos, fls. 80-81.

¹¹⁰ Estes pertenciam anteriormente a seu pai, que os largara para que o rei pudesse agradecer o seu primogénito, o que ocorreu a 8 de Dezembro de 1496 (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 1 de Místicos, fls. 15-16).

¹¹¹ Cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 1 de Místicos, fls. 293-294.

¹¹² Sobre este assunto veja-se Bernard Rosenberg, «Le Portugal et l'Islam Maghrebain (XV-XVI Siècles)», in *Histoire du Portugal. Histoire Européenne (Acte du Colloque)*, Paris, 1987 e Luís Filipe F. R. Thomaz, «Expansão Portuguesa e Expansão Europeia - Reflexões em Torno da Gênesis dos Descobrimentos», in *De Ceuta a Timor*, Lisboa, 1994, 1-41.

¹¹³ Cf. *Crónica de D. João II e Miscelânea*, pp. 291-293; CFRDM, I, xxxiii.

Monção ¹¹⁴. Estas mercês, bastante compensadoras por aquela perda, faziam dos Meneses praticamente detentores únicos das terras do Alto Minho e terceira Casa mais rendosa do Reino, embora a grande distância dos dois ducados ¹¹⁵. A cumplicidade entre D. Manuel I e D. Fernando de Meneses ficou bem patente quando este o acompanhou na restrita viagem de peregrinação a Santiago de Compostela, realizada em 1502, na qual o soberano, querendo passar despercebido, fez com que toda a gente tratasse o marquês como se fosse a principal figura da comitiva, uma reverência assinalável ¹¹⁶.

Porém, comparando com outras Casas, podemos dizer que o marquesado de Vila Real foi moderadamente acrescentado ao longo deste reinado, parecendo que o monarca procurou sempre evitar a formação de um terceiro empório senhorial, por temer eventuais desequilíbrios de poder, nocivos à centralização régia ¹¹⁷. Este travão à ascensão social dos Meneses, promovida pelos antecessores do *Venturoso*, foi sendo percebido por D. Fernando, com o passar dos anos, a ponto de o ir fazendo afastar-se gradualmente do governo manuelino. A atribuição do título de conde a D. Martinho de Castelo Branco foi o ponto de indignação máxima contra o soberano, por representar a ascensão de novos homens ao círculo máximo do Reino, em detrimento da «velha nobreza». O marquês protestou contra esta atitude dizendo que, antes de D. Martinho, deveria ser titulado o seu irmão D. António, evocando os seus serviços, os dos seus ascendentes e os do próprio D. António «*com os dentes britados e hos narizes cortados por serviço de deus*», aquando da sua estadia em Marrocos; evocava o facto de D. António ser primo segundo como irmão do rei e seu escrivão da puridade «*oficially muy familiar*». Punha o rei perante a ameaça do irmão se exilar em Castela, afirmando que mesmo que lá lhe dessem o estatuto do seu bisavô conde de Gijon ele nunca o aceitaria, porque apenas admitia entrar no reino vizinho para guerrear; alertava que a concretização daquela ameaça repetiria a situação vivida pelos Braganças, no tempo de D. João II ¹¹⁸. Perante estes factos, amargurado e ferido no seu orgulho, D. Fernando cessou a gestão directa da praça que herdara do seu avô em

¹¹⁴ Carta de 1 de Setembro de 1499 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fl. 122v; *Leitura Nova*, Livro 4 de Místicos, fls. 102-104v). O senhorio de Ourém só foi abandonado por D. Fernando de Meneses em 1510, tendo-lhe nessa data o rei cedido em compensação 453.280 reais de renda anual (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 5 de Místicos, fls. 64v-65). A 18 de Dezembro de 1501, D. Manuel I substituíra-lhe também os seus direitos em Rio Maior por um padrão de 45.000 reais, a fim de os devolver ao duque (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 1 de Místicos, fls. 195-196). A 2 de Novembro de 1501, o monarca somou a estas mercês a doação da vila de Monção e seu termo, com os respectivos direitos, rendas e jurisdições (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 92).

¹¹⁵ Cf. Ana Maria S. A. Rodrigues e Luís Miguel Duarte, «A Propriedade», in *Nova História de Portugal*, vol. V (*Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*), Lisboa, 1998, pp. 104-106 e Armando de Castro, *A Estrutura Domínial Portuguesa dos séculos XVI a XIX*, Lisboa, 1992.

¹¹⁶ Cf. CFRDM, I, Lxiii.

¹¹⁷ Cf. João Cordeiro Pereira, «A Estrutura Social e o seu Devir», in *op. cit.*, pp. 320-321.

¹¹⁸ Carta do marquês D. Fernando para o rei, feita em Caminha, a 7 de Agosto de 1514 (cf. IAN/TT, *Gaveta 18*, maço 5, n.º 1).

Marrocos e retirou-se para as suas terras no Norte do país, onde viveu exilado com a marquesa de 1511 a 1517, quase ininterruptamente, bastante afastado da Corte¹¹⁹. A partir delas manteve uma série de conflitos com poderes locais, com o arcebispo de Braga e até o duque de Bragança, sobretudo por questões de jurisdição territorial¹²⁰. Só no final do reinado do Venturoso, após um certo desanuviamento das tensões com a Corte, o marquês voltou a comparecer em cerimónias públicas¹²¹, embora pareça ter ficado satisfeito com a coroação de D. João III, vendo nela uma esperança de restabelecimento dos privilégios da nobreza tradicional¹²². Enfim, D. Fernando foi um nobre do seu tempo, demasiado preocupado com a sua posição social, política e económica, para que possamos descortinar qualquer opinião relativa a questões ultramarinas.

Os sinais de grande entusiasmo e suporte às ideias de D. Manuel I, particularmente no que se reporta à expansão além-mar, foram dados pelo primogénito de D. Fernando, D. Pedro de Meneses, conde de Alcoutim desde a morte do avô, em 1499. O fidalgo privou desde bastante jovem com Cataldo Sículo, um humanista italiano radicado em Portugal desde 1486, que contribuiu significativamente na formação intelectual de vários príncipes e membros da alta nobreza do Reino, como a rainha D. Leonor, a princesa D. Joana (filha de D. Afonso V), os infantes D. Afonso e D. Jorge (filhos de D. João II) e D. Dinis (irmão do duque de Bragança). Cataldo manteve uma relação privilegiada, embora por vezes tensa, com a Casa de Vila Real, ensinando e educando vários dos seus membros, a troca de poder, influência e favores vários; os Meneses apoiaram a sua presença na Corte portuguesa,

¹¹⁹ Um italiano que passou por Lisboa em 1506 notou que o marquês, primo do rei, era mal visto na Corte, «per esser liggiero di cervello e più texto accusato perpazo che altramenti», certamente uma referência às suas atitudes mais destemperadas (cf. Prospero Peragallo, «Carta de el-rei D. Manuel ao Rei Catholico narrando-lhe as viagens portuguesas à Índia desde 1500 a 1505», in *Memórias da Academia de Sciencias de Lisboa - Classe de Sciencias Moraes, Políticas e Bellas Letras*, nova série, tomo VI, parte II, Lisboa, 1892, pp. 67-98). Agradecemos esta informação a Alexandra Pelúcia.

¹²⁰ O Marquês manteve disputas com o duque de Bragança relativamente ao casamento da sua sobrinha D. Beatriz de Lara, filha de D. Joana e do condestável D. Afonso; o primeiro queria casá-la com o seu filho D. Pedro de Meneses, conde de Alcoutim, ao passo que o segundo pretendia ele próprio matrimoniar-se com a rica senhora. A situação gerou ultrajados protestos do marquês ao rei, a 10 de Agosto de 1515, exclamando que «porque asy como eu a vosso serviço devo tanto que por ele me porey ao sacrificio [...] asy nom há Vosalteza de querer nem esperar de tal pessoa como eu que posa leixar nunca huma soa jota do que devo a minha honra» (cf. Luciano Cordeiro, *A Senhora Duqueza*, Lisboa, pp. 238-240).

¹²¹ Esteve no matrimónio de D. Manuel I com a Infanta D. Leonor (cf. *CFRDM*, IV, xxxiii), nas diligências para o casamento de D. Beatriz com o imperador D. Carlos V (cf. *Crónica de D. João II e Miscelânea*, pp. 319-321) e na hora da morte do Venturoso (cf. *CFRDM*, IV, XL).

¹²² A relação de D. Fernando de Meneses com D. Manuel I foi estudada por Jean Aubin, «Vieille noblesse et temps nouveaux. Les ambeteurs du marquis de Vila Real», in *Le Latin et L'Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, vol. III, no prelo.

consubstanciando-se como os seus mais importantes mecenas¹²³. D. Pedro de Meneses terá sido, com a sua irmã D. Leonor de Noronha, o aluno predilecto de Cataldo, que se refere a ele elogiosamente em muitos dos seus textos, à semelhança do que fez com o duque D. Jaime, e lhe dedicou a sua obra *Terceira Visão*¹²⁴. A influência do italiano sobre o fidalgo está patente em diversas cartas, mas o mais significativo testemunho da educação humanista do conde é a oração de sapiência que proferiu, em presença do rei, na abertura solene da Universidade de Lisboa, a 18 de Outubro de 1504; este é, também, o seu mais inequívoco discurso de apoio à «ideia imperial manuelina», tal como foi formulada por Luís Filipe Thomaz¹²⁵.

Tendo como tema o louvor das artes e das ciências, o jovem D. Pedro ocupou boa parte do seu discurso num elogio à acção de D. Manuel I e à gesta dos portugueses nos nove anos precedentes, considerando-a superior à dos heróis da Antiguidade. O apoio dado à Universidade é considerado coisa mínima, face à grande obra construída desde que, «por direito hereditário», o Venturoso começara a reinar, salientando-se a expulsão dos mouros e judeus do Reino, uma vasta obra jurídica, o abaixamento substancial dos impostos, a protecção aos órfãos, viúvas, expostos e indigentes, o arranjo de ruas, praças e esgotos de muitas cidades e a construção de hospitais e igrejas, destacando-se neste último caso a de Belém. Nota-se que todas estas acções, consideradas próprias de um rei que «voltou o seu espírito para as coisas divinas», são completadas no plano internacional por um generoso e desinteressado apoio na luta contra os infiéis, mesmo em situações em que o Reino não corria qualquer risco, lembrando-se a armada que em 1501 partira de Portugal em socorro de Veneza, contra os turcos. O clímax do discurso de D. Pedro é, porém, quando afirma que D. Manuel I uniu o Oriente ao Ocidente, submetendo muitos povos e lugares distantes, alguns deles então desconhecidos, conduzindo muitos à fé cristã. Este facto proporcionara a Portugal a obtenção de muitas mercadorias, como o ouro e o açúcar, dadas pela força divina em satisfação dos méritos do monarca. É particularmente salientada a sua luta constante «na África pela fé católica», imperturbável

¹²³ Cf. Simão Pires Diz, *As Classes Dirigentes de Portugal e o Humanismo nas Epístolas de Cataldo*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1995, pp. 46-67 e 99-100 (tese de doutoramento em Literaturas Clássicas policopiada); Luís de Matos, «Nótulas sobre o humanista italiano Cataldo Sículo», in *A Cidade de Évora*, vol. XI, ano XI (1954), n.º 35-36, pp. 3-13.

¹²⁴ No *Segundo Livro de Visões* Cataldo caracteriza-o assim: «Porque chamo eu o passado de novo à ribalta? Porque vemos, nesta nossa era, que nada brilha, no largo universo, mais digno que este homem. Trata-se do Conde de Alcoutim, Pedro de seu nome; excede no corpo os vivos e no coração os antepassados. E é ainda superior pelo discernimento, a piedade, a fé, a força, os costumes, a arte, a sabedoria e o talento apolíneo. Poderoso em riquezas e servos, excelente herdeiro de seu pai, querido por todos, a sua ascendência é régia» [cf. Helena Maria Ribeiro Costa Toipa, *Cataldo e as Duas Princesas (dissertação de mestrado)*, Coimbra, 1991, pp. 18, 64, 92 e 135].

¹²⁵ Cf. Luís Filipe F. R. Thomaz, «A «Política Oriental» de D. Manuel I e as Contracorrentes», in *De Ceuta a Timor*, Lisboa, 1994, pp. 189-206 e «L'idée impériale manueline», in *La Découverte, le Portugal et l'Europe*, Paris, 1990, pp. 35-103.

perante a riqueza que lhe advém doutras partes do mundo, elogiando-se a sua obra em terras marroquinas; são também mencionados os memoráveis feitos bélicos orientais, «principalmente nos meses precedentes, durante a expedição ao Índico», uma referência clara aos bons resultados militares alcançados pelos homens da armada dos Albuquerque, em 1503. Enfim, o conde de Alcoutim rematou, dirigindo-se ao soberano, dizendo «pareceis um ser único, escolhido por Deus, Senhor do universo, para governardes, com vossa mão, as três partes do mundo, isto é, o orbe inteiro»; comparando-o com os grandes imperadores do mundo clássico, D. Pedro nota a dificuldade dos sábios em arranjar um título para o *Venturoso*, concluindo que Manuel (filho de Deus) é o mais apropriado ¹²⁶.

Para além de um panegírico natural, entre um jovem conde e o seu soberano, e apesar das influências do humanismo de Cataldo Sículo, parece-nos poder descortinar neste texto a visão da situação política do Reino, de D. Pedro de Meneses e dos que o rodeavam, naquela época. O conde de Alcoutim, não só apoiava a acção de D. Manuel I em solo europeu, como enaltecia a sua política expansionista em territórios além-mar, uma posição que se pode ser considerada unânime, entre os grandes senhores do Reino, no que diz respeito a Marrocos, não deixa de ser original no que concerne à aventura oriental do *Venturoso*. Como sabemos às intervenções deste tipo, verdadeiros sustentáculos conceptuais da «ideia imperial manuelina» em toda a sua plenitude, opunham-se muitos membros do próprio Conselho Real, sobretudo no que se refere à expansão asiática. É ainda notória a insistência do conde de Alcoutim em integrar as conquistas no Norte de África e na Ásia num plano geral de combate ao Islão, o que se integra perfeitamente no ideal messiânico de D. Manuel I e na sua predestinação para promover feitos notáveis contra os infiéis. Significativa é a hesitação face ao título justo a dar ao soberano, parecendo retirar-se das palavras do conde que o de imperador seria escasso, perante a natureza divina das suas acções. Diga-se que a justificação para o sucesso da situação económica, onde se celebram as inúmeras riquezas que afluíam ao Reino e se glosa o papel de Lisboa enquanto grande porto de comércio intercontinental, se encontrava na santidade do monarca, dado que resultava do favor divino. Por fim, não deixa de ser curioso que, elogiando-se as personalidades que tinham corporizado a bem sucedida gesta expansionista dos últimos anos, mas não querendo «nomear nenhum dos nossos aqui presentes, para não ferir susceptibilidades», D. Pedro abra uma excepção para citar os acontecimentos protagonizados pelos homens de Afonso de Albuquerque, indefectível apoiante do *Venturoso*, que pouco antes chegara ao Reino com notícias dos sucessos do Índico. Por tudo isto, o texto de D. Pedro

¹²⁶ Utilizámos a tradução do latim da *Oratio Habita a Petro Menesio Comite Alcotini Coram Emmanuele Serenissimo Rege in Scholis Ulixbonae*, feita por Simão Pires Diz, *op. cit.*, pp. 351-356, consultando também a obra de Luís de Matos, *L'Expansion Portugaise dans la Litterature Latine de la Renaissance*, Lisboa, 1991, pp. 26-27.

de Meneses consubstancia-se como um importante texto apologetico da expansão manuelina, proferido precisamente na época em que os seus planos de cruzada entravam numa fase de apogeu ¹²⁷.

Defendendo estes pressupostos teóricos, D. Pedro de Meneses pôs-se ao seu serviço na guerra em Marrocos, palco militar dos grandes do Reino, a partir da capitania de Ceuta a cidade que o vira nascer. Em 1512, com cerca de 25 anos, partiu para aquela cidade, a fim de exercer efectivamente aquele posto, tendo-se aí demorado cinco anos ¹²⁸. Mantendo um estado de guerra latente com as zonas envolventes da cidade, obrigando os mouros a continuamente refugiarem-se nas povoações cercadas, o conde de Alcoutim não terá, porém, obtido muitos feitos memoráveis, durante a estadia no Magrebe. Destacaram-se sobretudo os realizados a meio tempo do seu governo, nomeadamente o ataque às atalaias de Tetuão, donde trouxe muitos cativos e que levou à deserção para o seu campo de alguns cavaleiros muçulmanos, e a resistência ao cerco que dois irmãos do rei de Fez tentaram pôr a Ceuta, na qual a hoste de D. Pedro eliminou cerca de 200 inimigos, sofrendo apenas uma baixa ¹²⁹. Refira-se também o seu boicote ao ataque à vila de Targa, ordenado por D. Manuel I, justificado pela desnecessidade do rei lhe enviar reforços, na pessoa de Diogo Lopes de Sequeira, já que ele sozinho se considerava apto a fazê-lo ¹³⁰. Mais do que uma posição política, o conde mostrava com esta atitude, vulgar entre a fidalguia da época, a contínua preocupação por salvaguardar a sua posição social, mesmo contra o «interesse nacional». Assim, podemos dizer que, apesar do seu claro apoio à guerra santa no Norte de África, encarnado na sua presença em Ceuta, D. Pedro de Meneses acabou por não conseguir, na prática, aumentar significativamente o nome do seu soberano nestas paragens. Com curtos períodos de interregno, os seus irmãos D. João, D. Nuno Álvares e D. Afonso, foram sucessivamente herdando a administração da praça (ver genealogia 4): o primeiro morreu no seu desempenho, em 1524, o segundo, casado com a filha do conde de Vila Nova de Portimão, grande valido de D. Manuel I, ocupou-a durante a década de 30, ao passo que o terceiro, mais tarde vice-rei do Estado da Índia, esteve lá na década de 40.

Os outros descendentes do 1.º marquês de Vila Real, D. Pedro de Meneses, estiveram também presentes na corte de D. Manuel I, desempenhando aí um papel relevante (ver genealogia 2). Entre eles destaque-se o seu segundo filho, D. António de Noronha, provido no ofício de escrivão da puridade pelo

¹²⁷ Veja-se a teorização de Luís Filipe F. R. Thomaz, «A «Política Oriental» de D. Manuel I e as Contracorrentes», in *op. cit.*, pp. 189-206 e «L'idée impériale manueline», in *op. cit.*, pp. 35-103.

¹²⁸ Cf. *CFRDM*, III, xL.

¹²⁹ Este episódio está narrado da mesma forma numa carta do conde para o rei e na obra de Damião de Góis (cf. *CFRDM*, III, Liii), ambas publicadas por José da Silva Terra, «Breve Comentário sobre um Capítulo da «Crónica de D. Manuel» de Damião de Góis e uma Carta do Conde de Alcoutim», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XVII, Paris, 1982, pp. 403-410.

¹³⁰ Cf. *CFRDM*, IV, xxii.

seu casamento em 1503¹³¹. A proximidade e serviço ao monarca valeram-lhe a atribuição de numerosas benesses, que permitiram a constituição da sua própria Casa. Entre elas destaquem-se a doação de alguns direitos reais de Torres Vedras¹³², de privilégios às suas saboarias de Elvas, Terena e Jorumenha¹³³, as dízimas do pescado da vila da Atouguia e o castelo de Linhares¹³⁴. Nos seus feitos dignos de nota, nomeadamente no que à expansão diz respeito, destaque-se as diligências para a assinatura do Tratado de Sintra de 1509, onde rubricou por Portugal o acordo com Castela sobre a demarcação dos limites de conquista dos dois Reinos no Norte de África, fronteira fixada em Velez de la Gomera¹³⁵. Porém, o seu grande desafio, foi a liderança da grande expedição de construção de uma fortaleza na Mamora, ordenada por D. Manuel I, vista como um passo decisiva para a conquista de Marrocos. A atribuição da liderança desta importante missão deve ser vista como uma forma do rei procurar apaziguar as tensões, a que já nos referimos, com a Casa de Vila Real, particularmente agravadas aquando da titulação de D. Martinho de Castelo Branco. Com este gesto o monarca convenceu o fidalgo a não se exilar em Castela, talvez garantindo-lhe as benesses desejadas, em caso de sucesso da expedição¹³⁶.

Capitaneando uma armada de cerca de 200 velas, com mais de 8.000 soldados a bordo, partiu de Lisboa a 13 Junho de 1515, chegando ao destino a 25, depois de ter ultrapassado o primeiro alvoroço da tripulação, que exigiu atacar Larache. Após uma cuidadosa entrada na barra do Cebu e da alteração do sítio inicial de construção da fortaleza, desembarcaram alguns esquadrões que, em poucos dias, armaram uma vila de madeira e levantaram a fortificação. A obra ficou praticamente pronta nos inícios de Agosto, mas o cerco das tropas dos reis de Fez e Mequinez foi-se apertando, obrigando os portugueses a numerosas investidas para sua protecção; uma das iniciativas dos muçulmanos foi colocar à entrada da barra uma forte estância com artilharia, que impedia a entrada e saída de navios no rio e, portanto, o reabastecimento da armada lusa à construção. O capitão-geral ainda procurou

¹³¹ Cf. CFRDM, IV, xL. Com o ofício, D. António recebeu também uma tença de 37.000 reais brancos (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 22, fl. 73v), acrescida três anos depois de outra de 150.000 reais (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 1).

¹³² A 13 de Fevereiro de 1500 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fls. 14v e 54v; *Leitura Nova*, Livro 1 de Estremadura, fls. 245v-246).

¹³³ Cf. *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fl. 81; *Leitura Nova*, Livro 5 de Místicos, fls. 172v-173; *Chancelaria de D. João III*, liv. 53, fl. 259.

¹³⁴ A 15 de Abril de 1505, D. Manuel I deu-lhe, em desconto dos 160.000 reais que lhe pusera de assentamento, a referida dízima nova e velha do pescado (que valia 62.765), continuando a dar-lhe 97.235 reais em dinheiro. A 13 de Janeiro de 1507, o rei aceitou alienar esta última verba em Francisco de Almeida, com o qual D. António trocara o castelo de Linhares (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 5 de Místicos, fls. 22-22v).

¹³⁵ Cf. IAN/TT, *Gaveta 17*, maço 3, n.º 2, publ. *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, 1.ª série (Dynastie Sadienne, Archives et Bibliothèques de Portugal), tomo I, pp. 213-220; CFRDM, II, xxx.

¹³⁶ Veja-se Jean Aubin, «Vieille noblesse et temps nouveaux...», in *op. cit.*, no prelo.

colocar uma grande nau no centro do rio que, com a sua artilharia responderia ao fogo inimigo, permitindo que as outras embarcações passassem a salvo por trás dela; tal manobra revelou-se contudo ineficaz a prazo, dado que poucos dias depois a nau foi afundada. O ataque directo às hostes muçulmanas também foi mal sucedido, já que a falta de mando entre os três esquadrões levou à morte de 1.200 portugueses¹³⁷. A escolha do local para a construção da fortaleza parece ter sido, aliás, a principal causa para o falhanço da expedição, já que foi relativamente fácil aos mouros cercá-la por terra e por mar. Pouco antes de estar acabada, D. António desculpou-se ao rei, dizendo que fora enganado pelos marinheiros e pilotos, porque estes lhe tinham afirmado que não era possível a nenhuma força bloquear a barra do Cebu¹³⁸. Um dos nautas, por oposição, culpava o capitão-geral e D. Álvaro de Noronha, que tinham aceite sem hesitação as indicações do mestre Boytac, impedindo-o de dar a sua própria opinião¹³⁹.

Perante o descalabro, D. António propôs novas acções ao rei, com vista a suavizar o fracasso da empresa, nomeadamente a construção de uma grande torre sobre as estâncias de Moulay En-Naser, irmão do rei de Fez, pedindo para isso um reforço significativo do contingente¹⁴⁰. Incentivava também o monarca a autorizar um avanço imediato sobre Salé ou Anafé, praças que estavam completamente desprotegidas e que, segundo o seu regimento, deviam ser tomadas após a concretização da fortaleza da Mamora¹⁴¹. Porém, tomando conhecimento da situação e verificada a impossibilidade de manter a praça, a fim de evitar um desastre maior, D. Manuel I ordenou a D. António que a evacuasse e regressasse directamente ao Reino. A falta de ordem na retirada foi, no entanto, a maior causa de perda de muitos homens: as gentes puseram-se em fuga desordenadamente para as embarcações, que saíram todas ao mesmo tempo da foz; a estreiteza da barra, aliada ao persistente fogo muçulmano, fez com que muitas encalhassem na praia ou se

¹³⁷ Cf. CFRDM, II, Lxxvi e BNL, *Reservados*, maço 7638, n.º 40, fl. 73v, referente a uma cópia do século XVI, de uma relação desta expedição, feita a 10 de Agosto de 1515.

¹³⁸ Carta de D. António para o rei, feita a 30 de Julho de 1515 (cf. IAN/TT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 306, publ. *Les Sources Inédites...*, tomo I, pp. 707-712).

¹³⁹ Carta de Diego de Medina para o rei, escrita a 1 de Agosto de 1515 (cf. IAN/TT, CC, I-18-52, publ. *Les Sources Inédites...*, tomo I, pp. 707-712). Diogo Boytac era um dos principais arquitectos do Reino, autor dos projectos da igreja dos Jerónimos, da fortificação de Arzila e de reparações em boa parte das praças portuguesas em Marrocos, onde se deslocou frequentemente (cf. Rafael Moreira, «A época manuelina», in *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, 1989, pp. 120-123 e Saul António Gomes, «Mestre Boytac», in *Mare Liberum*, n.º 8, Lisboa, Dezembro 1984, pp. 91-116).

¹⁴⁰ Carta de D. António para o rei, de 30 de Julho de 1515 (cf. IAN/TT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 306, publ. *Les Sources Inédites...*, tomo I, pp. 707-712). As opiniões do capitão-geral eram, genericamente, corroboradas por D. Álvaro de Noronha, o segundo comandante da expedição a quem nos voltaremos a referir (cf. IAN/TT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 38, publ. *Les Sources Inédites...*, tomo I, pp. 726-727).

¹⁴¹ Cartas de D. António para o rei, escritas a 3 e 4 de Agosto de 1515 (cf. *Cartas dos Governadores de África*, n.º 8 e *Cartas Missivas*, maço 2, n.º 204, publ. *Les Sources Inédites...*, tomo I, pp. 717-720).

destruísem; pereceram na empresa 4.000 indivíduos, cerca de metade dos que saíram de Lisboa dois meses antes. Embora seja impossível imputar culpas directas ao escrivão da puridade, a verdade é que a sua falta de mando foi determinante para o fracasso da empresa. Dificilmente D. António pôde escapar à responsabilização pelo maior fracasso militar ocorrido durante todo o reinado do *Venturoso*, desastre que inviabilizou o controlo da província da Enxovia pelos portugueses e que, a prazo, fez esmorecer os planos cruzadísticos manuelinos em Marrocos. Com esta derrota, apesar de já ter conseguido constituir a sua própria Casa, D. António falhou a possibilidade de ser titulado durante o reinado de D. Manuel; o condado de Linhares só o recebeu em 1525, já sob D. João III ¹⁴².

Refira-se ainda a descendência que D. António assegurou, depois do casamento com D. Joana, filha do conde de Portalegre D. Diogo da Silva, aio de D. Manuel I e seu grande valido (ver genealogia 5) ¹⁴³. O primogénito, D. Inácio de Noronha, comendador de Santa Maria de Marcorvos da Ordem de Cristo, casou com a filha do Almirante D. Vasco da Gama, renunciando à Casa por não ser digno dela. D. Francisco foi 2.º conde de Linhares, ao passo que D. Pedro, casado com a filha do mordomo-mor da rainha D. Maria, distinguiu-se nos combates em Ceuta, onde apoiou os seus familiares. Finalmente, D. Maria e D. Mar-garida desposaram respectivamente Afonso de Albuquerque, filho legitimado do governador do Estado da Índia, e D. João de Meneses, senhor de Cantanhede ¹⁴⁴.

Os percursos de D. Henrique e de D. Diogo de Noronha, filhos terceiro e quarto do marquês, foram em tudo semelhantes (ver genealogia 2). Com uma vida praticamente passada no Reino, pontuada por breves passagens por Ceuta, estes dois fidalgos bastaram-se com rendimentos deixados pelo pai ou obtidos por casamento, tornando-se importantes nobres de Corte. Acompanharam o rei em importantes cerimónias, como a recepção a D. Isabel, sua primeira mulher ¹⁴⁵, a viagem do casal real a Castela, onde foram jurados herdeiros da Coroa ¹⁴⁶, a assinatura do Tratado de Sintra ¹⁴⁷, o juramento de D. Leonor, terceira mulher do *Venturoso* ¹⁴⁸ e a sua morte ¹⁴⁹. D Henrique,

¹⁴² Uma concessão que terá ficado a dever-se, em grande medida, à desistência, feita na mesma data, do ofício de escrivão da puridade em seu sobrinho D. Miguel da Silva, um homem em plena ascensão junto de D. João III (cf. Jean Aubin, «La Noblesse Titree sous D. João III: Inflation ou Fermature?», in *Le Latin et L'Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, vol. I, Lisboa/Paris, 1996, pp. 375-378).

¹⁴³ Veja-se o artigo sobre esta personagem, da autoria de Silvina Silvério e Marisa Pires Marques, incluído neste volume.

¹⁴⁴ Cf. *Livro de Linhagens*, pp. 228-229 e *Título de Noronhas*, fls. 75-76.

¹⁴⁵ Cf. *CFRDM*, I, xxiii.

¹⁴⁶ Chegando a Toledo na Páscoa de 1498, D. Henrique e D. Diogo integraram um grupo de grandes do Reino que foi adiante prestar cumprimentos a D. Fernando de Aragão (cf. *Crónica de D. João II e Miscelânea*, pp. 298 e 302).

¹⁴⁷ D. Diogo de Noronha acompanhou o seu irmão D. António na assinatura deste tratado (cf. IAN/TT, Gaveta 17, maço 3, n.º 2, publ. *Les Sources Inédites...*, tomo I, pp. 213-220).

¹⁴⁸ Cf. *CFRDM*, IV, xxxiii.

¹⁴⁹ Cf. *CFRDM*, IV, xL.

casado com a filha do 1.º conde de Cantanhede, recebeu ainda jovem uma tença de 100.000 reais anuais de seu pai, uma ajuda para a constituição da sua Casa ¹⁵⁰. Quanto a D. Diogo, pelo casamento com D. Joana, filha de D. Rodrigo de Meneses, tornou-se senhor de vários direitos no termo de Torres Vedras, nomeadamente os reguengos de Macheça, Ordasqueira, Runa e Monte Rei ¹⁵¹. Este fidalgo, por vezes alcunhado o *Cabeças*, desempenhou ainda os cargos de alcaide-mor de Óbidos e de comendador-mor da Ordem Cristo, ganhando uma solidez financeira e um posicionamento social apreciável. Não tendo descendência do primeiro matrimónio, D. Diogo consorciou-se segunda vez com D. Filipa de Ataíde, resultando daí apenas uma filha, que casou com um grande do Reino, D. Afonso, filho de D. Dinis e neto de D. Fernando, 3.º duque de Bragança, que assim herdou a referida alcaidaria-mor e o cargo de comendador-mor da mencionada Ordem.

Tendo apenas uma filha legítima, D. Joana de Noronha, o marquês D. Pedro conseguiu casá-la com um importante senhor, particularmente querido de D. Manuel I, o seu sobrinho D. Afonso, bastardo do seu irmão D. Diogo. O contrato de casamento, feito já por D. Fernando, em virtude da morte do seu pai meses antes, foi assinado no Paço da Ribeira, diante da Infanta D. Beatriz. O matrimónio obrigou a Casa de Vila Real a um notável esforço financeiro para pagamento do dote a tão grande senhor, exactamente 5.000.000 reais, satisfeitos em prata, jóias, dinheiro e corregimentos de casa; para isso, D. Fernando obrigou os rendimentos da lucrativa portagem de Santarém, que recebera pouco tempo antes do monarca ¹⁵². O enlace foi altamente prestigiante para a linhagem, pela proximidade familiar do noivo a D. Manuel I, que fora provido, pouco antes, do cargo de condestável do Reino ¹⁵³. Durou pouco o matrimónio, já que em Outubro de 1504, D. Afonso faleceu, ainda muito jovem, vítima de doença, deixando apenas uma filha, D. Beatriz de Lara, que veio a casar com o seu primo como irmão D. Pedro de Meneses, conde de Alcoutim e herdeiro do marquesado ¹⁵⁴.

Entre a descendência legítima do marquês D. Pedro refira-se, por último, D. João de Noronha, prior de Santa Cruz de Coimbra no reinado de D. João II. O *Venturoso*, pela sua ligação à família e apreço pessoal ao sobrinho, moveu toda a sua influência junto do Papa Alexandre VI para o tornar cardeal, conseguindo apenas fazê-lo bispo de Ceuta e primaz de África, em 1505, cargo

¹⁵⁰ A 20 de Novembro de 1498, por requerimento do marquês D. Pedro de Meneses, D. Manuel I autorizou o trespasse de duas rendas suas em D. Henrique, a partir de 1 de Janeiro seguinte (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 4 de Místicos, fl. 70v).

¹⁵¹ Bens confirmados a D. Diogo pelo rei, a 6 de Agosto de 1500, poucos meses depois do seu casamento (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fls. 95v-96; *Leitura Nova*, Livro 13 de Estremadura, fls. 98v-99v).

¹⁵² Contrato de 21 de Agosto de 1500, rectificado por D. Manuel I a 8 de Outubro do mesmo ano (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 4 de Místicos, fls. 166-170v).

¹⁵³ Foi nomeado a 31 de Maio de 1500 (cf. *CFRDM*, I, xLv).

¹⁵⁴ Cf. *CFRDM*, I, Lxxii.

que deteve episodicamente, já que morreu meses depois¹⁵⁵. Quanto aos sete filhos bastardos do marquês refiram-se os seguintes factos: D. Afonso de Noronha faleceu em Ceuta no exercício momentâneo da capitania; D. Pedro de Noronha, também pontualmente comandante da praça, foi alcaide-mor de Almeida, por delegação do marquês seu irmão¹⁵⁶, e senhor da vila de Malpartida (termo de Castelo Rodrigo), pelo casamento com a filha de Fernão Cabral, alcaide-mor de Belmonte¹⁵⁷; D. Cristóvão de Noronha foi abade de Montas e Ermidas, nos termos de Vila Real e Lamego; D. Jorge e D. Tristão também combateram em Marrocos, morrendo lá o primeiro.

Uma breve referência final aos descendentes do irmão do 1.º marquês de Vila Real, D. João de Noronha (ver genealogia 3). Depois da sua morte, a viúva D. Joana de Castro herdou inesperadamente a Casa do seu irmão D. João de Castro, 2.º conde de Monsanto, que faleceu em 1496 sem geração. Evocando o seu contrato de casamento, D. Joana reclamou perante D. Manuel I a posse dos bens do irmão, o que foi aceite pelo monarca, que lhe confirmou os senhorios de Monsanto, Medelim, Castelo Mendo, Lourinhã, Cascais, Oeiras, Boquilobo, entre outros¹⁵⁸. Todo este património, afinal a base da Casa de Mon-santo, foi transferido para o primogénito do casal, D. Pedro de Castro, que passou a utilizar o nome da mãe, da qual herdaria a Casa, e não o Noronha do pai, do qual recebeu apenas o senhorio de Vilar Maior. D. Pedro, casado com a filha do 1.º conde de Portalegre, grande valido do *Venturoso*, foi ele próprio um homem muito próximo de D. Manuel I, desempenhando o ofício de seu vedor da Fazenda e estando presente nos principais actos do seu reinado; porém, só foi titulado em 1528, já no reinado de D. João III, pois só nessa data faleceu, já octogenária, a sua mãe¹⁵⁹. Dos restantes descendentes do casal destaquem-se apenas os matrimónios das filhas, realizados entre linhagens de alguma importância, já que os dois filhos, fizeram casamentos algo fora da sua condição: D. Beatriz com D. Diogo Pereira, 2.º conde da Feira¹⁶⁰; D. Margarida com Francisco da Silveira, coudel-mor e senhor de Sarzedas¹⁶¹; D. Guiomar com D. Henrique de Noronha, comendador-mor da Ordem de Santiago, já referido neste trabalho.

¹⁵⁵ Cf. F. Félix Lopes, «Frei Henrique de Coimbra...», in *op. cit.*, pp. 67-69.

¹⁵⁶ Desempenhava este cargo em 1509, conforme o códice B da obra de Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, 2.ª edição, introd. Manuel da Silva Castelo Branco, Lisboa, 1997, p. 15.

¹⁵⁷ Situação aprovada por D. Manuel I, a 16 de Março de 1497 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 27, fl. 4; *Leitura Nova*, Livro 1 da Beira, fls. 124-125).

¹⁵⁸ Cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 1 de Místicos, fls. 14-15 e 284v-297.

¹⁵⁹ Cf. Jean Aubin, «La Noblesse Titree sous D. João III: Inflation ou Fermature?», in *op. cit.*, pp. 375-379.

¹⁶⁰ Veja-se o trabalho de Ana Manuel Guerreiro sobre esta Casa, incluído neste volume.

¹⁶¹ Veja-se a integração familiar deste indivíduo no artigo de Silvina Maria Santos Ferreira Silvério, «Diogo da Silveira, Capitão-mor da Carreira da Índia», in *A Nobreza e a Expansão. Estudos biográficos*, Cascais, 2000, pp. 341-376.

O marquesado de Vila Real e seus descendentes imediatos não participaram, assim, em nenhuma acção de construção do Estado da Índia. Por um lado, a tradição familiar e posicionamento social levou-os a servir o monarca em Marrocos, o palco militar de excelência para os membros da alta nobreza, nomeadamente a partir da sua capitania de Ceuta. Por outro, quase todos os membros deste ramo dos Noronhas desempenharam postos de destaque no panorama político, social, económico e até religioso do Reino; tinham todos o seu lugar na sociedade plenamente conseguido, cargos na Corte ou nas Ordens Religiosas Militares e património fundiário assinalável, pelo que não sentiram necessidade de se lançar nas empresas mais arriscadas da política manuelina. Mesmo assim, veja-se o caso de D. António de Noronha que, na miragem de criar a sua própria Casa, dirigiu a arriscada expedição da Mamora. Quanto a nós, é ainda bastante relevante que o herdeiro do marquesado, o então conde de Alcoutim D. Pedro de Meneses, tenha tomado uma posição pública favorável à expansão lusa na Ásia. Para além de defender claramente um campo da expansão que ainda não era bem aceite pela generalidade da aristocracia portuguesa, o jovem letrado sustentava as posições do *Venturoso* no que se refere à luta contra os muçulmanos, tornando-se num verdadeiro apoiante da «ideia imperial manuelina». Numa época em que homens desta craveira não serviam ainda na Índia, é assinalável que, nos primeiros anos do século XVI, um nobre desta estirpe defendesse tão abertamente tal projecto.

3.2. Descendência de D. Pedro, arcebispo de Lisboa

Destaquemos entre estes apenas três ramos, encabeçados por três filhos varões do arcebispo, D. João, D. Pedro e D. Fernando (ver genealogia 6). Do primeiro pouco há a dizer, a não ser os casamentos dos seus filhos: D. João, que viu dois dos seus descendentes morrerem solteiros a caminho da Índia, com a filha de João Rodrigues de Vasconcelos, senhor de Figueiró e de Pedrógão; D. Sancho, cativo em Ceuta durante uma breve estadia em Marrocos, com a descendente de Frei Paio Correia¹⁶²; D. Joana com Gonçalo Vaz Coutinho, filho de Fernão Coutinho e sobrinho do 1.º conde de Marialva¹⁶³. Parece que este ramo perdeu bastante peso, ficando claramente numa posição social inferior face aos demais membros da linhagem, o que levou, já fora do âmbito desta pesquisa, alguns dos seus membros a procurarem ascensão no serviço régio oriental.

Os filhos de D. Pedro de Noronha mantiveram o mesmo estatuto que tinham durante o reinado de D. João II. D. Henrique, detentor de várias ren-

¹⁶² Cf. *Título de Noronhas*, fls. 12-12v.

¹⁶³ Cf. *Livro de Linhagens*, pp. 195-196. Para a genealogia dos Coutinhos veja-se João Paulo Oliveira e Costa, «Leonel Coutinho, um dos primeiros veteranos da Carreira da Índia», in *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos (Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-portuguesa)*, Angra do Heroísmo, 1998, pp. 627-664.

das e tenças, teve uma vida tranquila no Reino, num cargo de topo de uma das mais importantes instituições, o de comendador-mor da Ordem de Santiago¹⁶⁴. Casou o seu primogénito com a filha de D. Gonçalo Coutinho, comendador e alcaide-mor da Arruda, primo como irmão do 4.º marechal do Reino e do 2.º conde do Redondo¹⁶⁵. A uma das suas filhas (a outra foi freira) arranhou matrimónio com João Fernandes Cabral, alcaide-mor de Belmonte e irmão do célebre descobridor do Brasil. D. Henrique e D. Jorge faleceram solteiros na Índia, já no reinado de D. João III¹⁶⁶. Quanto a D. Martinho, também filho de D. Pedro de Noronha, abdicou do senhorio de Cadaval para que D. Manuel I pudesse agraciar o seu primo D. Álvaro, mas foi largamente compensado pela doação dos rendimentos de vários ramos da lucrativa portagem de Lisboa¹⁶⁷. Entre os seus sucessores destaque-se D. Pedro, herdeiro do senhorio de Vila Verde por morte da mãe¹⁶⁸, fronteiro em Safim durante a capitania de Nuno Fernandes de Ataíde¹⁶⁹, casado com a filha de Francisco da Silveira, coudel-mor e senhor de Sarzedas¹⁷⁰, e mais tarde vedor da Fazenda da rainha D. Catarina. Refiram-se também D. Fernando de Noronha, pagem e copeiro do Infante D. Luís, e D. Francisco, que se perdeu sem geração na viagem para a Índia da armada de 1533, sendo capitão de uma das embarcações¹⁷¹.

Entre os descendentes do arcebispo de Lisboa há, contudo, que ressaltar, no que à expansão diz respeito, os filhos de D. Fernando de Noronha, governador da Casa da Excelente Senhora D. Joana e marido de D. Constança de Albuquerque¹⁷². Esta ligação matrimonial fez os seus filhos sobrinhos

¹⁶⁴ D. Henrique de Noronha foi ainda comendador de Canha e Cabrela da referida Ordem, desde pelo menos 1493 e até cerca de 1530. O seu substituto no posto de comendador-mor foi D. Afonso de Lencastre, filho do mestre D. Jorge, sinal da grande importância de que se revestia este cargo (cf. Maria Cristina Gomes Pimenta, *As Ordens de Avis e Santiago...*, pp. 121 e 453-54).

¹⁶⁵ Cf. *Livro de Linhagens*, pp. 191-192, além do citado artigo de João Paulo Oliveira e Costa, «Leonel Coutinho, um dos primeiros veteranos da Carreira da Índia», in *op. cit.*, pp. 627-664.

¹⁶⁶ Cf. *Título de Noronhas*, fl. 19v; *Ásia*, III, ix, 5.

¹⁶⁷ Cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 11 de Estremadura, fls. 28v-29 e 103-104v.

¹⁶⁸ Deve ter ocorrido por volta de 1513, já que a 8 de Julho desse ano é-lhe confirmado o seu senhorio (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fls. 48-52v; *Leitura Nova*, Livro 11 de Estremadura, fls. 28v-29 e 103-104v).

¹⁶⁹ Esteve certamente nesta praça em 1515, participando em Abril no ataque dos capitães de Safim e Azamor à cidade de Marraquexe (cf. *CFRDM*, III, Lxxiii) e sendo enviado por Nuno Fernandes em socorro da fortaleza de São João da Mamora, em Agosto seguinte (cf. IAN/TT, *Gaveta 20*, maço 2, n.º 61, publ. *Les Sources Inédites...*, tomo I, pp. 732-735). Veja-se sobre este assunto o nosso estudo sobre «Nuno Fernandes de Ataíde, o nunca esta quedo capitão de Safim», in *A Nobreza e a Expansão. Estudos biográficos*, Cascais, 2000, pp. 161-205.

¹⁷⁰ Francisco da Silveira era casado com D. Margarida de Noronha, filha de D. João de Noronha e de D. Joana de Castro, como vimos atrás.

¹⁷¹ Cf. *Ásia*, IV, iv, 23.

¹⁷² A 7 de Fevereiro de 1498, D. Manuel I retirou-lhes a referida governança, mas determinou que continuassem a auferir vitaliciamente a tença de 81.140 reais que lhe estava inerente (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 1 de Místicos, fl. 193v).

de Afonso de Albuquerque, o que os lançou definitivamente para o serviço de D. Manuel I na Ásia. Assim, D. Afonso de Noronha, primogénito de D. Fernando¹⁷³, e D. António de Noronha, seu quinto filho, partiram de Lisboa em Março de 1506 rumo ao Oriente, na armada comandada por Tristão da Cunha e por Albuquerque¹⁷⁴. D. Afonso levava à partida de Lisboa a capitania da fortaleza a construir na ilha de Socotorá, cuja conquista se justificava pelo desejo de controlar a navegação no Estreito do Mar Vermelho¹⁷⁵. Antes de atingir este objectivo, a armada visitou vários pontos da costa oriental africana, cobrando tributos às cidades que se sujeitassem e saqueando as que recusassem a superioridade do monarca português na região. Nestas acções, de que se destacam os ataques a Oja e a Brava, os jovens sobrinhos de Albuquerque, integrando a sua frente de batalha, começaram a dar sinais das suas capacidades militares, sendo armados cavaleiros pelo tio¹⁷⁶.

A tomada da fortaleza do *Suq*, em Socotorá, deu-se com alguma dificuldade, dada a séria resistência feita pelos árabes fartaquis, que se tinham senhoreado do lugar cerca de 25 anos antes. Embora Tristão da Cunha se tenha apressado, para impedir o controlo da batalha por Albuquerque, este levou a melhor, dando a primazia no combate a D. Afonso, para que ele pudesse honrar o posto que D. Manuel I lhe confiara. Este, «*como quem deseja ver a noiva com quem o haviam de desposar, pola provisão que levava del Rei de capitão*», foi o primeiro a desembarcar, encaminhando-se rapidamente para a fortaleza, onde travou brava luta e acabou por eliminar o xeque fartaque Khawadjah Ibrahim (Coje Abrehem). Morto o chefe da resistência, rapidamente se tomou posse da fortaleza do *Suq*¹⁷⁷, rebaptizada com a evocação de São Miguel, pelo que, Tristão da Cunha tomou a menagem dela a D. Afonso de Noronha, a 6 de Maio de 1507, e proveu os demais ofícios, nomeadamente o de alcaide-mor, entregue ao cunhado do capitão, Fernão Jácome; o capitão-mor recomendou especialmente a D. Afonso que reforçasse as estruturas defensivas existentes e que dialogasse com a população local, a

¹⁷³ Quando partiu para o Oriente D. Afonso já tinha herdado os bens do pai, nomeadamente o castelo de Salir. A 30 de Março de 1503 o rei autorizara-o a vender aquele lugar a D. Diogo de Noronha, filho do marquês de Vila Real, e à sua mulher D. Joana de Meneses, a troco de 10.000 reais de tença anuais (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 21, fl. 18).

¹⁷⁴ Sobre esta armada veja-se Geneviève Bouchon, *Afonso de Albuquerque. Leão dos Mares da Ásia*, Lisboa, 2000. Para um completo acompanhamento do percurso de D. Afonso e D. António de Noronha veja-se o nosso estudo na obra *Os Capitães de Afonso de Albuquerque*, coord. João Paulo Oliveira e Costa e Alexandra Pelúcia, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, no prelo.

¹⁷⁵ Cf. *Ásia*, II, i, 1; *Lendas*, I, p. 664; *CFRDM*, II, xxi. Sobre as razões que levaram D. Manuel I a interessar-se por esta ilha veja-se o estudo de Zoltán Biedermann, «*Nas Pegadas do Apóstolo: Socotorá nas Fontes Europeias dos Séculos XVI e XVII*», in *Anais de História de Além-Mar*, n.º 1, 2000, pp. 290-293.

¹⁷⁶ Cf. *Ásia*, II, i, 2; *História*, II, xxxvii; *Lendas*, I, pp. 671-677; *CFRDM*, II, xxii.

¹⁷⁷ Cf. *Ásia*, II, i, 3 (que citámos); *História*, II, xl e xli; *Lendas*, I, pp. 678-682; *CFRDM*, II, xxiii.

fim de se assentarem pazes, o que parece ter-se verificado, dado que o lugar de *Sug* voltou rapidamente a povoar-se¹⁷⁸.

Separado de Tristão da Cunha, que em Agosto se dirigiu para a Índia, Albuquerque iniciou a sua campanha para dominar a entrada do Golfo Pérsico, projecto que, em boa medida, só se concretizou em 1515¹⁷⁹. Realizou uma série de ataques a praças da região, das quais salientamos Mascate, Soar e Corfacão, acções em que D. António teve sempre papéis de destaque¹⁸⁰. Este distinguiu-se também na tomada de Ormuz, primeiro na batalha naval, em que atacou a nau *Meril* e comandou um raid absolutamente devastador sobre várias embarcações mouras e, depois de autorizada a construção da fortaleza, no ataque às forças de Cojeatar, que estorvavam a acção dos portugueses¹⁸¹. D. António esteve também na origem dum dos motivos de conflito entre Albuquerque e os capitães Manuel Teles, António do Campo e Afonso Lopes da Costa. Estes, para além de não concordarem com a prolongada estadia em Ormuz, reclamaram com o capitão-mor quando este indigitou Jorge Barreto de Castro na capitania da futura fortaleza, com a condição de que este a exercesse apenas enquanto não viesse de Socotorá D. Afonso de Noronha. Perante a recusa do provido, Albuquerque fez seu sobrinho D. António capitão, que aceitou trocar posteriormente de capitania com o irmão. Repare-se que, desta forma, Albuquerque preconizava colocar os seus dois familiares à cabeça das duas mais importantes bases portuguesas na região, uma segurança para que pudesse aplicar, sem contestações, a sua política. O plano não se concretizou pela partida daqueles fidalgos, à revelia do *Terrível*, para a Índia¹⁸².

¹⁷⁸ Cf. *Ásia*, II, i, 3; *História*, II, xLii; *Lendas*, I, p. 683. A contextualização pode ler-se em Zoltán Biedermann, «*Nas Pegadas do Apóstolo...*», in *op. cit.*, pp. 292-294.

¹⁷⁹ Sobre o assunto veja-se Jean Aubin, «Cojeatar et Albuquerque» e «Le Royaume d'Ormuz au Début du XVI Siècle», in *Le Latin et L'Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, vol. II, Lisboa/Paris, 2000, pp. 149-196 e 287-376.

¹⁸⁰ Na primeira foi o responsável pela estucada final no xeque local, parecendo que, também aqui, Albuquerque quis dar a honra do feito ao seu sobrinho, fazendo-o «capitão deste alcance». Na segunda vila, dirigiu a embaixada às autoridades muçulmanas, que aceitaram pelo temor a autoridade portuguesa. Finalmente em Orfacão foi responsável pela perseguição aos seus moradores que, vendo as embarcações lusas, logo acorreram às serras envolventes (cf. *Ásia*, II, ii, 1; *História*, II, Lvi; *Lendas*, I, pp. 808-812; *CFRDM*, II, xxxi).

¹⁸¹ Nesta situação, foi particularmente responsável pelo entupimento dos poços que abasteciam a cidade, uma manobra de Albuquerque para reduzir à obediência os seus habitantes e neutralizar as acções de Cojeatar. O bem sucedido contra-ataque deste cavaleiro muçulmano, fez com que D. António se ferisse na perna, obrigando-o a retirar (cf. *Ásia*, II, ii, 5; *História*, II, Lxix e Lxx; *Lendas*, I, pp. 825-829; *CFRDM*, II, xxxv).

¹⁸² Esta situação não significa que D. António se tenha dado mal com os capitães da armada, antes pelo contrário, ele foi um dos que procurou convencer o tio a contemporizar com eles, devolvendo-lhes as capitánias suspensas (cf. *Ásia*, II, ii, 5; *História*, II, Lxxii; *Lendas*, I, pp. 845-846 e 868).

Impedido de continuar a sua obra, Albuquerque regressou a Socotorá, onde procurou debelar a grave crise alimentar que se vivia na fortaleza, pela contínua guerra dos fartaques. Encontrou também acamado o seu sobrinho, entre outros portugueses, com doenças derivadas da má alimentação e do contacto com as nativas, segundo explicações coevas. Na verdade, aqueles eram apenas os primeiros sinais da dificuldade e, sobretudo, da pouca utilidade da posição recém conquistada, antevendo-se já o abandono de 1511¹⁸³. Albuquerque voltou ainda à Arábia antes de partir para a Índia, verificando-se que D. António ganhou aqui, de forma inequívoca, o lugar de braço direito do tio na condução das manobras militares. Depois de uma fase em que o capitão-mor acompanhava de perto a acção do sobrinho, dando-lhe por vezes a honra de se salientar nos combates, D. António dirigia agora acções isoladamente, sendo-lhe confiada a capitania de uma embarcação da frota¹⁸⁴. Ao seu comando dirigiu-se para a Índia com Albuquerque, onde chegou em Novembro de 1508¹⁸⁵. Aqui terá tomado uma posição neutral quando D. Francisco de Almeida se recusou a largar o governo, pelo menos não se negou a acompanhá-lo a Diu, como fez seu tio. Liderando o *Andorinho*, D. António teve diversos momentos altos no recontro com os rumes, sendo porém ferido durante o combate¹⁸⁶. Alcançada a paz com os derrotados, o vice-rei atribuiu a D. António mantimentos comprados em Diu e panos de Cambaia, para que este fosse socorrer o seu irmão a Socotorá, donde havia notícias de grande carestia¹⁸⁷. Desta forma, D. Francisco afastou-o do tio, durante o período em que ele esteve preso em Cochim, já que este só regressou à Índia em Outubro de 1509. Ao chegar, vendo o seu estado e tendo conhecimento de que o vice-rei o mandara transferir para Cananor, D. António dispôs-se prontamente a acompanhá-lo, o que Albuquerque negou, dando-lhe antes conselho que ficasse em Cochim, fazendo todas as cortesias a D. Francisco de Almeida, informando-se sobre todas as suas manobras e enviando-lhe constantemente recados sobre o que achasse relevante. O vice-

¹⁸³ Durante a sua estadia, para além de pôr fim aos combates na ilha e de forçar os seus habitantes a pagar tributos, Albuquerque mandou Francisco de Távora a Melinde, para adquirir mantimentos (cf. *História*, II, Lxxiii; *Lendas*, I, p. 872; *CFRDM*, II, xxxv). Sobre o fracasso da ocupação de Socotorá veja-se Zoltán Biedermann, «*Nas Pegadas do Apóstolo...*», in *op. cit.*, pp. 294-298.

¹⁸⁴ Tanto na aproximação a Calaiate, como na entrada sobre o lugar de Nabande (Ormuz), D. António actuou independente do tio, sendo-lhe mesmo confiadas direcções de expedições (cf. *Ásia*, II, iii, 2; *História*, II, Lxxxv e Lxxxviii; *Lendas*, I, pp. 873-874; *CFRDM*, II, xxxvi).

¹⁸⁵ Cf. *Ásia*, II, iii, 2; *Lendas*, I, p. 892; *História*, II, xciii. Segundo esta última fonte, ao avistar Batalalá, D. António de Noronha capturou uma nau de mouros, que vinha das Maldivas.

¹⁸⁶ Cf. *Ásia*, II, iii, 3 e 6; *História*, II, xciiii e xcvi; *Lendas*, I, pp. 924 e 942-945; *CFRDM*, II, xxxviii.

¹⁸⁷ Cf. *Ásia*, II, iii, 7; *História*, II, ci; *Lendas*, I, pp. 957; *CFRDM*, II, xL. Antes mesmo da partida de D. Francisco para Diu, tinham chegado más novas de Socotorá, não se provendo nessa altura um socorro, porque as condições atmosféricas não o permitiam (cf. *História*, II, xciiii); isso mesmo foi explicado por carta a D. Manuel I, pelo vice-rei (cf. *Lendas*, I, 921).

-rei terá acreditado na boa vontade de D. António em ficar junto de si em Cochim, prometendo-lhe a capitania daquela fortaleza, que nesse ano certamente vagaria¹⁸⁸. Não durou um mês este exílio do *Terrível*, em Dezembro desse ano chegou de Portugal uma grande armada, comandada pelo marechal, homem próximo de Albuquerque, que lhe deu posse do governo da Índia¹⁸⁹.

Entretanto, em Socotorá, cumpria-se antes do tempo a transferência de poderes da capitania da fortaleza de São Miguel, «*porque dom Afonso nom quis mais ser capitão, inda que tinha alguns meses por acabar de seruir*»; o jovem Noronha estaria certamente cansado de pouco menos de três anos de exercício do cargo, que se acabara por revelar um fardo, naquela ilha nada rendosa, insalubre e, ainda por cima, em permanente conflito. Duarte de Lemos, capitão-mor da Arábia por morte de Jorge Aguiar, empossou Pedro Ferreira no lugar, dando a D. Afonso um navio para se dirigir à Índia¹⁹⁰. Para além de mandar entregar o governo da Índia a Albuquerque, D. Manuel I provera aquele seu sobrinho da capitania de Cananor, em substituição do amigo do vice-rei, Lourenço de Brito¹⁹¹. A embarcação que Lemos lhe cedeu estava, porém, tão degradada que, mesmo tentando a sua reparação, ficou impossibilitado de sair da ilha. Vendo que o sobrinho tardava, o já empossado governador mandou um navio a Socotorá, comandado por Antão Nogueira e Diogo Correia, para resgatar D. Afonso. Vindo para a Índia numa monção desfavorável, estes homens foram apanhados pela tempestade, que os fez embater, uns nos baixos de Dabul, outros nos recifes de Damão. Se os primeiros foram capturados pelos homens de Adil Xá, os segundos foram levados prisioneiros a Cambaia, perecendo aqueles que, como D. Afonso de Noronha, se atiraram ao mar na esperança de se salvar¹⁹². Desta forma morria o primogénito de D. Fernando de Noronha, ainda assim denominado pelo monarca em Dezembro de 1510¹⁹³, ao serviço da construção do Estado da Índia. Corporizara a tentativa de pôr em prática o ideal de D. Manuel I de domínio do estreito do Mar Vermelho, como forma para abrir as portas de

¹⁸⁸ Cf. *História*, II, iii. Os conflitos de passagem de poder de D. Francisco para Albuquerque estão descritos por Geneviève Bouchon, *Afonso de Albuquerque...*, pp. 158-174.

¹⁸⁹ Sobre o marechal, veja-se o artigo de Vítor Luís Gaspar Rodrigues «As Linhagens Secundárias dos Coutinhos e a Construção do Estado da Índia», incluído neste volume de actas.

¹⁹⁰ Cf. *Ásia*, II, iv, 2; *História*, II, cxvii; *Lendas*, II, p. 11 (que citámos).

¹⁹¹ Depois da partida das naus para o Reino, Rodrigo Rebelo recusou a capitania de Cananor, que Albuquerque lhe dera, por saber que o seu exercício seria pontual, já que se esperava a vinda de D. Afonso de Noronha. O governador convenceu-o a aceitar, dizendo-lhe que o seu sobrinho viria certamente sem disposição para o seu desempenho (cf. *Lendas*, II, 25-26).

¹⁹² Cf. *Ásia*, II, iv, 2; *História*, III, xiiii; *Lendas*, II, pp. 28-29.

¹⁹³ A 6 de Dezembro de 1510, não sabendo da sua morte na Índia, D. Manuel I fê-lo herdeiro dos bens do seu pai, nomeadamente das suas lezírias do Tejo (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 1 de Estremadura, fls. 246-246v; Livro 13 de Estremadura, fls. 26v-27v). A 17 de Abril de 1521, o rei agraciou a viúva, D. Violante Jácome, com uma tença anual de 30.000 reais (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 60).

Jerusalém e monopolizar o trato de especiarias. Uma aposta que se revelou, para além da morte deste Noronha, relativamente fracassada.

Tomado o poder em Cochim, Albuquerque proveu D. António de Noronha da sua capitania, cumprindo a promessa que lhe fizera o vice-rei¹⁹⁴. Contudo, pouco depois requisitou-o para o ataque que, com D. Fernando Coutinho, dirigiu contra Calicute, em Janeiro de 1509. Participando na hoste do tio, D. António aparece-nos aqui, pela primeira vez, como número dois de Albuquerque em combate, uma espécie de sota-capitão da sua frente. Depois do sucesso na tomada da tranqueira que defendia a costa, ficou incumbido de permanecer na praia em defesa dos batéis, retirando a artilharia da posição conquistada e pondo fogo nas embarcações de mouros inimigos, ao mesmo tempo que o resto da tropa seguia para o paço do Samorim. Esta reserva de combatentes acabou por ser vital, perante o descabro do ataque, já que o grupo da praia protegeu a retirada em segurança das forças portuguesas para a armada¹⁹⁵. No mês seguinte, Albuquerque, senhor de uma poderosa força naval pelo acréscimo das naus da esquadra do marechal, determinou prosseguir as conquistas, tomando conselho com os capitães qual o melhor destino a seguir, Ormuz, Adem ou Goa. D. António de Noronha, embora abrisse uma porta à última opção, manifestou-se claramente mais favorável ao regresso à Arábia, como a maioria dos presentes, afirmando que «*indo ao mar Roxo he grande serviço del Rei ir buscar os Rumes*»¹⁹⁶. O governador acabou por se decidir pelo ataque a Goa, fazendo previamente com que os capitães se comprometessem a respeitar o seu sobrinho D. António como seu sucessor, caso ele falecesse, «*ate vir de çacotora dom Afonso de noronha seu irmão, que el rey seu senhor mandava que lhe sucedesse na governança*»¹⁹⁷. Por outro lado, durante a investida sobre Goa, o governador tudo fez para tornar o sobrinho digno da capitania daquela cidade. Chegada a esquadra à barra do Mandovi, mandou-o sondar o local, no que foi seguido por outros fidalgos, desejosos de ganhar honra, e pelo corsário Timoja, que então servia os portugueses¹⁹⁸. D. António, desconhecendo os reais efectivos militares dos locais, atacou o baluarte de Pangim com grande êxito, facilitando a entrada da armada no rio e levando as elites de Goa a entregar a cidade sem luta aos

¹⁹⁴ Já em 6 de Fevereiro de 1507, em carta enviada ao rei, Albuquerque pedira aquela capitania para seu sobrinho D. António, no caso de D. Álvaro, então titular dela, regressar ao Reino (cf. IAN/TT, *Gaveta 20*, maço 4, n.º 15, publ. CAA, I, p. 416).

¹⁹⁵ Cf. *Ásia*, II, iv, 1; *História*, III, ii e iii; *Lendas*, II, pp. 9-25; *CFRDM*, II, xLiii.

¹⁹⁶ Conselho do governador, reunido a bordo da nau *Frol de la Mar*, ao largo do Monte Deli, a 13 de Fevereiro de 1510 (cf. CAA, II, pp. 3-5). A armada saíra de Cochim dias antes (cf. *Ásia*, II, iv, 5; *Lendas*, II, p. 49).

¹⁹⁷ Cf. *História*, III, vii. O processo de consultas antes do ataque a Goa foi analisado por Geneviève Bouchon, *Afonso de Albuquerque...*, pp. 189-192.

¹⁹⁸ Sobre a relação deste indivíduo com os portugueses e a sua participação na conquista de Goa veja-se o estudo de Geneviève Bouchon, «Timoji, un corsaire indien au service du Portugal (1498-1512)», in *Inde Découverte, Inde Retrouvée 1498-1630. Études d'histoire indo-portugaise*, Lisboa/Paris, 1999, pp. 237-245.

portugueses. Depois de ser o grande responsável pela captura de Goa, D. António continuou a lutar para merecer o lugar, nomeadamente aquando das obras de reparação da muralha da cidade e da vigia naval da ilha de Goa¹⁹⁹. Albuquerque pretendia certamente, numa próxima carta ao rei, pedir aquele favor para o familiar, justificando-o pelos seus bravos actos.

Sitiado pelas forças de Adil Xá em Goa, o *Terrível* organizou a resistência, renovando a confiança militar no seu sobrinho, provendo-o da defesa da estância da muralha mais frágil, parcialmente derrubada. O fidalgo cumpriu a função com notoriedade, mas apesar das suas vitórias em campo de batalha e do desempenho dos demais capitães na defesa dos muros da cidade, o governador determinou abandoná-la, pela manifesta impossibilidade de aguardar pelos reforços da armada do Reino. Na retirada para as embarcações, que Albuquerque pretendia ordeira e discreta, D. António cometeu o erro de atear fogo aos armazéns da cidade, denunciando os planos de fuga. A difícil saída dos portugueses, realizada no final de Maio de 1510, foi afincadamente protegida pelos vários capitães, especialmente Manuel de Lacerda, D. Jerónimo de Lima e D. António de Noronha²⁰⁰. Obrigada a invernar ao largo de Pangim, a esquadra lusa sofreu as agruras da fome, sede e doença, sendo por vezes fustigada pela artilharia muçulmana. Voltando a notabilizar-se em operações de recolecção de víveres e no segundo assalto ao baluarte de Pangim, D. António veio a encontrar a morte numa investida sobre Goa, destinada a anular a ofensiva que Adil Xá planeava contra a armada. No recontro, o fidalgo foi atingido por uma frechada na perna, que logo o fez cair ferido, vindo a falecer dias depois na câmara da nau do seu tio²⁰¹.

A morte de mais este sobrinho entristeceu profundamente Albuquerque, não só pelo grau de parentesco e ligação pessoal, como pelas suas grandes qualidades de cavaleiro, que o faziam ser «a grande esperança pera ante de poucos anos lhe poder entregar a governança da Índia»²⁰². Entre os membros da esquadra foi também sentida a perda de D. António, porque ele era «ho mor remedio que todolos que andauam na India tinham pera mitigar has paixões de seu tio Afonso dalbuquerque, ho que elle fazia com muita prudencia

¹⁹⁹ Cf. *Ásia*, II, v, 3 e 4; *História*, III, ix, x e xi; *Lendas*, II, pp. 54-58 e 81-82; *CFRDM*, III, iii e ii. Segundo a primeira fonte, durante a reparação da muralha, ordenada por Albuquerque, D. António «seu sobrinho, era o principal no trabalho, por lhe ele ter dado a capitania desta fortaleza».

²⁰⁰ A decisão de Albuquerque de abandonar Goa foi comunicada apenas ao seu sobrinho e a mais alguns capitães «do seu voto», a fim de evitar a desorganização da hoste (cf. *Ásia*, II, v, 5; *História*, III, xx, xxi e xxiii; *Lendas*, II, pp. 89-91 e 96-100; *CFRDM*, III, v). Estes três fidalgos parecem ter constituído, nos primeiros tempos da governação do *Terrível*, o núcleo central da sua entourage (cf. Alexandra Pelúcia, «Manuel de Lacerda, guerreiro e náufrago», in *A Nobreza e a Expansão. Estudos biográficos*, Cascais, 2000, pp. 258-260).

²⁰¹ Cf. *Ásia*, II, v, 6 e 7; *História*, III, xxvi, xxvii, xxx e xxxi; *Lendas*, II, pp. 104-109; *CFRDM*, III, v.

²⁰² Cf. *Ásia*, II, v, 7. Segundo Geneviève Bouchon (*Afonso de Albuquerque...*, pp. 214-215), a morte de D. António, aos 24 anos, «iria privar a conquista de um dos mais capazes chefes de guerra».

e contentamento dambalas partes»²⁰³. De facto, durante a estadia de D. António no Oriente, repetiram-se as situações em que intercedeu junto do tio para moderar o seu autoritarismo e amenizar a sua relação com os demais fidalgos da armada²⁰⁴. Como grande combatente e bom conciliador terminou assim a sua carreira D. António que, segundo as palavras do tio, «pagou bem a obrigação que tinha a sua ley e a seu Rey»²⁰⁵.

Exposto isto, parece lícito afirmar que Albuquerque levou os seus sobrinhos para a Índia para os fazer seus homens de mão, elementos da sua inteira confiança, absolutamente fiéis, ao seu serviço na condução da sua política oriental. Primeiro exercitou-os nos combates a seu lado, mas depois foi-lhes atribuindo missões isoladas, por vezes de liderança, geralmente as mais prestigiantes, fazendo-os sempre merecedores dos cargos de que estavam providos. Por dois momentos quase colocou os seus dois sobrinhos no comando das principais praças lusas orientais: primeiro em Socotorá e Ormuz, sendo apenas travado pela deserção de três capitães portugueses; depois em Cochim e Cananor, impossibilitado pela morte de D. Afonso. Para isso tinha, em boa medida, apoio do rei, que proveu D. Afonso da capitania de Socotorá e, depois, da de Cananor, bem como da sucessão do governo da Índia, caso o tio falecesse. Já o mesmo não parece poder dizer-se em relação a D. António, a quem o governador pretendeu atribuir as capitánias de duas praças que, por sua conta e risco, resolveu tomar, Ormuz e Goa. A morte dos dois sobrinhos comprometeu a eficácia governativa do *Terrível*, pela manifesta falta de indefectíveis apoiantes, seus familiares, ainda por cima de condição social elevada, pela pertença a uma das mais prestigiadas linhagens do Reino.

A partida de D. Garcia de Noronha para o Índico veio colmatar parte desta falta. Era mais um filho de D. Fernando de Noronha e de D. Constança de Albuquerque, irmão dos falecidos D. Afonso e D. António e, portanto, também sobrinho do governador da Índia. Este pedira a D. Manuel I o seu envio, ao comando de um navio, praticamente desde a sua chegada ao Oriente, em 1507, o que nos faz supor que ainda desejava alargar mais a sua teia de influências familiares²⁰⁶. Agraciado com uma tença antes de zarpar de Lisboa²⁰⁷, D. Garcia, então fidalgo da Casa Real, partiu ao comando de

²⁰³ Cf. *CFRDM*, III, v.

²⁰⁴ A título de exemplo, refira-se as contendas entre o *Terrível* e alguns dos seus mais fiéis capitães, como Manuel de Lacerda, Fernão Peres e Simão de Andrade, a propósito do enforcamento de Rui Dias; D. António foi o grande responsável pela mediação do conflito, que acabou por se saldar numa reconciliação entre todos (cf. Alexandra Pelúcia, «Manuel de Lacerda, guerreiro e náufrago», in *op. cit.*, p. 261).

²⁰⁵ Carta de Albuquerque para D. Manuel I, feita em Cochim, a 20 de Agosto de 1512 (cf. IAN/TT, CC, I-22-66, publ. CAA, I, pp. 65-75).

²⁰⁶ Carta de Albuquerque para o rei, de 6 de Fevereiro de 1507 (cf. IAN/TT, *Gaveta 20*, maço 4, n.º 15, publ. CAA, I, p. 416).

²⁰⁷ Tratava-se de um padrão de 25.000 reais de tença anual, cedido pelo monarca, a 14 de Fevereiro de 1510; meses depois D. Garcia alienou esta verba, com autorização régia, em Pero de Aguiar (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 34v; *Leitura Nova*, Livro 5 de Místicos, fls. 78v-79).

seis naus em Março de 1511, seguindo uma rota desastrosa, que o levou a quase perder-se no penedo de São Pedro, a escalar o arquipélago de São Tomé, a passar junto dos frios do Antártico e, portanto, a perder a monção que nesse ano o levaria à Índia; a divergência dos cronistas impede-nos de averiguar os responsáveis por estes erros, mas é certo que eles originaram uma divisão da esquadra²⁰⁸. Depois de invernar em Moçambique rumou à Índia, onde acostou em Agosto de 1512. A chegada de tão poderosa esquadra, ainda para mais comandada pelo seu jovem sobrinho, foi motivo de grande satisfação para Afonso de Albuquerque. Para além de significar um substancial reforço de efectivos, confirmava o desejo de D. Manuel I em mantê-lo à frente dos destinos da empresa oriental, para além dos três anos de mandato, entretanto expirados. O envio de D. Garcia de Noronha, como capitão-mor do mar da Índia, garantia a Albuquerque que o *Venturoso* resistira às pressões da Corte para o substituir, dado que o seu sobrinho era um fidalgo «*tão opiniatuo que o nom aceitaria pera andar senão com elle*»²⁰⁹. Era também uma importante ajuda para neutralizar a acção dos seus inimigos na Índia, nomeadamente o «grupo de Cochim», que andara particularmente activo nos meses anteriores, em virtude da sua ausência em Malaca²¹⁰.

D. Garcia não passou por qualquer fase de aprendizagem militar, foi logo colocado na liderança de operações, talvez porque contava já no seu currículo com alguma experiência na arte da guerra. Dias depois de chegar, comandou uma das três frentes da hoste portuguesa no ataque a Benasterim, parecendo

²⁰⁸ Para João de Barros a culpa ficou a dever-se ao piloto, ao passo que Gaspar Correia responsabiliza o capitão-mor, descrito como «homem forte de condição e maniacolo, e fazia o piloto nauegar por onde elle queria, que os capitães o entenderão, se apartarão de sua companhia». De facto, D. Aires da Gama e Cristóvão de Brito separaram-se das restantes embarcações, sendo os únicos que nesse ano atingiram o Hindustão (cf. *Ásia*, II, vii, 2; *Lendas*, II, p. 196). Sabemos que estes dois indivíduos saíram de Lisboa separados do resto da esquadra e que, ao chegarem à Índia, aproveitando a ausência de Albuquerque em Malaca, associaram-se aos principais detractores da sua política, procurando neutralizar os seus partidários e denegrir a sua imagem junto do monarca. É também sabido que, ao regressar a Portugal, detiveram-se no local onde D. Francisco de Almeida havia falecido (cf. Sanjay Subrahmanyam, «Making India Gama: the project of Dom Aires da Gama (1519) and its meaning», in *Mare Liberum*, n.º 16, Lisboa, Dezembro 1998, pp. 37-39). Por todas estas razões pensamos que não teriam propriamente grande vontade de se sujeitar ao mando de D. Garcia de Noronha, pelo que se terão apartado intencionalmente do resto da armada.

²⁰⁹ Cf. *Ásia*, II, vii, 2 e 3; *Lendas*, II, p. 290-294 (que citámos). Ainda segundo esta última fonte, a vinda de D. Garcia tranquilizou o governador, «por ser homem principal [...] de condição muyto escoimado, que elle traria muyto a direito os capitães e nom andarião tão mimosos e leuantados em soberbas, como tinhão feito com elle».

²¹⁰ Sobre este grupo, que incluía nomes como Lourenço Moreno, Gaspar Pereira, António Real, Diogo Pereira, vejam-se os seguintes estudos: Inácio Guerreiro e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, «O «grupo de Cochim» e a oposição a Afonso de Albuquerque», in *Studia*, n.º 51, Lisboa, 1992, pp. 118-144; Geneviève Bouchon, *Afonso de Albuquerque...*, pp. 247-251; L. F. Reis Thomaz, «Diogo Pereira, o Malabar», in *Mare Liberum*, n.º 5, Lisboa, Julho de 1993, pp. 49-61; Alexandra Pelúcia, «Lourenço Moreno, uma eminência parda em Cochim», in *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, 2000, cap. 13, pp. 279-297.

desempenhar, juntamente com o capitão Pedro de Mascarenhas, o papel de líder operacional do combate. Foi a D. Garcia que Rassul Khan pediu a paz, alegadamente porque a sua estância era a mais temida, notando-se que aconselhou o governador a aceitar as tréguas, contra a vontade da maioria dos capitães²¹¹. Segundo Gaspar Correia, grande parte destes desconfiou das insistências de D. Garcia, opinando que ele tinha sido subornado pelos muçulmanos, com a anuência de Albuquerque²¹². No final de 1512, o governador encarregou pela primeira vez o sobrinho de ir a Cochim carregar as naus que iam para o Reino, incumbindo-o igualmente de prover a reparação das embarcações danificadas e vigiar a costa Sul do Hindustão. Para isso Albuquerque deu-lhe poderes de governador, usando as prerrogativas que D. Manuel I lhe concedera de fazer-se substituir, sempre que necessário, pelo sobrinho²¹³. D. Garcia levaria para o Malabar a missão complementar de reiniciar os contactos com o príncipe Nambiadari de Calicute, mais favorável que o soberano ao assentamento de pazes com os portugueses; entre as cláusulas do acordo estaria, para além da construção de uma fortificação lusa naquela barra, o assassinio do Samorim e a sua substituição por aquele seu irmão²¹⁴. A paz só veio a ser selada no ano seguinte, quando D. Garcia ali regressou, com a missão de abastecer as embarcações de especiarias e assentar o local de implantação da fortaleza. A subida ao trono de Nambiadari facilitou bastante as conversações, que culminaram no concerto final de 1 de Outubro de 1513, assinado por D. Garcia de Noronha, em nome e com poderes delegados por Albuquerque²¹⁵.

D. Garcia foi também o confidente e conselheiro do tio. Naquele ano, só ele sabia das intenções de Albuquerque em atacar Adem e aí construir uma fortaleza, sendo o membro do conselho de capitães mais favorável àquela empresa²¹⁶. O ataque a Adem, feito em duas capitánias, uma liderada por

²¹¹ Carta do governador para o rei, escrita em Goa, a 23 de Novembro de 1512 (cf. IAN/TT, CC, I-12-32, publ. CAA, I, pp. 101-116) e crónicas já referidas (cf. *Ásia*, II, vii, 5; *História*, III, xc, xci, xcii e xciii; *Lendas*, II, pp. 303 e 307-310; *CFRDM*, III, xxx).

²¹² Segundo este autor «porque dom Gracia era muy pobre, o Governador seu tio ordenara como lhe fosse dada a peita». Quando Albuquerque permitiu que os inimigos partissem em paz, alguns portugueses entraram na fortaleza tomada e começaram a roubá-los, o que foi contrariado pelo *Terribel*, que mandou lá o seu sobrinho para os proteger, o que fez aumentar ainda mais as suspeitas em relação à sua conduta (cf. *Lendas*, II, pp. 313-314).

²¹³ Cf. *Ásia*, II, vii, 6; *História*, III, xcv e xcix; *CFRDM*, III, xxx.

²¹⁴ Albuquerque, responsável pela formulação deste golpe, confessou posteriormente a D. Manuel I que aconselhara o príncipe a tomar esta atitude; de facto, em Fevereiro de 1513, o Samorim faleceu envenenado (cf. Geneviève Bouchon, *Afonso de Albuquerque...*, pp. 279-281).

²¹⁵ Veja-se *Ásia*, II, viii, 6; *História*, III, cxix; *Lendas*, II, pp. 361-362; *CFRDM*, III, xLiv, além do próprio concerto de pazes (cf. IAN/TT, CC, I-13-63, publ. CAA, II, pp. 111-115).

²¹⁶ Carta de Albuquerque para o rei, de 30 de Novembro de 1513 (cf. IAN/TT, CC, I-13-106, publ. CAA, I, pp. 122-132), conselho aos capitães, pedido por Albuquerque, a 13 de Março de 1513 (cf. IAN/TT, CC, III-5-14, publ. CAA, II, pp. 18-22) e crónicas mencionadas (cf. *Ásia*, II, vii, 7; *História*, III, ciii; *Lendas*, II, p. 335; *CFRDM*, III, xLiii). É a primeira carta e a narrativa de João de Barros que nos dão a certeza de que o governador apenas relatou os seus designios ao sobrinho.

Albuquerque e outra por D. Garcia, saldou-se num grande fracasso, sobretudo porque o ímpeto dos combatentes portugueses e a pouca altura das escadas fez com que elas se quebrassem, impedindo assim o assalto aos muros da cidade. Segundo Castanheda, algumas desavenças na hoste de D. Garcia, motivadas pelo não reconhecimento da sua autoridade por parte dos restantes fidalgos, foi mais um factor para o insucesso da expedição²¹⁷. Após a desordenada fuga, a esquadra lusa entrou no mar Vermelho, invernando na ilha de Camarão, cujo desembarque foi cautelosamente preparado por D. Garcia de Noronha, regressando depois à Índia sem cumprir os seus objectivos²¹⁸.

O ano de 1514 ficou marcado por uma paragem no ímpeto expansionista de Albuquerque, motivada pela necessidade de prover as novas conquistas (fortalezas de Malaca e Calicute), e de estabelecer contactos diplomáticos com potentados asiáticos (Cambaia e Bijapur). O governador permaneceu em Goa, enviando mais uma vez o sobrinho a Cochim, sobretudo para vigiar as obras da fortificação do reino vizinho e expedir as naus de carga para Portugal²¹⁹. Ali permaneceu D. Garcia até Fevereiro de 1515, quando regressou a Goa para capitanear uma das velas da armada comandada pelo tio, destinada a dominar definitivamente Ormuz²²⁰. Durante a estadia da esquadra nesta cidade, D. Garcia destacou-se principalmente em duas ocasiões: aquando da recepção à missão diplomática enviada por Xá Ismael, senhor da Pérsia, acompanhando sempre o embaixador nas entrevistas que manteve com o governador, «como pessoa principal» entre os portugueses²²¹; no assassinato de Rais Hamed, senhor da cidade em nome do rei Turan Xá, quando ajudou a encenar os planos do governador, para atrair o cavaleiro muçulmano à sala onde foi morto²²².

Ficando o *Terrível* a controlar a construção duma fortaleza naquela cidade, enviou o seu sobrinho à Índia com poderes de governador, para prover a armada que nesse ano iria para o Reino²²³. Quando este aí chegou deparou

²¹⁷ Cf. *Ásia*, II, vii, 9; *História*, III, cv, cvi e cvii; *Lendas*, II, pp. 340-343. Citando Castanheda, «e a causa disso foy porque dom Gracia não entraua, que mostrava que era capitão mor e eles capitães pequenos, e ouuuerão isto por tamanha desonra que não quizerão entrar» na cidade.

²¹⁸ Cf. *Ásia*, II, viii, 2; *História*, III, cix; *Lendas*, II, pp. 350-352; *CFRDM*, III, xLiv. Segundo Gaspar Correia, D. Garcia de Noronha foi o principal fidalgo a defender um novo ataque a Adem, depois da estadia na ilha de Camarão.

²¹⁹ Cf. *Ásia*, II, x, 1; *História*, III, cxxvii; *Lendas*, II, p. 381. Gaspar Correia relata-nos que, durante esta estadia, D. Garcia e o seu tio escaparam a uma tentativa de envenenamento, orquestrada pelo cavaleiro João Delgado, como vingança pelas desonras que os dois fidalgos lhe tinham feito (cf. *Lendas*, II, pp. 395-397).

²²⁰ Cf. *Ásia*, II, x, 2; *Lendas*, II, pp. 403-406; *CFRDM*, III, Lxvi. Segundo Gaspar Correia, D. Garcia de Noronha levava o farol da armada.

²²¹ Cf. *Ásia*, II, x, 4; *Lendas*, II, pp. 423-426.

²²² Cf. *Ásia*, II, x, 5; *Lendas*, II, pp. 430-433; *CFRDM*, III, Lxviii. Veja-se Geneviève Bouchon, *Afonso de Albuquerque...*, pp. 298-299.

²²³ Carta de Albuquerque para o rei, de 22 de Setembro de 1515 (cf. IAN/TT, CC, I-18-101, publ. CAA, I, pp. 369-379) e crónicas mencionadas (cf. *Ásia*, II, x, 8; *Lendas*, II, p. 446).

com a presença de Lopo Soares de Albergaria, enviado por D. Manuel I para substituir Albuquerque, à frente de uma armada que representava claramente uma cedência aos adversários do tio²²⁴. Porém, os poderes que este lhe dera e as suas próprias características pessoais, levaram D. Garcia a enfrentar o novo governador, nomeadamente no que se refere ao carregamento das naus, que entendia serem da sua responsabilidade. Depois da morte de Albuquerque e confirmada a intenção de Lopo Soares permanecer no governo da Índia, D. Garcia resolveu partir rapidamente para o Reino, «por não haver mais desgostos», embarcando sem que a sua nau estivesse completamente cheia de especiarias²²⁵. Diga-se que, numa das tentativas de contrariar a sua própria decisão de enviar Albergaria ao Oriente como governador, D. Manuel I chegou a propor-lhe que regressasse a Portugal, assim que abastecesse a sua armada de bens indianos, deixando naquele cargo D. Garcia de Noronha, caso o seu tio tivesse falecido; esta proposta, como todas as outras no mesmo sentido, foi rejeitada²²⁶.

Chegado a Portugal no Verão de 1516, D. Garcia foi imediatamente agraciado pelo *Venturoso*, que o fez membro do seu Conselho e lhe deu uma choruda tença²²⁷. Acompanhando o monarca no Reino, nomeadamente aquando do seu terceiro casamento com D. Leonor de Castela²²⁸, D. Garcia continuou a sua carreira ascendente ao lado de D. Manuel I que, apenas dois meses antes de falecer, lhe confirmou a posse vitalícia do reguengo do Cartaxo, com todos os seus direitos²²⁹. Parece que ganhou rapidamente o favor de D. João III, que o fez capitão de Safim e, já no final da sua vida, lhe permitiu regressar ao Oriente, com o título de 3.º vice-rei do Estado da Índia. Cumprindo os desígnios de Albuquerque de colocar um dos sobrinhos à frente da empresa lusa oriental, se bem que umas décadas depois do pretendido, D. Garcia exerceu este cargo de 1537 a 1540, data da sua morte²³⁰.

²²⁴ Veja-se o trabalho de Alexandra Pelúcia, «A Baronia do Alvito e a Expansão Manuelina no Oriente», inserido neste volume.

²²⁵ Cf. *Ásia*, III, i, 1; *Lendas*, II, pp. 432-433.

²²⁶ Alvará régio feito em Lisboa, a 30 de Março de 1515 (cf. CAA, III, 235-236). Agradecemos esta informação a Alexandra Pelúcia.

²²⁷ A primeira mercê é de 13 de Setembro de 1516 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 56v; *Leitura Nova*, Livro 5 da Místicos, fls. 200-200v), ao passo que a doação de uma tença anual de 100.000 reais foi feita a 2 de Março do ano seguinte (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 10). A partir de 1 de Janeiro de 1517, D. Garcia passou também a receber uma renda vitalícia de 10.000 reais, trespassada pelo seu sogro D. Álvaro de Castro (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 103).

²²⁸ Cf. *CFRDM*, IV, xxxiii.

²²⁹ A posse deste reguengo, comprado por D. Garcia à viúva de D. João de Meneses, foi outorgada pelo rei a 14 de Outubro de 1521, sendo válida a partir de 1 de Janeiro seguinte (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 18, fls. 45v-46; *Leitura Nova*, Livro 12 da Estremadura, fls. 106-106v).

²³⁰ Veja-se o pequeno artigo de Octávio Paz de Carvalho, «D. Garcia de Noronha», in *DHD*, vol. II, p. 805 e, sobretudo, o de Vanda Jordão na obra *Os Capitães de Afonso de Albuquerque*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, no prelo.

Percurso mais sinuoso e que levanta algumas interrogações é o de D. Álvaro de Noronha, irmão dos três fidalgos atrás referido e, portanto, também sobrinho do *Terríbel*. A dúvida reside na incerteza em considerar que todas as acções atribuídas a um homem com este nome se referem à mesma pessoa; vejamos então sumariamente os registos que transparecem da documentação e das crónicas. D. Álvaro integrou, capitaneando um navio, a armada ao Oriente de 1505, comandada por D. Francisco de Almeida, levando uma provisão régia que o fazia capitão da nova fortaleza a edificar em Cochim²³¹. A estadia de três anos do fidalgo na Ásia foi extremamente discreta, parecendo que se relacionou sempre com grande cordialidade com o vice-rei e com o seu filho D. Lourenço. Combateu ao lado deste último na costa oriental africana²³², presenciou os mais importantes encontros diplomáticos do governo de D. Francisco, como o encontro com rei de Cananor²³³, e participou afincadamente na construção da fortaleza de que ia por capitão²³⁴. Acabada a obra e tomada pelo vice-rei a respectiva menagem²³⁵, D. Álvaro de Noronha destacou-se pela liderança de algumas incursões militares contra os inimigos do rei de Cochim, destinadas a reforçar a amizade deste aliado indiano, objectivo que parece ter sido alcançado²³⁶. Enfim, tratou-se de uma estadia oriental bem sucedida, na qual o fidalgo procurou, através do sucesso nas armas, tornar-se digno aos olhos do monarca, do posto de que viera provido do Reino.

As notícias que chegaram ao Malabar em 1508, de que D. Manuel I determinara substituir D. Francisco de Almeida por Afonso de Albuquerque no governo da Índia, alarmaram alguns portugueses que aí estavam, não só pela ligação que tinham ao primeiro, em cuja companhia haviam partido para o Oriente, como pelo receio que nutriam ao segundo, alimentado pelos capitães desertores de Ormuz. No que pode ser considerada uma verdadeira subs-

²³¹ O regimento de D. Francisco de Almeida dizia «na fortaleza de cochy poeres dom alvaro que pera ella enviamos por capitam» (cf. IAN/TT, *Leis*, maço 2, n.º 13, publ. CAA, II, pp. 295-296).

²³² Integrou a hoste de D. Lourenço em Quíloa (cf. *Ásia*, I, viii, 5) e em Mombaça (cf. *Lendas*, I, pp. 549-553 e 557-559), sendo padrinho de Fernão Peres de Andrade, quando D. Francisco de Almeida o fez cavaleiro (cf. *História*, II, iii).

²³³ «As pessoas notáveis que neste auto entraram com ele foram Dom Lourenço, Dom Álvaro de Noronha, que ia por capitão de Cochi, e Lourenço de Brito, e Gaspar Pereira, secretário, e Gaspar da Índia, língua» (cf. *Ásia*, I, ix, 4).

²³⁴ O vice-rei, seu filho, D. Álvaro e Lourenço de Brito abriram simbolicamente os primeiros alicerces dos quatro cantos da fortaleza (cf. *Lendas*, I, pp. 640-642), sendo relatado ao rei, por carta de Gaspar Pereira de 11 de Janeiro de 1506, o grande empenho destes fidalgos na obra, que acompanhavam a todo o momento (cf. IAN/TT, CC, I-5-70, publ. CAA, II, pp. 354-369).

²³⁵ Uma cerimónia plena de simbolismo, realizada nos finais de 1506, a que se seguiu outra, de obediência e amizade ao rei de Cochim (cf. *Lendas*, I, pp. 640-642; *História*, II, xxix).

²³⁶ Carta de Gaspar Pereira ao rei, de 11 de Janeiro de 1506 (cf. IAN/TT, CC, I-5-70, publ. CAA, II, pp. 354-369). A 6 de Fevereiro do ano seguinte, D. Álvaro relatava a D. Manuel I que o rei e o povo Cochim estavam «muito verdadeiros servidores» de Portugal (*Gavetas*, vol. X, pp. 488-91).

tituição de clientelas, alguma gente do vice-rei pediu-lhe para regressar ao Reino antes que o *Terríbel* tomasse o poder, o que parece ter-se verificado abundantemente. D. Álvaro de Noronha constou deste grupo, embora as informações que dispomos não liguem directamente esta partida à chegada do novo governador, mas antes ao final do seu mandato trienal²³⁷. Em qualquer dos casos, tudo indica que D. Francisco lamentou profundamente a partida do fidalgo, como se pode ler nas informações que enviou a D. Manuel I, nas quais dizia que «sua companhia me era cá muyto boa pera vosso seruiço e meu descando», afirmando também que «se cá ouuera mór armada nom o mandára tão singelo, porque vos tem muyto bem seruido e he dos quilates que Vossa Alteza sabe». A grande confiança do vice-rei em D. Álvaro é igualmente demonstrada pelos adiantamentos de ordenados que lhe fez, justificados perante o monarca pela baixa moradia que auferia, imprópria para a sua condição, pelo envio ao seu cuidado de explicações sobre acontecimentos entretanto ocorridos no Índico e, finalmente, pela sugestão que fazia ao Venturoso, de entregar a D. Álvaro a sucessão do governo da Índia, para o qual estava plenamente apto²³⁸. Partido no final de 1508, este fidalgo não chegou a presenciar o desembarque de Albuquerque na Índia, nem os conflitos posteriores entre ele e D. Francisco, ficando assim a ideia de que não seria um homem muito afecto ao novo governador, até pela proximidade que estabeleceu, durante três anos, com o vice-rei.

Em 1512, D. Álvaro de Noronha foi enviado por D. Manuel I a Marrocos, juntamente com o filho do conde de Tarouca, com instruções para permanecer em Safim como fronteiro, às ordens de Nuno Fernandes de Ataíde, comandante da praça²³⁹. Tratou-se de uma estadia bastante curta, seguindo um modelo muito praticado em Safim durante o governo deste capitão, como aliás em todas as praças marroquinas sob controlo português, destinado simultaneamente a reforçar os intentos de guerra em território infiel e a honrar pelas armas os jovens fidalgos²⁴⁰. Nesta breve passagem, Nuno Fernandes «*polos exercitar*» integrou-os na sua hoste contra a vila de Almedina, onde a parte da população seguidora do rei de Fez estava a atacar os vassallos de D. Manuel I, confiando a D. Álvaro uma capitania separada; tanto nesta como noutra entrada sobre território inimigo, os dois fronteiros não lograram obter grandes resultados, pelo que terão regressado ao Reino pouco

²³⁷ Cf. *Lendas*, I, p. 891; *História*, II, xcii. Os dois relatos, sobretudo o de Castanheda, não excluem contudo uma ligação entre a chegada de Albuquerque e a partida de D. Álvaro.

²³⁸ Baseamo-nos sobretudo nas informações de Castanheda, segundo as quais a partida de D. Álvaro «pesou muyto ao visorey por ser pessoa de singular saber, e caualeiro muy esforçado em quem confiaua muito» (cf. *História*, II, xcii), e na transcrição de uma carta de D. Francisco de Almeida para o rei, feita por Gaspar Correia (Cf. *Lendas*, I, pp. 905-918).

²³⁹ Cada um destes dois fidalgos capitaneava uma força de cem lanças (cf. *CFRDM*, III, xxxii).

²⁴⁰ Sobre este assunto veja-se o nosso estudo «Nuno Fernandes de Ataíde, o *nunqua esta quedo* capitão de Safim», in *A Nobreza e a Expansão. Estudos biográficos*, Cascais, 2000.

promovidos²⁴¹. Empenhado na política régia norte africana e na sua promoção social, D. Álvaro embarcou com o duque de Bragança na expedição contra Azamor, logo no ano seguinte, parecendo ter empreendido acções dignas de registo nos combates, junto do comandante da força²⁴². Em 1515 regressou a Marrocos, desta vez na capitania de uma das embarcações da armada destinada à construção de uma fortaleza na Mamora, empresa a que já fizemos referência²⁴³. D. Álvaro levaria aliás a incumbência de ficar a dirigir a praça após a sua construção, sendo nítido que exerceu o papel de número dois de D. António de Noronha, escrivão da puridade e comandante da expedição. Este, hesitando entre revelar ou esconder ao monarca o fracasso do ataque, ora afirmava que os homens que se previa ficassem com D. Álvaro se tinham recusado a permanecer na Mamora «por nenhum preço do mundo», ora dizia que muitos se tinham oferecido para ficar a capitanear a fortaleza de São João em seu lugar²⁴⁴. Perante o descalabro e vendo que a sua permanência no local lhe custaria provavelmente a vida, D. Álvaro avisou o monarca de que só com um contingente de pelo menos 1.200 homens e a construção duma fortaleza na banda Norte do rio Cebu seria possível evitar a retirada, já que ninguém aceitaria ficar naquelas condições, cercado por terra e por mar²⁴⁵.

Regressado ao Reino derrotado, impedido de exercer a capitania da Mamora, D. Álvaro de Noronha voltou a Marrocos em 1518, com o posto de capitão e governador de Azamor, cidade que cinco anos antes ajudara a tomar. De facto, D. Manuel I não mostrava qualquer abalo pelo fracasso da expedição anterior, já que lhe fazia aquela mercê em atenção aos bons serviços prestados em todas as tarefas de que o incumbira e à grande experiência de guerra²⁴⁶. Aliás, poucos dias depois de assumir o cargo, o rei atribuiu-lhe também o comando da fortaleza de Mazagão, principal porto da cidade, dando início a um breve período de administração conjunta das duas posições. Diga-se que a experiência só veio a gorar-se, em 1520, pela acção de António Leite, contador de Mazagão, um homem que prestara inúmeros ser-

²⁴¹ Cf. *CFRDM*, III, xxxii e xxxiii. Na entrada sobre Almedina, o capitão de Safim declarou aos dois fidalgos «que cada hum fezesse por ganhar ha honrra de ser o primeiro que entrasse» na vila.

²⁴² Cf. *CFRDM*, III, xLvi. Algumas acções deste fidalgo ao lado de D. Jaime estão descritas numa carta do duque para o rei, de Setembro de 1513 (cf. Casa de Bragança, *Livro 3 do ano de 1532*, fl. 325v, publ. *Les Sources Inédites...*, tomo I, pp. 410-429).

²⁴³ Cf. *CFRDM*, III, Lxxvi. Veja-se o que escrevemos atrás sobre D. António de Noronha, filho segundo do 1.º marquês de Vila Real D. Pedro de Meneses.

²⁴⁴ Cartas de D. António de Noronha para o rei, de 30 de Julho e 4 de Agosto de 1515 (cf. IAN/TT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 306 e *Cartas Missivas*, maço 2, n.º 204, publ. *Les Sources Inédites...*, tomo I, pp. 707-712 e 718-720).

²⁴⁵ Cartas de D. António e D. Álvaro de Noronha para o rei, de 4 e 5 de Agosto de 1515 (cf. IAN/TT, *Cartas Missivas*, maço 2, n.º 204 e *Cartas dos Governadores de África*, n.º 38, publ. *Les Sources Inédites...*, tomo I, pp. 718-720 e 726-727).

²⁴⁶ Carta de 30 de Dezembro de 1517 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 107v).

viços ao *Venturoso* naquelas paragens e que, crescentemente, foi forçando o monarca a autonomizar o governo daquela fortaleza²⁴⁷. A acção de D. Álvaro de Noronha, ao comando das duas praças, pode definir-se como o último fôlego da expansão manuelina no Norte de África, embora os resultados alcançados já não se comparem com os obtidos anos antes. Damião de Góis dá-nos uma boa ideia das numerosas incursões que realizou em território hostil, por vezes a várias léguas da praça, onde conseguiu quase sempre assinaláveis vitórias, com a morte e captura de muitos inimigos e a apreensão de bastante gado. Se nos primeiros meses de governo a actividade foi reduzida, sofrendo mesmo os portugueses uma derrota quando tentaram tomar uma grande carga de trigo em território adverso²⁴⁸, entre Fevereiro e Outubro de 1519, por exemplo, D. Álvaro liderou sete entradas vitoriosas em terras de mouros, atribuindo ao adail ou ao almocadem da cidade o comando de outras operações semelhantes²⁴⁹. A contínua pressão militar lusa e o sucesso geral dos ataques, de que se destacou a entrada conhecida como «das pedradas», permitiu a criação de alguns grupos de mouros pazes na Enxovia e o controlo de certas tribos da Duquela, como as de Xerquia, revoltadas desde a morte de Nuno Fernandes de Ataíde²⁵⁰. No primeiro caso saliente-se a colocação sobre a dependência portuguesa do cavaleiro muçulmano Moulay Abder Rahman Bem Haddou (Mulei Benaduxera)²⁵¹, reproduzindo o modelo experimentado pouco tempo antes em Safim com Yahya Ou Tafouft (Çide Iheabentafuf)²⁵², ao passo que no segundo destaque-se o papel da tribo no

²⁴⁷ Cf. *Les Sources Inédites...*, tomo II, p. 189 e António Dias Farinha, «História de Mazagão durante o período filipino», in *Studia*, n.º 26, Lisboa, Abril de 1969, pp. 185-191. A união já existia, na prática, desde Outubro de 1517, mas só com D. Álvaro a situação foi regularizada. Na carta que escreveu ao rei, a 18 de Maio de 1518, este fidalgo salientava as vantagens da união «como uma só e mesma coisa» (cf. IAN/TT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 304).

²⁴⁸ Este ataque realizou-se em Agosto de 1518, não sendo porém comandado por D. Álvaro de Noronha, mas por reques de mouros de pazes, acompanhados por um esquadrão português (cf. *CFRDM*, IV, xxx).

²⁴⁹ Damião de Góis, arrolando mais uma incursão marroquina deste capitão, regista que ela se fez «nam contente dom Aluaro de en tam pouquo spaço de tempo ter feitas tam boas caualgadas» (cf. *CFRDM*, IV, xxxix).

²⁵⁰ Apesar do comandante da praça ter corrido risco de vida, a entrada de 15 Outubro de 1519, sobre a Enxovia, foi considerada por Damião de Góis como «hum dos honrrosos feitos que se fez em todo o tempo que dom Aluaro steue em Azamor», dado que «pos tanto spanto em toda aquella prouinçia que dalli por diante muitos dos que se aleuantaram & outros que nunca foram de pazes lha vieram pedir, fazendo sse vassallos & trebutarios a el Rei dom Emanuel» (cf. *CFRDM*, IV, xL). Sobre os mouros de pazes veja-se Robert Ricard, «Mouros de Pazes», in *DHP*, vol. IV, p. 354 e o nosso artigo «Nuno Fernandes de Ataíde, o *nunqua esta quedo* capitão de Safim», in *op. cit.*, pp. 177-188 e 192-195.

²⁵¹ Em 1520, Moulay Fares Bem Haddou, irmão de Abder Rahman, dirigiu-se a Portugal para prestar vassalagem a D. Manuel I mas, meses depois, os dois irmãos acabaram por trair este juramento (cf. *CFRDM*, IV, Lix).

²⁵² Sobre este cavaleiro vejam-se os estudos de Bernard Rosemberger, «Yahya U Tafuft (1506-1518), des ambitions deçues», in *Hespéris Tamuda*, vol. XXXI, Rabat, 1993, pp. 21-59 e Maria Augusta Lima da Cruz, «Mouro para os cristãos e cristão para os mouros – o caso Benta-fufa», in *Anais de História de Além-Mar*, vol. III, Lisboa, 2002, pp. 39-63.

combate contra Mulay en-Naser, irmão do rei de Fez ²⁵³. O esforço de D. Álvaro na guerra em Marrocos não veio, contudo, alterar uma certa tendência de declínio da expansão na região, indiciado nos finais do reinado de D. Manuel I e concretizado durante o governo do seu sucessor.

Perante estes factos, fica a dúvida se os feitos na Índia e em Marrocos se podem imputar à mesma pessoa, ou seja, ao D. Álvaro de Noronha filho de D. Fernando de Noronha e de D. Constança de Albuquerque e, portanto, irmão dos referidos D. Afonso, D. António e D. Garcia. Se no que se refere às acções no Norte de África há um grande consenso na confirmação do parentesco, o mesmo não se passa em relação ao Oriente, onde nenhum dos genealogistas ou cronistas nota, por exemplo, o laço familiar com Afonso de Albuquerque. Este também não transparece da documentação coeva, havendo mesmo um registo numa carta do governador para D. Manuel I, a respeito da capitania da fortaleza de Cochim, na qual se dizia «*que mandando vyr dom alvaro, faça della mercê a dom antonio seu sobrinho*», o que parece indicar que não havia qualquer parentela com o primeiro fidalgo. Recorde-se, ainda, que na carta de concessão da capitania de Azamor, onde seria natural uma lembrança aos bons serviços à frente da capitania de Cochim, apenas se fazia referência à sua experiência de guerra. Com estes dados seríamos levados a concluir que o nosso D. Álvaro prestou os seus serviços a D. Manuel I em Marrocos e que os acontecimentos referentes à Índia dizem respeito a outro personagem.

Porém, no que julgamos ser uma abordagem relativamente profunda, não encontramos mais nenhum fidalgo, nesta época, com aquele nome. Pensamos ter identificado, nas genealogias anexas e neste texto, a grande maioria dos membros desta linhagem que, aliás, no século XVI, ainda era bastante recente e se encontrava pouco espalhada, sobretudo se atendermos à utilização do distintivo Dom. O *Título de Noronhas*, nobiliário realizado por descendentes da linhagem, um dos quais contactou ainda com a filha e netos de D. Álvaro de Noronha, também não descobre outro fidalgo com aquele nome, durante o reinado de D. Manuel I; embora salientem que os referidos familiares não se recordavam de qualquer estadia oriental do seu ascendente e estranhem que um sobrinho do *Terrível* seguisse com o vice-rei para a Índia e regressasse precisamente com a tomada de poder do tio, os autores do *Título* não têm dúvidas em identificar o filho de D. Fernando de Noronha como o autor das façanhas orientais e marroquinas ²⁵⁴. A mesma opinião é veiculada por um estudo recente sobre a vida de D. Francisco de Almeida, onde se salienta a ligação ao conde de Abrantes ²⁵⁵. Assim sendo, a hipótese

²⁵³ Cartas de D. Álvaro de Noronha para o rei, de 28 e 29 de Junho de 1518 (cf. IAN/TT, *Gaveta 15*, maço 1, n.º 58 e *Gaveta 15*, maço 2, n.º 39, publ. *Les Sources Inédites...*, tomo II – 1ª parte, pp. 188-194).

²⁵⁴ Cf. *Título de Noronhas*, p. 29.

²⁵⁵ Cf. Joaquim Candeias da Silva, *O Fundador do «Estado Português da Índia»: D. Francisco de Almeida (1457-1510)*, Lisboa, 1996, p. 111. D. Álvaro de Noronha era sobrinho de D. João de Almeida que, por sua vez, era irmão de D. Francisco de Almeida, 1.º vice-rei do Estado da Índia.

que se põe é a de que D. Álvaro, casado com a filha de Diogo da Silveira, uma família bastante ligada à baronia do Alvito ²⁵⁶, não seria um homem muito próximo do seu tio Albuquerque, que não o levou consigo para o Oriente, nunca pediu ao rei que o mandasse, como fez com os seus três irmãos, e sempre lhe dispensou um tratamento algo distante. Mesmo assim, partilharia do entusiasmo manuelino pela Índia e estaria interessado em superar a sua situação de filho secundogénito de um ramo secundário dos Noronhas, através da prestação de serviços ao monarca, pelo que seguiu na armada do vice-rei para o Oriente. Independentemente desta problemática, somos levados a destacar que D. Álvaro serviu D. Manuel I junto de outro dos seus mais fiéis seguidores, Nuno Fernandes de Ataíde, num palco tão digno dos projectos imperiais e cruzadísticos do *Venturoso* como o Índico, o Norte de África. D. Álvaro pode, aliás, ser considerado como um dos mais importantes combatentes portugueses em Marrocos no reinado manuelino, dado que participou em todas as grandes expedições na região, entre 1512 e 1517, vindo mesmo a capitanear uma das mais significativas praças e durante um dos períodos mais longos (1517-1525).

Há ainda que referir a filha de D. Fernando e D. Constança, D. Isabel de Castro, irmã dos quatro fidalgos atrás referidos. Esta casou com Pedro Álvares Cabral, o célebre descobridor do Brasil, no que parece ser uma recompensa a este capitão, pela sua proximidade ao rei e pelo seu desempenho na armada de 1500-1501; com a anuência a este matrimónio, dada em 1503, D. Manuel I, além de enobrecer a sua Casa com sangue real, de uma das mais importantes famílias portuguesas, fazia-o parente de muitos titulares do Reino ²⁵⁷.

Enfim, este ramo secundário dos Noronhas, marcado pela condição eclesiástica do seu fundador e pela bastardia dos seus filhos, acabou por ser o mais participante na expansão portuguesa, nomeadamente na construção do Estado da Índia. Os seus membros procuraram reforçar-se económica e socialmente, não só pelos casamentos com descendentes de titulares ou detentores de senhorios, como pela sua disponibilização para o serviço régio, mesmo nas partes mais longínquas. Este processo, iniciado no reinado de D. João II, teve perfeita continuidade no tempo do seu sucessor, sendo notável a ascensão conseguida por alguns indivíduos, que chegaram a comendadores-mor de ordens religiosas, senhores de terras e detentores de altos cargos palatinos. A circunstância de alguns destes homens serem parentes de Afonso de Albuquerque levou-os a servirem o monarca na Ásia, onde se posicionaram

²⁵⁶ O contrato de casamento foi aprovado por D. Manuel I, a 22 de Maio de 1500 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fl. 12). A relação entre os Silveiras e os Lobos foi abordada por Silvana Maria Santos Ferreira Silvério, «Diogo da Silveira, Capitão-mor da Carreira da Índia», in *op. cit.*, pp. 341-376.

²⁵⁷ Cf. João Paulo Oliveira e Costa, «A Armada de Pedro Álvares Cabral. Significado e Protagonistas», in *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, 2000, cap. 1, p. 69.

sempre ao seu lado, na defesa do ideal manuelina para a região, actuando como verdadeiros instrumentos do *Terrível* na condução da sua política e os seus mais fiéis partidários. Apesar de no Reino não passarem de nobreza de segunda linha, estes fidalgos constituíram-se nesta época como uns dos indivíduos de mais elevada estirpe então a circular no Oriente, o que lhes assegurou posições de primeiro plano; além deles, ostentaram no Índico o título de Dom nesta época apenas o vice-rei D. Francisco de Almeida, o Almirante D. Vasco da Gama e o marechal D. Fernando Coutinho. Dos que acompanharam Albuquerque, apenas D. Garcia de Noronha logrou colher benefícios da estadia no Oriente, já que os outros pereceram no decorrer da estadia asiática. Diga-se que, neste ramo da linhagem, também há casos de combatentes em Marrocos, nomeadamente D. Álvaro de Noronha, e exemplos de homens cujo percurso os fez afastarem-se claramente das esferas cimeiras da alta nobreza do Reino. Por fim, saliente-se que, numa abordagem preliminar, foi-nos possível detectar a presença no Oriente de numerosos descendentes deste ramo dos Noronhas, durante o reinado de D. João III, iniciando-se esta vaga nos inícios da década de 30.

3.3. O Condado de Odemira

Em 1496, poucos meses depois da aclamação do *Venturoso*, chegaram a Setúbal diversos nobres, exilados em Castela desde o reinado de D. João II. Juntamente com o herdeiro da Casa de Bragança, D. Jaime, veio D. Sancho de Noronha, filho mais velho de D. Afonso, conde de Faro e Odemira, refugiado no reino vizinho desde 1483, onde acabara por falecer (ver genealogia 7). Dentro do mesmo ambiente pacificador e conciliatório que levou à restituição de algumas Casas e titulações, D. Manuel I fez D. Sancho conde de Odemira, como fora seu avô, também chamado D. Sancho²⁵⁸. Quanto ao senhorio das terras de Odemira, Mortágua, Aveiro e Vimieiro e à alcaidaria-mor de Estremoz, pensamos que só as herdou depois de 1501, quando faleceu a condessa sua mãe, D. Maria de Noronha²⁵⁹. Assim, senhor de um grande potentado senhorial, já não muito jovem e depois de sofrer as privações do exílio, D. Sancho de Noronha foi um fidalgo discreto da Corte do *Venturoso*, preocupado sobretudo na gestão da sua Casa e na perpetuação da sua memória. Neste sentido, ter-lhe-á sido sugerido pelo rei o casamento do seu primogénito D. Afonso, com a filha herdeira de Nuno Fernandes de Ataíde, senhor de Penacova e de significativos direitos no Barlavento Algarvio,

²⁵⁸ Cf. *CFRDM*, I, xiii.

²⁵⁹ A 15 de Fevereiro e 26 de Abril de 1499, ainda foi D. Maria de Noronha a pedir a D. Manuel I a reparação pela perda dos direitos sobre os judeus e mouros, entretanto expulsos do Reino. Nessa altura recebeu dois padrões de 15.000 e 1.650 pela renda dos judeus das suas vilas de Aveiro e Vimieiro (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 13, fls. 30-30v; *Leitura Nova*, Livro 2 da Místicos, fls. 253v e 256-256v). A 14 de Novembro de 1501, o rei autoriza-a a trespassar uma sua renda (cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 1 da Místicos, fls. 260-260v, 273-275, 297-298).

alcaide-mor de Alvor e capitão de Safim desde 1510. Com este matrimónio, acertado em 1513, juntavam-se uma grande e rica Casa da aristocracia do Reino de sangue real, com uma família da pequena nobreza de função em ascensão, pela ligação e serviço a D. Manuel I²⁶⁰.

Meses depois da realização do enlace, o jovem D. Afonso começou a sua carreira militar, que acabou por ser passada toda na região Sul de Marrocos. Tendo em vista o acrescentamento em honra e prestígio da Casa de que era herdeiro, integrou a expedição do seu primo como tio D. Jaime a Azamor²⁶¹. Parece que imediatamente depois de tomada a cidade, D. Afonso deslocou-se para Safim, onde passou a actuar sobre o mando do sogro. O seu estatuto social, a proximidade familiar com o capitão da praça e o desempenho bastante razoável em batalha, levaram que lhe fossem quase sempre confiadas lideranças de partes da hoste, como aconteceu logo em 1513, quando comandou 800 lanças de mouros de pazes de Almedina²⁶². Em grandes batalhas, como o ataque aos alcaides dos reis de Fez e Mequinez, em que participou também D. João de Meneses, capitão de Azamor, D. Afonso integrou o grupo de Nuno Fernandes de Ataíde²⁶³. Já no final da estadia em Marrocos, D. Afonso liderou isoladamente uma entrada a 25 léguas de Safim, substituindo o sogro no combate; este, também participado por Yahya Ou Tafouft, chefe da confederação de mouros de paz da Duquela, e pelo adail Lopo Barriga, soldou-se por uma grande vitória, com a captura de cerca de 500 mouros e de numeroso gado²⁶⁴. A sua morte deu-se em combate: Nuno Fernandes determinara atacar alguns mouros de paz revoltosos, junto aos Montes Claros, partindo com todos os fidalgos da praça em Maio de 1516; já na retirada, a frente de D. Afonso foi ferozmente atacada, obrigando o sogro a ajudá-lo; numa das voltas contra os mouros, o capitão de Safim foi morto, com uma zagaia atravessada na garganta. Morto este cavaleiro, cuja forte personalidade e mando permitira, durante seis anos, colocar ordeiramente muitos membros da nobreza ao serviço da conquista de Marrocos, houve grandes discussões entre os portugueses sobre quem o deveria substituir, se o seu genro D. Afonso, se o seu tio Álvaro de Ataíde, homem socialmente menos cotado, mas com mais experiência. A confusão que esta contenda gerou na hoste, acabou por anular a superioridade militar portuguesa em campo, levando a um forte ataque dos muçulmanos, que resultou na morte de muita

²⁶⁰ Sobre este matrimónio e a posição social do pai da noiva veja-se o nosso estudo «Nuno Fernandes de Ataíde, o *nunqua esta quedo* capitão de Safim», in *op. cit.*, pp. 161-177.

²⁶¹ Cf. *CFRDM*, III, xLvi.

²⁶² Cf. *CFRDM*, III, xlix.

²⁶³ Nesta ocasião, a foste foi dividida em cinco batalhas, três com gente de Azamor, lideradas por D. João de Meneses, Rui Barreto e João Gonçalves da Câmara, e duas com soldados de Safim, comandadas por Nuno Fernandes e Yahya Ou Tafouft (cf. *CFRDM*, III, L).

²⁶⁴ Cf. *CFRDM*, III, Lxix. Em carta ao rei, Nuno Fernandes relatava os feitos militares do seu genro, para que «lhe lance muitas benções por este feito» (cf. BNL, *Reservados*, maço 7638, n.º 64, fl. 123, publ. *Les Sources Inédites...*, tomo I, pp. 480-481).

gente, incluindo D. Afonso de Noronha²⁶⁵. D. Afonso pereceu assim ajudando a construir aquela que foi a mais importante investida portuguesa em Marrocos durante o reinado do *Venturoso*, a que esteve mais perto de alcançar os objectivos do monarca.

Perdendo o seu herdeiro em batalha, ao conde de Odemira restou o consolo deste já ter gerado um filho, também chamado D. Sancho, que veio a herdar o senhorio da Casa, após a morte da mãe, e o título, só em 1556. D. Sancho de Noronha teve ainda mais dois filhos de D. Francisca da Silva, filha do vedor da Fazenda de D. Fernando, 1.º duque de Beja: D. Rodrigo, que foi clérigo, e D. Mécia, condessa de Fiacas. Do seu segundo matrimónio, com a filha de Monsenhor de Fabra, teve mais dois descendentes: D. João, capitão de Safim na década de 30, onde morreu: D. Fradique, sem descendência²⁶⁶.

Resta analisar a posição de D. Luís de Noronha, filho bastardo do 1.º conde de Odemira, homem favorecido por D. João II, alcaide-mor e comendador de Sines da Ordem de Santiago. Nos inícios do reinado de D. Manuel I, D. Luís viu-se envolvido no problema de recompensa de Vasco da Gama, pela sua viagem de descobrimento do caminho para a Índia. A intenção do rei, expressa na sua carta de Dezembro de 1499, era que a vila de Sines fosse dada perpetuamente ao Almirante, prometendo para isso concertar-se com a Ordem e com o seu detentor²⁶⁷. Este acordo não veio, porém, a alcançar-se, sobretudo por oposição de D. Jorge, mestre da referida Ordem, pelo que o rei compensou o Gama com diversas importâncias em numerário. Há também notícias de alguns focos de violência na vila entre os seus criados e os de D. Luís de Noronha, no ano de 1501. A questão complicou-se ainda mais quando D. Jorge, talvez por morte de D. Luís, tomou o controlo directo da vila, sabendo nós que nenhum dos seus descendentes herdou aquela comenda²⁶⁸. D. Francisco de Noronha, seu filho segundo, para além de camareiro-mor da Ordem de Santiago, deteve a comenda de Casével da mesma milícia²⁶⁹, ao passo que D. Rodrigo, o primogénito, pertenceu à Ordem de Cristo.

Também desejoso de aumentar a honra do seu ramo familiar, diminuído pela bastardia do pai, D. Rodrigo pôs-se ao serviço de D. Manuel I, que o enviou para Marrocos, onde permaneceu largos anos. Terá partido para Safim em 1510, na armada que levou Nuno Fernandes de Ataíde ao comando

da praça, destacando-se imediatamente na frente de combate²⁷⁰. Em 1511, ajudou na defesa do seu cerco, liderando uma estância da muralha junto à Alcáçova, em companhia dos judeus da cidade, que lutaram sem hesitações ao lado dos portugueses²⁷¹. Depois de ter participado na defesa de Almedina, contra os ataques do rei de Mequinez²⁷², D. Rodrigo deixou momentaneamente Safim em 1515, para capitanear uma nau da armada destinada a construir a fortaleza da Mamora²⁷³. Mas a característica mais interessante da sua estadia no Norte de África foi a relação privilegiada que teve com Yahya Ou Tafouft, o cavaleiro muçulmano que se pôs ao serviço de Portugal, desde a tomada da cidade, parcialmente responsável pela formação da grande confederação de mouros de pazes da Duquela, província de que foi nomeado alcaide por D. Manuel I²⁷⁴. Os dois tornaram-se muito amigos, a ponto de D. Rodrigo se transformar num verdadeiro ajudante de campo do mouro, calculando nós que permanecesse bastante tempo com ele na sua vila de Çernu. Nuno Fernandes de Ataíde, que desde cedo suspeitou da fidelidade de Yahya, e que desejava ser considerado como o único chefe dos mouros de paz, levava a mal a posição de D. Rodrigo, dizendo que era «*tão amigo de Eheia que não tinha nenhuma duvida a desculpar a ele e culpar a mym sendo em Christão a hele Mouro e devendo mays a mym ca ele*»²⁷⁵. O capitão de Safim, que desejava enviar o muçulmano para o Reino, contou porém com a resistência de D. Manuel I, que procurou temporizar, até pela sua utilidade; uma das pessoas que intercedeu por Yahya Ou Tafouft, a única segundo Nuno Fernandes, foi precisamente D. Rodrigo²⁷⁶.

Vemos depois D. Rodrigo de Noronha, alcunhado por vezes *Aravia*²⁷⁷, a combater em Safim, já com D. Nuno Mascarenhas na capitania da cidade.

²⁷⁰ Carta de Nuno Fernandes para o rei, de 5 de Dezembro de 1510 (cf. IAN/TT, *Gaveta 20*, maço 5, n.º 12, publ. *Les Sources Inédites...*, tomo I, pp. 265-270).

²⁷¹ Missivas do contador Nuno Gato e do capitão Nuno Fernandes para o rei, de 3 e 4 de Janeiro de 1511 (cf. IAN/TT, *Gaveta 20*, maço 41, n.º 11, publ. *Les Sources Inédites...*, tomo I, pp. 271-280 e 284-296). Sobre o apoio desta comunidade veja-se José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *Os Judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos durante o Século XVI*, Braga, 1997, pp. 204-206.

²⁷² Aos pedidos de Yahya Ou Tafouft para o reforço da defesa da vila, Nuno Fernandes, que nessa altura já se incompatibilizara parcialmente com ele, mandou-lhe apenas D. Rodrigo de Noronha, com apenas 20 cavaleiros (cf. *CFRDM*, III, Li).

²⁷³ Cf. *CFRDM*, III, Lxxvi.

²⁷⁴ Veja-se Robert Ricard, «Duquela» e «Mouros de Pazes», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Porto, s.d., pp. 344 e 354, além do nosso artigo «Nuno Fernandes de Ataíde, o *nunqua esta quedo* capitão de Safim», in *op. cit.*, pp. 181-188 e 192-195.

²⁷⁵ Missiva do capitão de Safim para o rei, de 12 de Setembro de 1514 (cf. IAN/TT, *CC*, I-16-13, publ. *Les Sources Inédites...*, tomo I, pp. 630-637).

²⁷⁶ Cartas de Nuno Fernandes para o rei, de 16 de Outubro e 12 de Dezembro de 1514 (cf. IAN/TT, *Gaveta 15*, maço 16, n.º 32 e *CC*, I-17-12, publ. *Les Sources Inédites...*, tomo I, pp. 642-648 e 658-663). Nesta última, o capitão dizia que não «hay omens que fallem por esse Mouro, alem de Dom Rodrigo, que pos nele toda ssua esperança e não lhe diz [ao rei] a verdade, mas antes dira que por seu serviço ffala bem dele».

²⁷⁷ Teria esta alcunha por ser conhecedor da aljama, ou língua portuguesa escrita com caracteres árabes.

²⁶⁵ Cf. *CFRDM*, IV, vi. Para um acompanhamento mais detalhado da actividade militar e política dos portugueses em Safim neste período veja-se o nosso artigo já citado «Nuno Fernandes de Ataíde...», in *op. cit.*, pp. 177-204.

²⁶⁶ Cf. *Livro de Linhagens*, pp. 8-9.

²⁶⁷ Cf. J. M. da Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, 1998, vol. III, doc. 404, p. 675.

²⁶⁸ Sobre este conflito veja-se Sanjay Subrahmanyam, *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, Lisboa, 1998, pp. 202-205 e 280.

²⁶⁹ D. Francisco recebeu a carta de hábito desta Ordem a 21 de Outubro de 1510, recebendo a mencionada comenda a 1 de Julho de 1531 (cf. Maria Cristina Gomes Pimenta, *As Ordens de Avis e Santiago...*, p. 424).

Liderou uma força de 60 lanças que, conjuntamente com Yahya, procurou fazer regressar à obediência portuguesa a tribo de Abida, rebelde desde a morte de Ataíde²⁷⁸. Finalmente, acompanhou o amigo muçulmano no seu derradeiro combate, em Fevereiro de 1520, não muito longe da cidade, em que foi morto à traição por outros mouros, sendo D. Rodrigo cativado com muitos portugueses²⁷⁹. Um ano depois este fidalgo da Casa Real já estava solto, recebendo de D. Manuel I um esteiro salgado do rio de Coína, junto da quinta que comprara ao seu sogro Rui Penteadado²⁸⁰. Os dez anos de permanência em Marrocos, em cumprimento do sonho imperial manuelino, acabaram por se revelar minimamente satisfatórios para este indivíduo, que certamente acabou os seus dias vivendo dos rendimentos das suas propriedades, nomeadamente da comenda de Arguim da Ordem de Cristo, com a qual foi agraciado²⁸¹. Refira-se que os dois irmãos de D. Rodrigo participaram também na expansão portuguesa além-mar: D. Francisco, o já referido comendador de Casével, esteve também momentaneamente em Safim, com Nuno Fernandes de Ataíde; D. Tristão foi à Índia como capitão de uma vela em 1524, socorrendo Calicute por ordem do governador D. Henrique de Meneses²⁸².

Finalmente, observe-se o comportamento de D. Fernando, filho bastardo de D. Luís de Noronha²⁸³. Era um indivíduo que «em Lisboa usava de mau trato e companhia de ladrões, e era homem de mau zelo», pelo que é de supor que tenha sido degredado para a Índia por D. Manuel I. Porém, a sua origem fidalga, apesar da dupla bastardia, levou-o a ser escolhido por Afonso de Albuquerque para realizar um dos casamentos mais honrosos com mulheres nativas, filhas da elite local, que naquela época se fizeram. Tornando-se casado, e preparando-se portanto para passar o resto dos seus dias na Ásia, D. Fernando recebeu uma porção de terra em Pondá, como parece ter sido costume geral entre este grupo²⁸⁴. Porém, integrando-se perfeitamente na

²⁷⁸ Cf. *CFRDM*, IV, 153-155.

²⁷⁹ Cf. *CFRDM*, IV, 171-173.

²⁸⁰ Doação de 16 de Abril de 1521 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fls. 35v-36;

Leitura Nova, Livro 7 de Odiana, fls. 224v-225).

²⁸¹ Não nos parece que o D. Rodrigo de Noronha que morreu ao largo de Mombaça, em finais de Janeiro de 1529, na armada de Nuno da Cunha, possa corresponder a este personagem, dado que já teria uma certa idade quando esteve em Safim e o seu pai não se chamava D. Sancho, como indica João de Barros (cf. *Ásia*, IV, iii, 8). Agradecemos esta informação à Professora Maria Augusta Lima da Cruz.

²⁸² Cf. *Título de Noronhas*, fls. 127-128; *Ásia*, III, ix, 9.

²⁸³ São raras as crónicas que se referem a ele e, mesmo a obra de Gaspar Correia, cita-o apenas como filho do comendador de Sines (cf. *Lendas*, II, pp. 294-295). Esta indicação, juntamente com as informações do *Nobiliário*, que confirma a paternidade de D. Luís sobre este D. Fernando, levam-nos a admitir como muito provável a sua pertença à família Noronha.

²⁸⁴ Cf. *Lendas*, II, pp. 295-296. Sobre o assunto veja-se Luís Filipe F. R. Thomaz, «Goa: Uma Sociedade Luso-Indiana», in *De Ceuta a Timor*, pp. 245-289 e Geneviève Bouchon, «Premières Expériences d'une Société Coloniale: Goa au XVI Siècle», in *Inde Découverte, Inde Retrouvée...*, pp. 293-294.

sociedade indiana, vivendo já sob os seus costumes, e vendo na aliança com os senhores locais uma possibilidade de ascensão, alguns casados cederam aos apelos de Rassul Khan para que o ajudassem a tomar a cidade, recebendo em troca garantias de protecção e favorecimento de Adil Xá. D. Fernando, como principal obreiro desta traição, acabou por ser descoberto²⁸⁵, o que motivou a condenação por Albuquerque. Este, apesar de ter utilizado no julgamento dos traidores alguma brandura, para que não ficasse esta fama entre os casados da cidade, enviando muitos para Malaca, Cochim ou Cananor, encerrou D. Fernando na fortaleza de Benasterim, onde veio a falecer²⁸⁶.

É difícil traçar um panorama de vida geral dos membros deste ramo da linhagem, descendentes do 1.º conde de Odemira D. Sancho de Noronha. Por um lado temos os herdeiros deste título e os seus descendentes directos, senhores de importantes bens, elementos proeminentes da Corte e das empresas expansionistas de D. Manuel I. Por outro lado, consideram-se os seus descendentes por via bastarda, detentores de pequenas comendas das ordens religiosas e que serviram o rei, nos seus domínios ultramarinos, embora sempre numa posição de subalternidade. Entre os primeiros destaca-se, naturalmente, o caso de D. Afonso de Noronha que, depois do casamento com a filha de um dos mais importantes validos do rei, seguiu com ele para Safim, onde combateu e veio a falecer ao serviço do projecto manuelino de conquista de Marrocos. No segundo caso considere-se a longa campanha de D. Rodrigo em Marrocos, a presença de D. Tristão no Índico, já no reinado de D. João III, e o degredo de D. Fernando em Goa, na época da formação das primeiras comunidades de casados.

3.4. Herdeiros de D. Henrique de Noronha

Pouco há para dizer do ramo mais periférico dos Noronhas (ver genealogia 8). Como vimos, a sua neta D. Leonor, condessa da Atalaia, integrara a Casa na família Ataíde, através do seu casamento com D. Álvaro. Durante o reinado do *Venturoso*, este senhorio esteve na posse do seu neto, D. Fernando de Ataíde, já que o seu filho D. Pedro fora morto por ordem de D. João II, inculcado na conjuração dos duques de Bragança e Viseu. O renascimento deste ramo só veio a dar-se, porém, no reinado de D. João III, que concedeu a D. António de Ataíde, tio deste D. Fernando, o ofício de vedor da Fazenda e o título de conde da Castanheira.

²⁸⁵ Cf. *Lendas*, II, pp. 294-299. Em Agosto de 1512, D. Fernando pediu ao capitão da cidade que, na ausência de Albuquerque, encarregasse os casados da tarefa de vigiar a cidade, o que lhe foi concedido. No entanto, alguns destes, não sabendo do plano, protestaram que o governador não lhes tinha atribuído aquela missão, mas antes a de olhar para que as suas mulheres não fugissem. O capitão voltou então atrás com a sua decisão, o que motivou a fúria de D. Fernando, que agrediu um dos queixosos; a mulher deste, por caridade, delatou-lhe então todo o plano, que ele imediatamente revelou, levando à prisão dos conspiradores

²⁸⁶ Cf. *Lendas*, II, pp. 302 e 318-319.

Entre os outros netos de D. Henrique de Noronha, filhos de D. Nuno, destaque-se os seguintes: a única descendente legítima, D. Joana de Noronha, que desposou João Martins Mascarenhas, irmão do capitão dos ginetes de D. João II e D. Manuel I²⁸⁷; D. Pedro, o *Sardinha*, que poderá ter falecido em Safim com Nuno Fernandes de Ataíde²⁸⁸; D. Sancho, que partiu para a Índia na miragem de superar o estatuto secundário, a que este ramo dos Noronhas estava votado. A condição de membro duma importante família deste último estivo, embora numa posição periférica, foi notada por Gaspar Correia que, comentando a sua vinda como passageiro na armada de 1514, o apelidou de «pobre fidalgo»²⁸⁹. Digno de estar presente no conselho de capitães de Albuquerque, reunido para decidir o posicionamento político face a Cambaia²⁹⁰, D. Sancho de Noronha foi provido, naquele ano, pelo governador no posto de alcaide-mor de Goa, em substituição de Vicente de Albuquerque, que pedira a dispensa do cargo, para participar na armada que seguia para Ormuz²⁹¹.

Três anos depois, já durante o governo de Lopo Soares de Albergaria, vemo-lo a combater contra os muçulmanos, capitaneando o forte do passo de Benasterim; aproveitando a ausência do governador no Mar Vermelho e motivados pelo fracasso da expedição organizada por D. Guterres de Monroy, os homens de Adil Xá cercaram a ilha de Goa, atacando principalmente o referido local. Refugiado na torre de menagem, D. Sancho dirigiu cerca de 80 portugueses e 200 locais nas operações de defesa da fortificação, procurando sobretudo anular a estância de artilharia inimiga, instalada do outro lado do rio. A incursão das forças de Bijapur só foi debelada no final do Verão de 1517, quando chegou à Índia a armada do Reino, comandada por António Saldanha²⁹². Enfim, mais do que um apoiante de Albuquerque, que efectivamente parece ter sido, pelos indícios apontados, este fidalgo era um servidor do *Venturoso*, de quem esperava uma recompensa pelos serviços militares

²⁸⁷ Cf. *Livro de Linhagens*, pp. 296-297. A filha de D. Nuno foi a segunda mulher de João Martins Mascarenhas, dado que este casara anteriormente com a filha de Pedro Migas, tendo como primogénito Pedro de Mascarenhas, capitão de Goa no tempo de Albuquerque, de Malaca em 1525 e governador do Estado da Índia por via de sucessão de D. Henrique de Meneses; nunca ocupou este último cargo, porque Lopo Vaz de Sampaio o impediu (cf. Mariana Lagarto, «Pedro Mascarenhas», in *DHD*, vol. II, pp. 707-708).

²⁸⁸ Cf. *Título de Noronhas*, fl. 129. Esta informação não é confirmada pela *CFRDM* (IV, vi), que não cita o seu nome entre os que pereceram ou foram cativos nesta entrada.

²⁸⁹ Cf. *Lendas*, II, p. 403.

²⁹⁰ Conselho reunido em Goa, a 25 de Setembro de 1514 (cf. IAN/TT, CC, II-51-123, publ. CAA, II, pp. 32-35). O parecer de D. Sancho foi de total apoio ao *Terrível*, visto que apenas disse que a sua opinião era igual à dele, qualquer que ela fosse.

²⁹¹ Esta nomeação está expressa na carta de Albuquerque para o rei, de 2 de Dezembro de 1514 (cf. IAN/TT, CC, I-17-1, publ. CAA, I, p. 353), sendo corroborada por duas crónicas (*História*, III, cxxxvii; *Ásia*, II, x, 2).

²⁹² O relato deste cerco é consensual (*Ásia*, III, i, 8), mas apenas a obra de Gaspar Correia cita D. Sancho de Noronha como capitão do passo de Benasterim (*Lendas*, II, p. 516). Aliás, este autor refere, erroneamente, que D. Sancho já exercia aquele cargo em finais de 1514, quando sabemos que Albuquerque o proveu do posto de alcaide-mor de Goa (*Lendas*, II, p. 403).

prestados no Oriente, com risco da própria vida. Não temos notícia de qual terá sido o desfecho de mais este construtor do Estado da Índia.

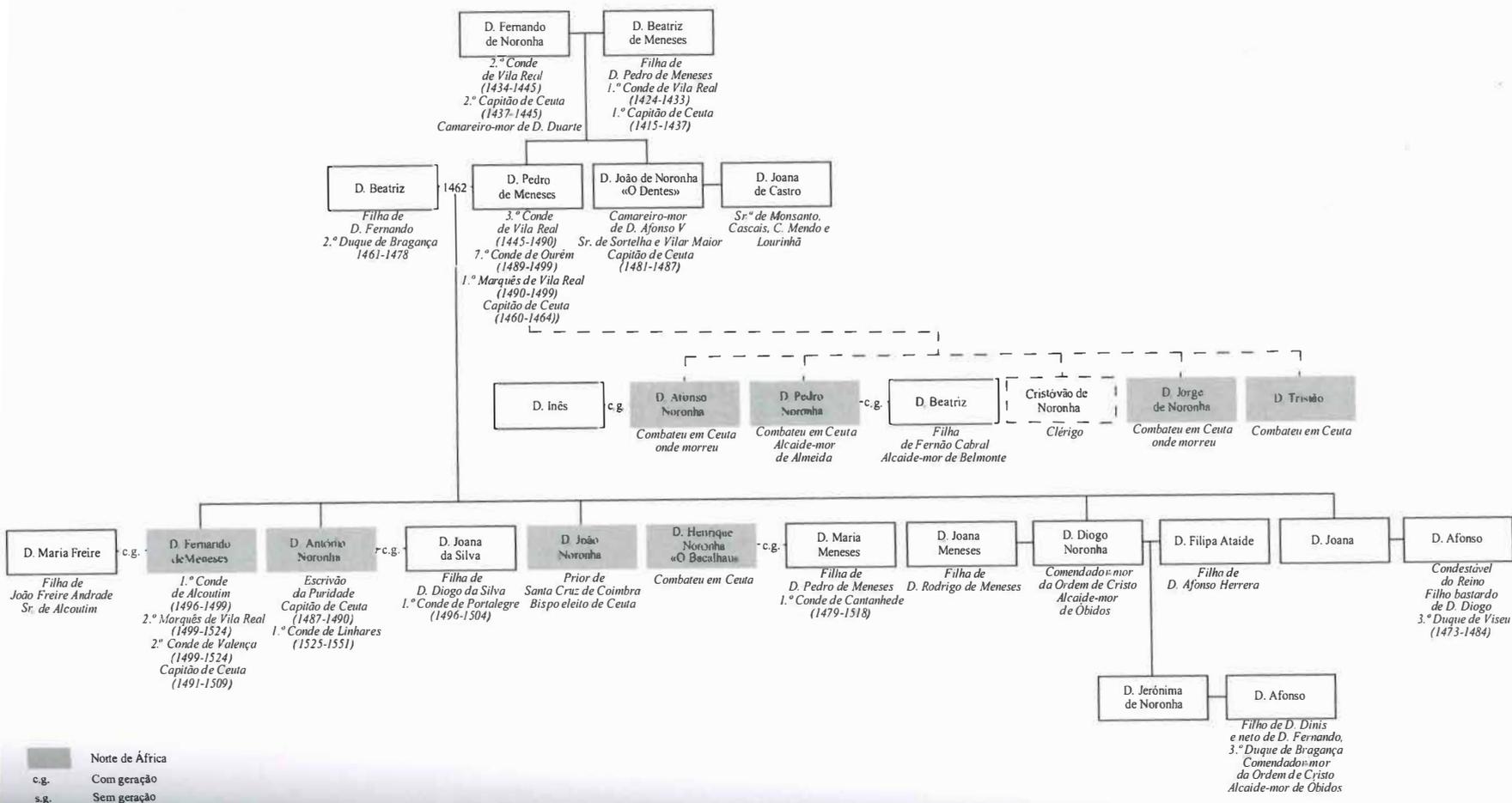
4. Conclusão

Decisivamente marcados pela dupla ascendência Real nas Casas reinantes de Portugal e Castela, os Noronhas, uma vez escorraçados deste último reino, conseguiram, pelo seu sangue e pelos serviços prestados à dinastia de Avis, catapultar-se para as mais altas esferas da sociedade portuguesa de quatrocentos. A consolidação do peso político, social e económico da linhagem durante o reinado de D. Afonso V, em boa medida resultante do posicionamento ao lado do vencedor de Alfarrobeira, nas suas campanhas fora do Reino, teve como consequência a formação de duas Casas tituladas e de alguns senhorios de média dimensão. Esta promoção, conseguida através de uma política de casamentos fortemente impulsionada pela Coroa, e em que se destacam os enlances com os Braganças, sofreu abalos com D. João II, apenas na exacta medida da conexão de algum membro da linhagem com os opositores ao soberano, já que boa parte dos seus membros viu mesmo a sua posição reforçada.

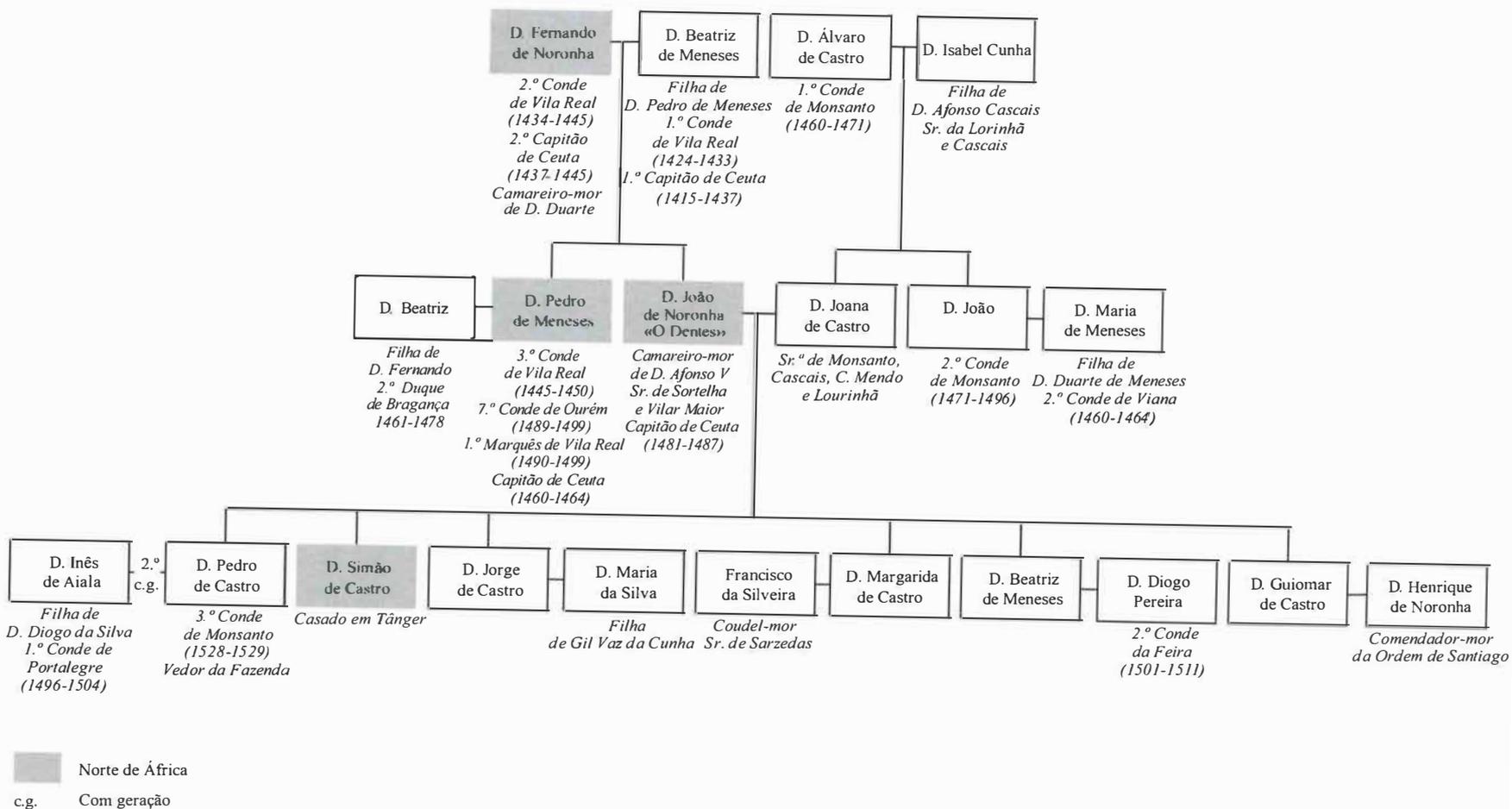
Restabelecida a concórdia na alta nobreza, após a coroação de D. Manuel I, os Noronhas colocaram-se quase unanimemente ao lado do monarca, recebendo contrapartidas particularmente caras ao grupo nobiliárquico, como títulos, senhorios e postos nas Ordens Militares. Dado o seu estatuto social, a linhagem participou nos principais acontecimentos políticos e militares deste reinado, nomeadamente as empresas além-fronteiras. Entre estas destacam-se as realizadas em solo marroquino, o palco guerreiro primordial da aristocracia titulada portuguesa nesta época, dando corpo a uma política tradicional desta dinastia de afirmação do poder luso no Norte de África, bem como aos ideais cruzadísticos particularmente impulsionados sob D. Manuel I. Administrando a cidade de Ceuta, praticamente hereditária dos condes de Vila Real desde a sua tomada, encimando grandes incursões militares de conquista, como o caso da Mamora, ou coadjuvando na guerrilha a partir de qualquer uma das praças portuguesas, os membros desta linhagem participaram neste enorme esforço de luta contra o infiel muçulmano.

A cruzada Oriental, projecto também acarinhado pelo *Venturoso*, como palco secundário de actuação da nobreza portuguesa, sobretudo de filhos segundos e bastardos, foi um espaço de acção para os membros mais laterais da linhagem, em boa medida, pela relação privilegiada com actores particularmente importantes deste processo, nomeadamente Afonso de Albuquerque. Apesar de periféricos no contexto nobiliárquico do Reino, os sobrinhos Noronhas do *Terrível* desempenharam um papel de destaque nos primeiros passos da construção do Estado da Índia, assegurando a chefia de incursões militares, a capitania de praças e, até, a governança da aventura

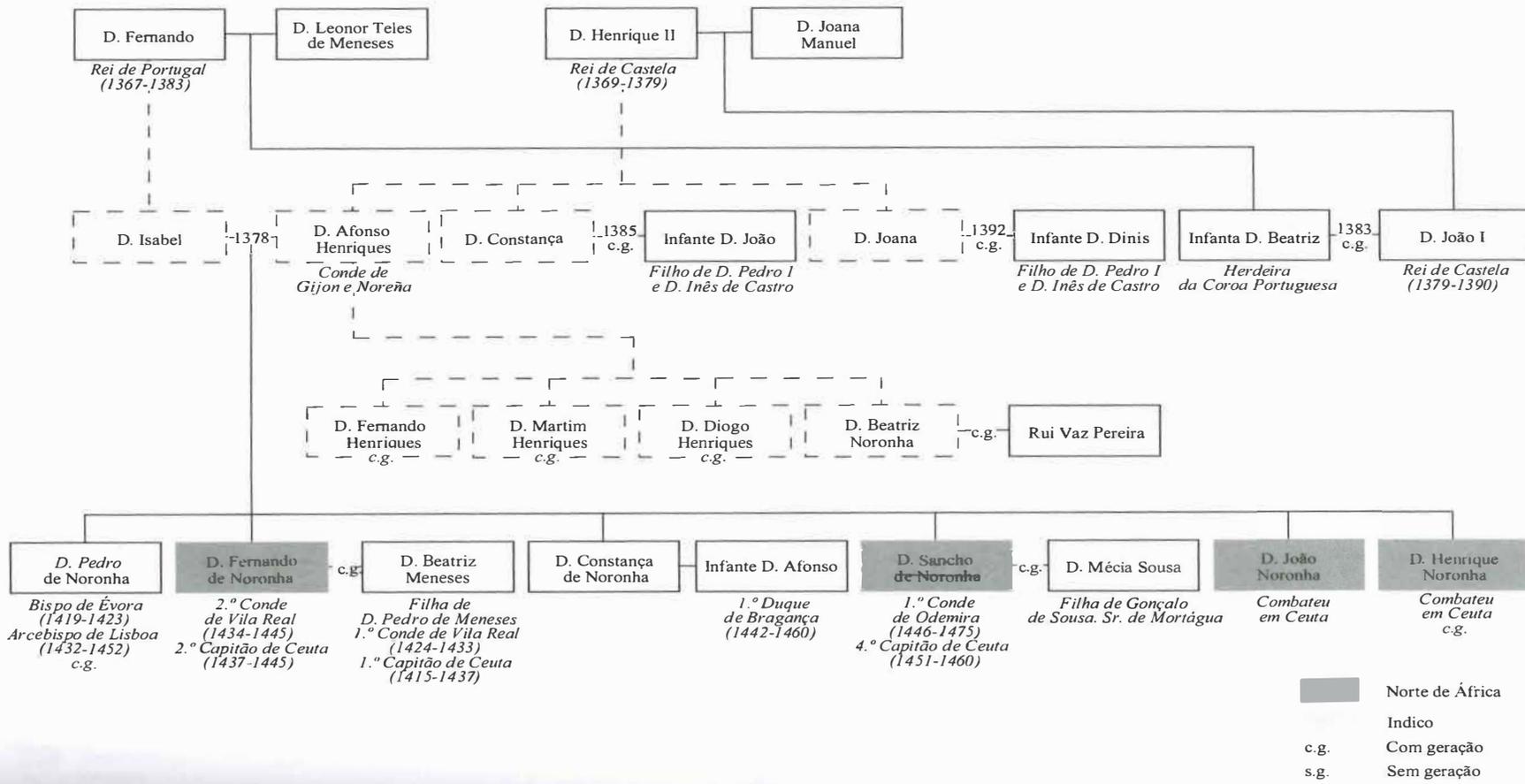
N.º 2
Ramo dos Condes / Marqueses de Vila Real
- Casa titular (1)



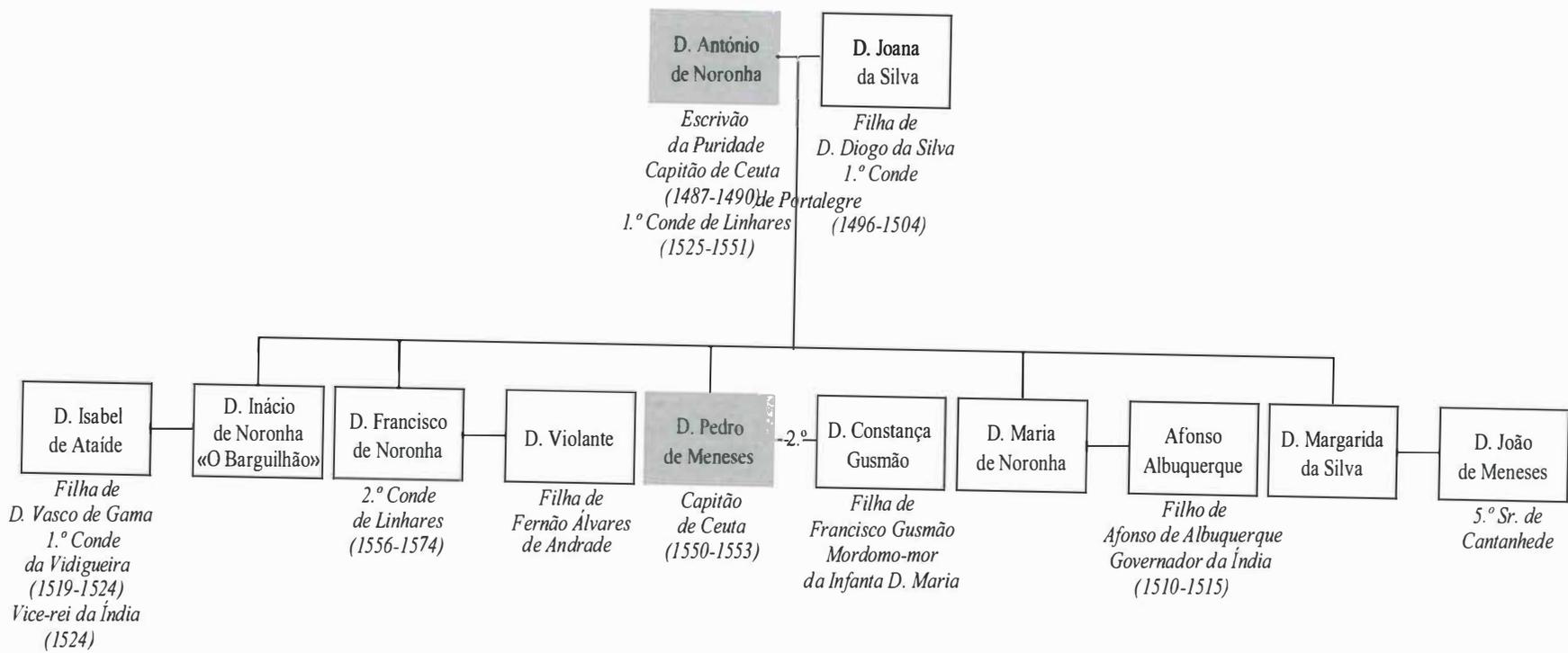
N.º 3
Ramo dos Condes / Marqueses de Vila Real
- Ligação à Casa de Monsanto



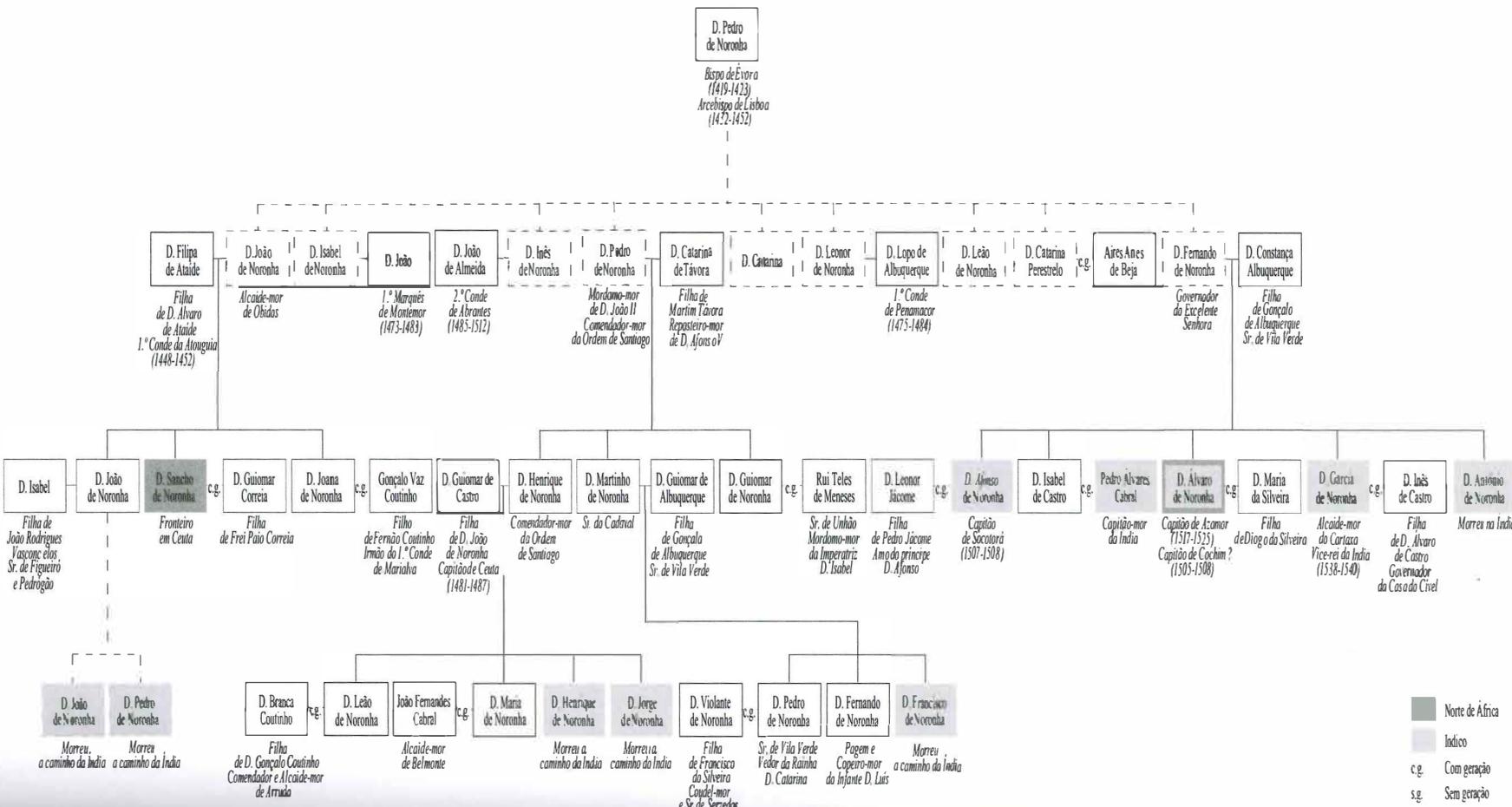
N.º 4
Ramo dos Condes / Marqueses de Vila Real
- Casa titular (2)



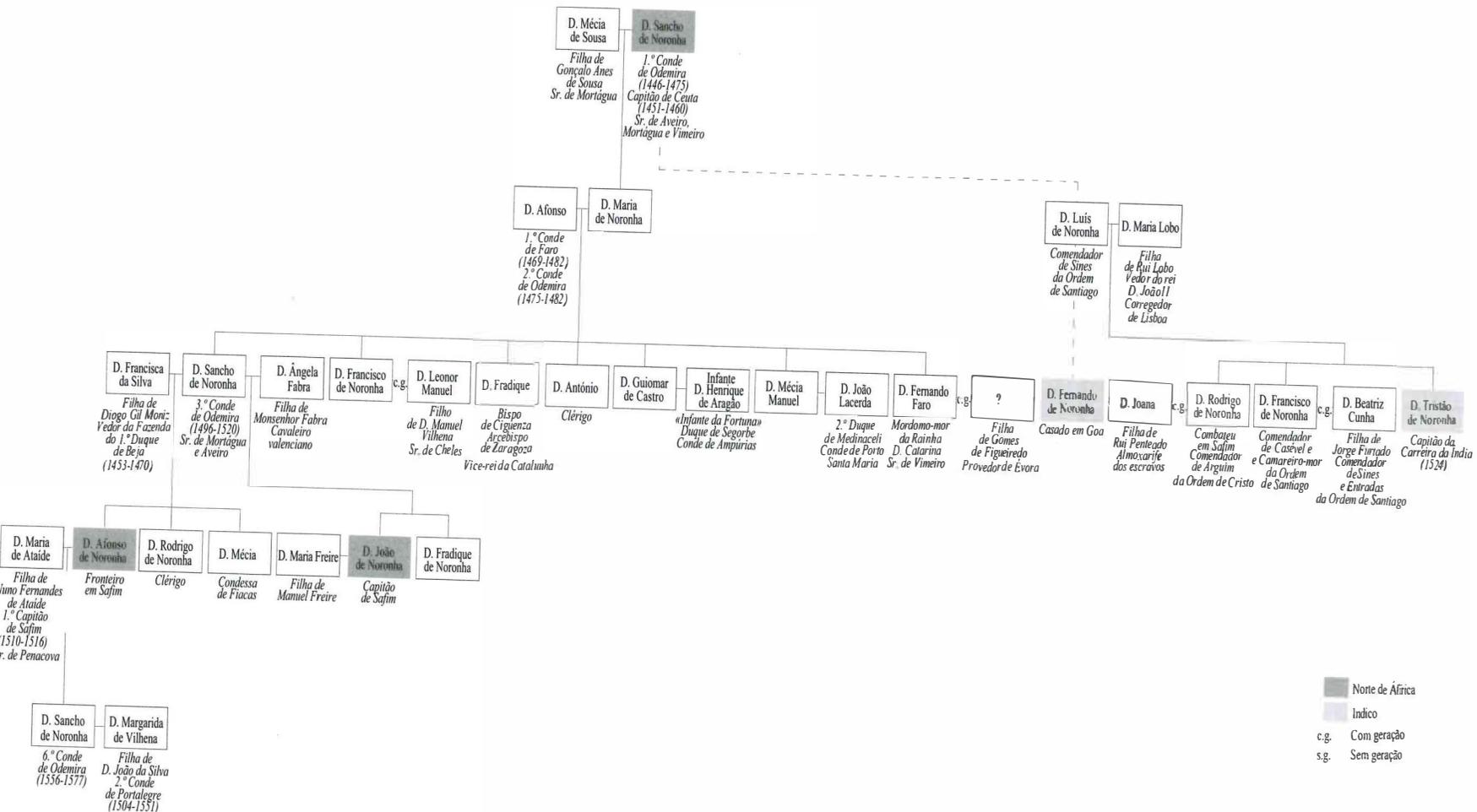
N.º 5
Ramo dos Condes / Marqueses de Vila Real
- Génese da Casa de Linhares



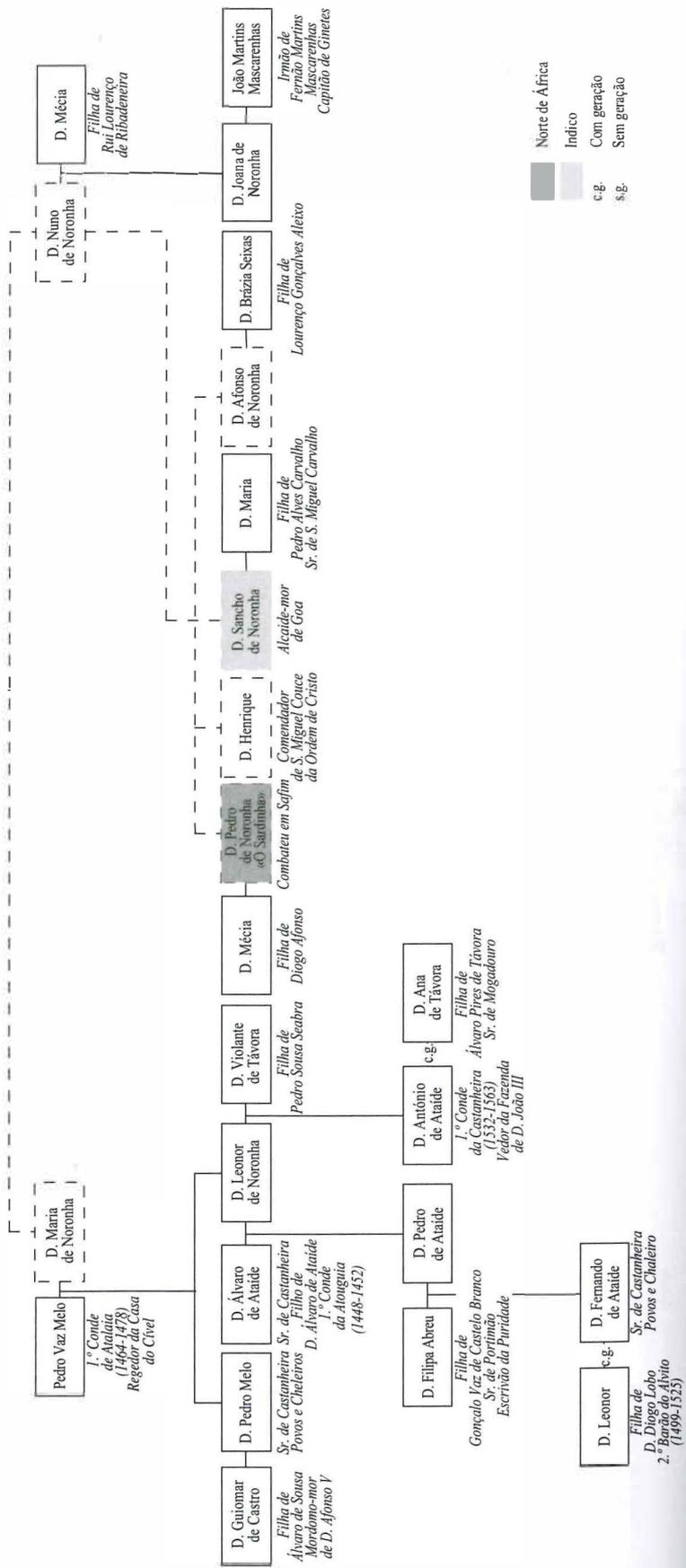
N.º 6
Ramo do Arcebispo de Lisboa



N.º 7
Ramo dos Condes de Odemira



D. Henrique de Noronha
Combateu em Ceuta



AS LINHAGENS SECUNDÁRIAS DOS COUTINHOS E A CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO MANUELINO

VÍTOR LUÍS GASPAS RODRIGUES
Instituto de Investigação Científica Tropical / CEHCA

Introdução

Ao iniciarmos o estudo do que designámos como as linhagens secundárias dos Coutinhos importa desde logo determinar quais os ramos da Casa dos Coutinhos que aqui iremos abordar e bem assim as suas ligações parentais com a linhagem de Gonçalo Vasques Coutinho que, como refere Luís Filipe Oliveira, tinha assegurado já na primeira metade do século XV um lugar entre as principais famílias da nobreza portuguesa¹.

Em primeiro lugar traçaremos o percurso de alguns dos principais elementos da casa do Conde de Borba e Redondo, D. Vasco Coutinho, 6.º filho do marechal Fernando Coutinho e seu primeiro titular, que recebeu a mercê «de juro e herdade» em 1485 por haver denunciado a D. João II a conjura preparada pelo Duque de Viseu e que envolvia outras figuras gradas da nobreza portuguesa, entre as quais um seu irmão, D. Goterres Coutinho, que morreu envenenado no castelo de Palmela². D. Vasco Coutinho viu, no ano seguinte, serem-lhe acrescentados, aos seus domínios e senhorios de Borba e Estremoz, a alcaidaria e direitos do Redondo e Pavia, que havia adquirido entretanto³, após o que, em 1490, foi agraciado com a capitania de Arzila⁴,

¹ In *A Casa dos Coutinhos. Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimonia, 1999, p. 43.
² Cf. Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, cap. LIII e LIV; e Rui de Pina, *Chronica d'El Rei D. João II*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1977, cap. XVIII, pp. 928 a 933.
³ Cf. carta de doação de 16 de Março de 1486, in IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. I, fl. 59.
⁴ A capitania foi-lhe doada por carta de 9 de Junho desse ano. In IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 16, fl. 43; e *Corpo Cronológico*, I-I-44.